Organizadores
Francisco José Araújo Bezerra
Tibério Rômulo Romão Bernardo
Luciano J. F. Ximenes
Airton Saboya Valente Junior

Perfil Socioeconômico da Bahia

Banco do Nordeste

PERFIL SOCIOECONÔMICO DA BAHIA

Organizadores
Francisco José Araújo Bezerra
Tibério Rômulo Romão Bernardo
Luciano J. F. Ximenes
Airton Saboya Valente Junior

PERFIL SOCIOECONÔMICO DA BAHIA

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2015

Presidente:
Marcos Costa Holanda

Diretores:
Francisco das Chagas Soares
Isaias Matos Dantas
Luiz Carlos Everton de Farias
Manoel Lucena dos Santos
Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
Romildo Carneiro Rolim

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE
Superintendente
Francisco José Araújo Bezerra

Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação
Gerente
Tibério Rômulo Romão Bernardo

Célula de Estudos e Pesquisas
Gerente
Luciano J. F. Ximenes

Célula de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas
Gerente
Wendell Márcio Araújo Carneiro

Ambiente de Políticas de Desenvolvimento
Gerente
José Rubens Dutra Mota

Célula de Políticas de Financiamento e Monitoramento
Gerente
Sâmia Araújo Frota

Coordenação Técnica:
Luciano J. F. Ximenes
Airton Saboya Valente Junior

Equipe:
Allisson David de Oliveira Martins
Antônio Ricardo de Norões Vidal
Fernando Luiz Emerenciano Viana
Francisco Diniz Bezerra
Francisco Raimundo Evangelista
Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão
Jackson Dantas Coêlho
Jacqueline Nogueira Cambota
José Alci Lacerda de Jesus
Laura Lúcia Ramos Freire
Maria de Fátima Vidal
Maria Simone de Castro Pereira Brainer
Mário Sergio Carvalho de Freitas
Sâmia Araújo Frota
Wellington Santos Damasceno

Revisão Vernacular: Hermano José Pinho
Normalização: Audrey Caroline Marcelo do Vale
Projeto Gráfico: Gustavo Bezerra Carvalho
Diagramação: Patrício de Moura

Colaboração:
Elias Augusto Cartaxo
Iara Amaral Lourenço
Hamilton Reis de Oliveira
Paulo André Almeida Lopes
Roberto Jarllys Reis Lima
Thamiris Ferreira Pinto Paiva

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional conforme a Lei n“ 10.994, de 14 de dezembro de 2004

Copyright©2009 by Banco do Nordeste do Brasil S.A.

P438 Perfil socioeconômico da Bahia / Francisco José Araújo Bezerra... [et al.], organizadores. – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2015.

208 p.: il., color.

ISBN 978-85-7791-250-6

1. Perfil socioeconômico – Bahia. I. Bezerra, Francisco José Araújo. II. Bernardo, Tibério Rômulo Romão. III. Ximenes, Luciano J. F. IV. Valente Junior, Airton Saboya. V. Título.

CDU: 330.981

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Prefácio

Nos últimos anos, o Nordeste foi favoravelmente impactado pela associação de evidente crescimento econômico e de melhoria significativa nas condições sociais. No entanto, ainda apresenta características que emperram o alcance de maiores índices de desenvolvimento socioeconômico e que são agravadas pela desigualdade dentro da própria Região. Prova dessa última afirmação é o fato de que os melhores indicadores do Nordeste ainda estão concentrados nos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará.

Diante dessa realidade e em sintonia com os resultados apontados em um conjunto de estudos recentemente elaborados pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), denominado Nordeste 2022, o Banco do Nordeste acredita que um dos maiores desafios para a Região é a descentralização do desenvolvimento. Para isso, o primeiro passo é avaliar a situação socioeconômica atual de cada Estado, identificar potencialidades e apontar diferenciais competitivos e oportunidades em cada um deles, procurando sinalizar possíveis iniciativas estratégicas, capazes de nortear a elaboração ou atualização de políticas públicas ou a tomada de decisões do setor privado, sempre sob uma perspectiva de integração regional.

Apoiado nessa visão, o BNB, por meio do ETENE, tem a satisfação de lançar o **Perfil Socioeconômico dos Estados do Nordeste – Edição 2015**, composto por nove volumes – um para cada Estado nordestino.

A obra disponibiliza valiosas informações e análises sobre os Estados do Nordeste, abordando temas como a atividade econômica, o desempenho setorial, a agropecuária, a indústria, o comércio, os serviços, o turismo, o comércio exterior, a infraestrutura e o mercado de trabalho, além de um quadro resumo com os principais indicadores de cada Estado e da Região.

Os volumes reúnem também informações sobre a recente evolução socioeconômica de cada unidade federativa do Nordeste, fornecendo subsídios, por um lado, para que o setor público possa elaborar estratégias, planos e programas de desenvolvimento específicos e, por outro lado, para que o setor privado tenha à disposição a melhor informação possível para a realização de investimentos.

O caráter estratégico desse tipo de iniciativa é reforçado justamente pela possibilidade de que as informações disponibilizadas pelas publicações contribuam para a definição de ações que busquem atenuar as disparidades de renda e de capacidade produtiva entre os estados nordestinos e até mesmo dentro de cada uma dessas Unidades Federativas e que promovam uma desconcentração de investimentos na Região.

Como parte de uma ação integrada, é importante destacar que o BNB também vem priorizando a expansão de sua rede de atendimento na Região (aumento de 55% no número de agências nos últimos três anos) e a modernização de seus instrumentos de apoio, fatores fundamentais para continuar a promover a democratização do crédito, a desconcentração de investimentos na área de atuação e a mitigação de vazamentos de recursos do Nordeste para regiões mais desenvolvidas do País.

Nesse sentido, em sintonia com o começo dos mandatos dos novos governadores, o BNB iniciou a construção de agendas propositivas com os estados do Nordeste, objetivando congregar esforços em ações conjuntas para fortalecimento do sistema produtivo local, estruturação de novas oportunidades e apoio diferenciado para aquelas regiões menos desenvolvidas dentro de cada unidade federativa.

O **Perfil Socioeconômico dos Estados do Nordeste – Edição 2015** vem, portanto, suprir importante lacuna no conhecimento sobre a dinâmica econômica de cada espaço territorial da Região, comparando os estados entre si e também em relação ao Nordeste e ao Brasil, o que permite ter uma base informativa confiável para uma atuação diferenciada em áreas menos desenvolvidas, sempre sob a perspectiva da melhoria de vida do conjunto da população e a consequente elevação de indicadores econômicos e sociais.

O BNB e, em particular, a equipe do ETENE esperam que esta publicação possa estimular processos de articulação, debate e planejamento no âmbito de cada Estado, de modo a propiciar o aperfeiçoamento de políticas e ações e a estruturação de parcerias estratégicas em torno do enfrentamento dos desafios mais importantes para o desenvolvimento de cada Estado do Nordeste e de toda a Região.

Marcos Costa Holanda
Presidente do Banco do Nordeste do Brasil

Apresentação

O presente trabalho reúne informações sobre a recente evolução socioeconômica do estado da Bahia, visando fornecer subsídios para o setor público elaborar estratégias, planos e programas de desenvolvimento. O documento pode ser utilizado, ainda, para auxiliar a classe empresarial nas suas tomadas de decisões em termos de alocação de recursos, além de favorecer a efetivação de novos negócios com investidores nacionais e estrangeiros, de modo a incrementar a capacidade produtiva local.

Inicialmente, sintetiza as características territoriais do Estado. Posteriormente, o documento analisa a demografia e o quadro social da Bahia. Na sequência, apresenta o desempenho da atividade econômica, especificamente em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), o PIB *per capita*, o Valor Agregado Bruto (VAB) e sua distribuição por setores da economia. Segue-se uma panorâmica do desempenho setorial, incluindo a agropecuária, indústria, comércio e serviços.

O estudo dedica um capítulo específico para quantificar os fluxos comerciais da Bahia com os demais estados e regiões do Brasil, além de determinar as categorias dos bens que são comprados e vendidos por esse Estado. Referidos dados foram gerados a partir da Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados, ferramenta elaborada pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) em parceria com a Universidade de São Paulo.

Os capítulos seguintes abordam aspectos relacionados com o turismo, o comércio exterior, a infraestrutura, o mercado de trabalho além das principais aplicações de recursos dos bancos públicos e agências de fomento, com destaque para os financiamentos de longo prazo do Banco do Nordeste. Finaliza-se com um quadro resumo dos principais indicadores do Nordeste e Estados.

Ao disponibilizar esse trabalho, o Banco do Nordeste espera atender aos interesses dos planejadores e formuladores de políticas, investidores de diferentes portes em múltiplas atividades

econômicas, além de pesquisadores e estudiosos, bem como favorecer parcerias, aporte de novas tecnologias e formação de estratégias inovadoras e ambientalmente sustentáveis e que elevem o grau de modernidade e competitividade da economia baiana, gerando mais renda, emprego e bem-estar para a população local.

Francisco José Araújo Bezerra
Superintendente do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE)

Sumário

	Prefácio	5
	Sumário	9
1	Características territoriais	11
	Referências	22
2	Demografia e panorama social	23
	Referências	30
3	Desempenho da economia estadual	31
	Referências	37
4	Agricultura	39
	Referências	47
5	Pecuária	49
5.1	Avicultura	50
5.2	Bovinocultura	55
5.2.1	Bovinocultura leiteira	55
5.2.2	Bovinocultura de corte	57
5.3	Caprinos e ovinos	61
5.4	Apicultura	65
5.5	Considerações finais	66
	Referências	68
6	Indústria	71
6.1	Perfil da indústria da Bahia	72
6.2	Indústrias extrativas	79
6.3	Indústrias de transformação	82
6.4	Indústria da construção	85
6.5	Serviços Industriais de Utilidade Pública	86
6.6	Considerações finais	87
	Referências	88
7	Comércio e serviços	91
7.1	Comércio	93
7.2	Serviços	95

7.3	Considerações finais	97
	Referências	98
8	Fluxos do comércio interestadual	99
8.1	Compras de insumos intermediários	100
8.2	Vendas de insumos intermediários	105
8.3	Balanço das compras e vendas	110
8.4	Análise da agregação de valor	111
	Referências	115
9	Turismo	117
	Referências	125
10	Comércio exterior	127
	Referências	133
11	Infraestrutura	135
11.1	Infraestrutura de transportes	135
11.2	Infraestrutura de energia elétrica	141
11.3	Infraestrutura de utilidade pública	143
	Referências	146
12	Mercado de trabalho	149
12.1	Evolução do emprego e desemprego – PNAD Contínua	149
12.2	Evolução do emprego formal - RAIS	153
	Referências	161
13	Intermediação financeira	163
	Referências	167
14	Financiamentos de longo prazo do Banco do Nordeste	169
	Referências	177
15	Considerações finais	179
	Apêndices	185

1 Características territoriais

Leonardo Dias Lima
Economista. Mestre em Avaliação de Políticas Públicas
Thamiris Ferreira Pinto Paiva
Graduanda em Agronomia. Bolsista de Nível Superior

A Bahia é o Estado mais extenso e mais ao sul do Nordeste. Com um território de 564,7 mil km^2, ocupa 36,3% da Região (1.554,3 mil km^2) e 31,6% da área de atuação do BNB (1.789,5 mil km^2). Em relação ao Brasil, responde por 6,6% da área do País (8.515,8 mil km^2), sendo o quinto maior Estado da Federação.

Com sua extensa área territorial, a Bahia possui o maior número de divisas com outros Estados. Ao Norte, faz fronteira com quatro Unidades Federativas nordestinas: Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Piauí. Em sua porção oeste, faz divisa com os estados da Região Centro-Oeste: Tocantins e Goiás. No sul, limita-se com os Estados da Região Sudeste: Minas Gerais e Espírito Santo. Por fim, no leste é banhado pelo Oceano Atlântico, possuindo um dos mais extensos litorais do Brasil.

Utilizando critérios de similaridade de aspectos geográficos e socioeconômicos, o IBGE regionalizou os 417 municípios baianos em 32 microrregiões, que por sua vez foram agrupadas em sete mesorregiões (Quadro 1 e Mapa 2).

O Extremo Oeste Baiano engloba três microrregiões e 24 municípios, ocupando uma área de 116,6 mil km^2, o que corresponde a 20,6% do território do Estado. Seus principais municípios são Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e Santa Maria da Vitória.

O Vale São-Franciscano abrange quatro microrregiões e 27 municípios, com uma área de 115,6 mil km^2 (20,5% do Estado). Grande parte do curso do Rio São Francisco na Bahia passa nessa mesorregião, que tem em seu leito cidades importantes como Juazeiro e Paulo Afonso.

Mapa 1 – Localização geográfica da Bahia

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

Quadro 1 – Mesorregiões e microrregiões geográficas - Bahia

Mesorregiões	Microrregiões
Extremo Oeste Baiano	Barreiras, Cotegipe e Santa Maria da Vitória.
Vale São-Franciscano da Bahia	Juazeiro, Paulo Afonso, Barra e Bom Jesus da Lapa.
Centro Norte baiano	Senhor do Bonfim, Irecê, Jacobina, Itaberaba e Feira de Santana.
Nordeste baiano	Jeremoabo, Euclides da Cunha, Ribeira do Pombal, Serrinha, Alagoinhas e Entre Rios.
Metropolitana de Salvador	Catu, Santo Antônio de Jesus e Salvador.
Centro Sul Baiano	Boquira, Seabra, Jequié, Livramento do Brumado, Guanambi, Brumado, Vitória da Conquista e Itapetinga.
Sul Baiano	Valença, Ilhéus-Itabuna e Porto Seguro.

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2010).

O Centro Norte Baiano conta com cinco microrregiões e 80 municípios em um território de 82,1 mil km^2 (14,6% do Estado). Feira de Santana é o principal polo dinâmico dessa mesorregião, sendo também a cidade mais desenvolvida do interior baiano.

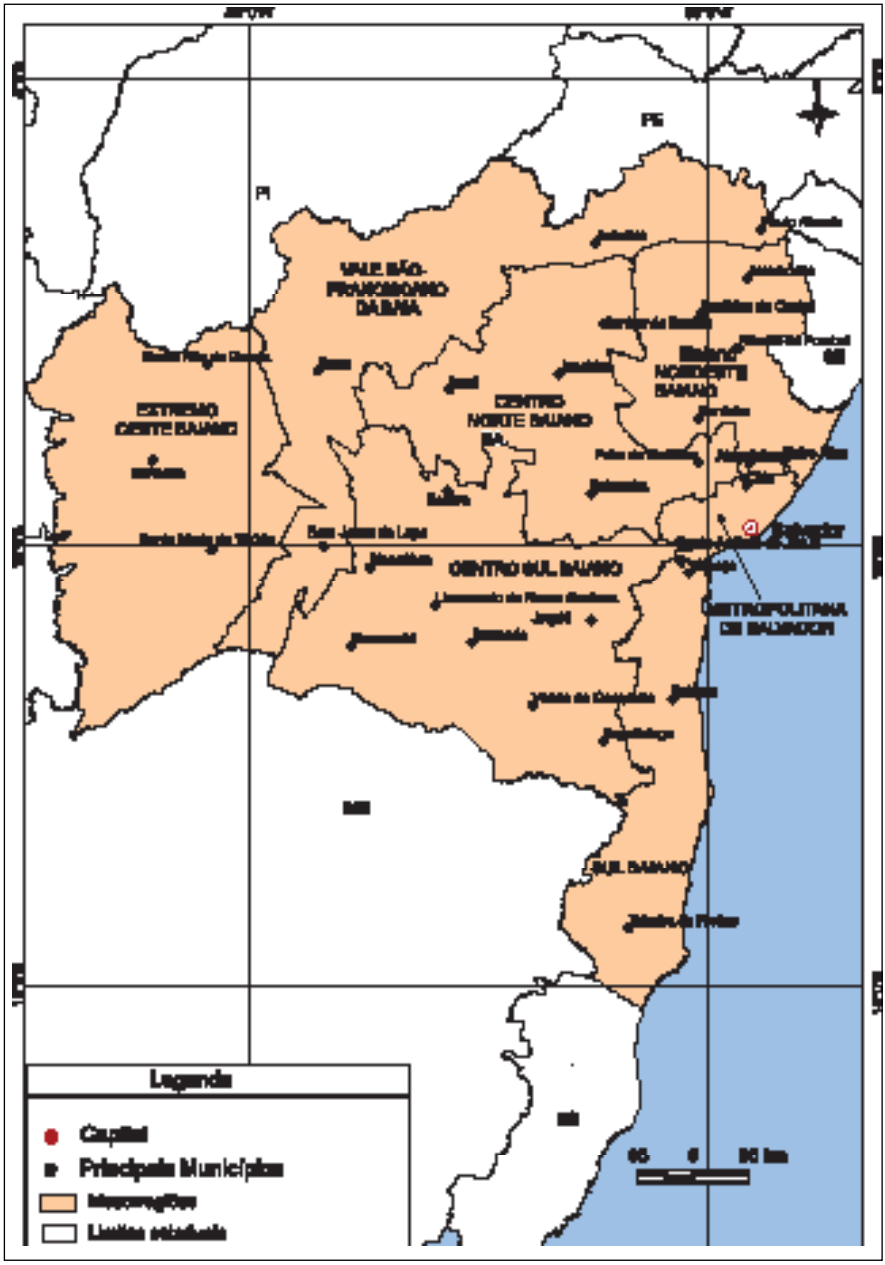
O Nordeste Baiano contempla seis microrregiões e 60 municípios em 56,5 mil km^2 (10,0% do Estado). Encontra-se nessa mesorregião toda a divisa da Bahia com Sergipe, cujo limite natural é o Rio São Francisco, sendo os principais municípios Alagoinhas, Euclides da Cunha, Serrinha e Ribeira do Pombal.

A Metropolitana de Salvador engloba três microrregiões e 38 municípios, ocupando 2,0% do território do Estado (11,3 mil km^2). Apesar de ser a mesorregião menos extensa, apresenta-se como a mais importante economicamente, pela presença da capital Salvador além de importantes municípios da área metropolitana.

O Centro Sul é a maior mesorregião baiana, com oito microrregiões e 118 municípios em 127,9 mil km^2 (22,6% do estadual). Destaque para o município de Vitória da Conquista, que possui a terceira maior população do Estado.

O Sul Baiano possui ao todo 70 municípios agrupados em três microrregiões em um território de 54,7 mil km^2 (9,7% do Estado). Os principais polos dinâmicos dessa região foram formados pelo cultivo do cacau, nas cidades de Ilhéus e Itabuna, e da exploração turística do litoral, principalmente em Valença e Porto Seguro.

Mapa 2 – Mesorregiões do estado da Bahia



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

Nota 1: Municípios com maior população em 2014 nas microrregiões

Além da regionalização estabelecida pelo IBGE, o Ministério da Integração Nacional e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) estabeleceram o semiárido brasileiro para efeito de definição e implementação de políticas públicas. Referido território é caracterizado pelo clima semiárido, índice de precipitação pluviométrica anual inferior a 800 mm, vegetação de caatinga ou de transição, além de apresentar, em geral, indicadores socioeconômicos abaixo da média do Nordeste. Entre os Estados da área de atuação do BNB, a Bahia possui a maior área definida como semiárido, isto é 391,5 mil km^2, cerca de 40,0% do total, e 69,3% do território baiano (Mapa 3).

O Estado possui uma rica e diversificada base de recursos naturais assentada em três biomas, a Caatinga, a Mata Atlântica e o Cerrado, com grande parte dos seus municípios localizada em faixas de transição (Mapa 4).

O bioma Caatinga ocupa na região central uma área de 246,1 mil km^2 ou 43,6% do território estadual. As precipitações pluviométricas dessa área são irregulares, podendo ser inferiores aos 500 mm por ano. Entretanto, as áreas com altitude elevada possuem clima mais ameno (tropical de altitude), como nas cidades da Chapada Diamantina.

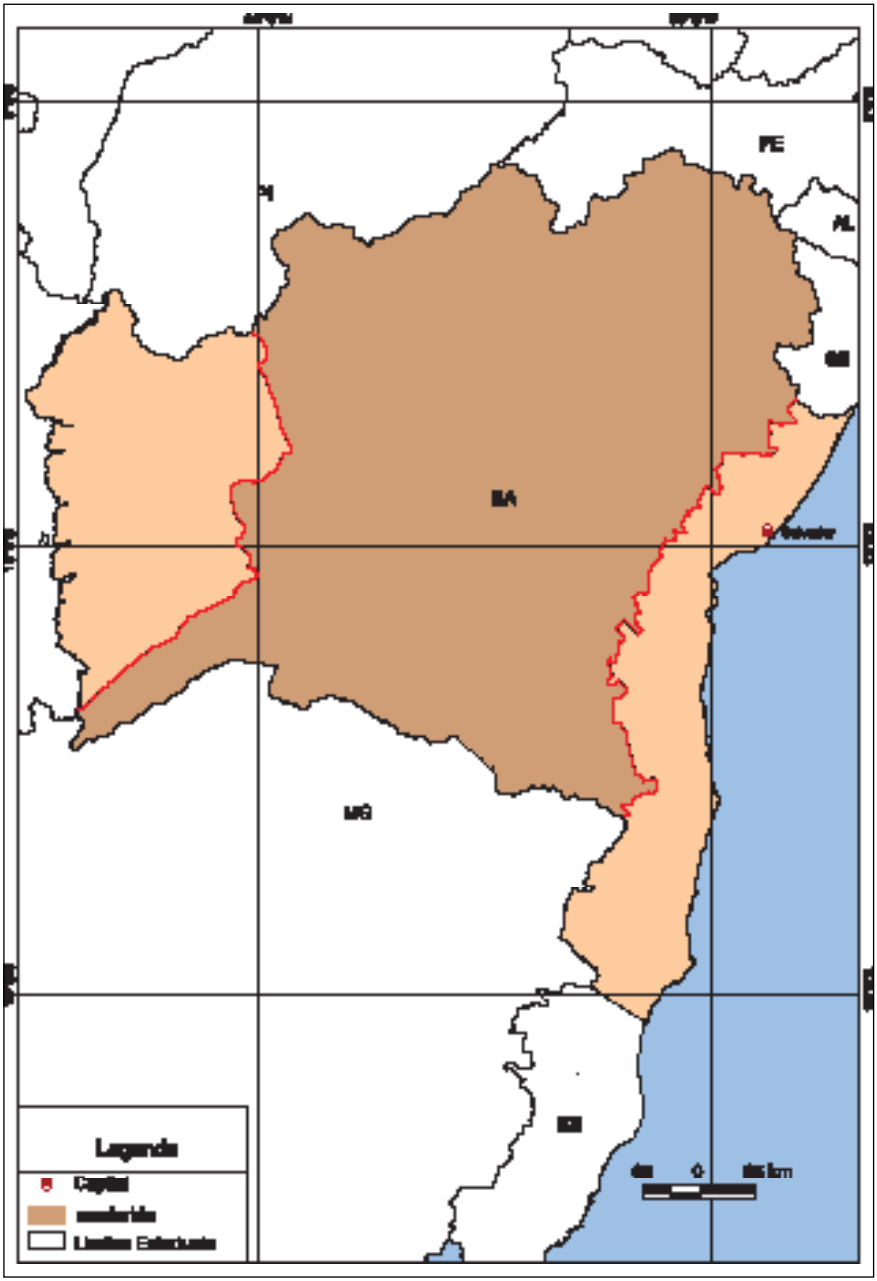
A Mata Atlântica é o bioma que se estende por quase toda a faixa litorânea do Estado, sendo mais estreita no litoral norte e avançando mais ao interior no litoral sul. Está presente em uma área de 92,6 mil km^2, totalizando 16,4% do território baiano. Caracteriza-se pela precipitação média acima dos 1.200 mm anuais e elevada umidade, o que propicia a presença de uma rica biodiversidade.

Entre os dois biomas há uma faixa de transição onde os municípios possuem parte de seus territórios em área de Caatinga e Mata Atlântica. Essa faixa se estende por uma área de 41,3 mil km^2, cerca de 7,0% do total estadual.

O terceiro bioma é o Cerrado, presente na porção oeste do território baiano, com área de 127,9 mil km^2, totalizando 22,6% do Estado. As precipitações médias podem variar de 800 mm a 1.200 mm anualmente.

Uma segunda área de transição se forma pelo contato da Caatinga com o Cerrado, em uma área de 55,9 mil km^2, que corres-

Mapa 3 – Semiárido da Bahia



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

ponde a 9,9% do território do Estado. Essa área abrange parte do Vale do Rio São Francisco, onde a margem leste aproxima-se da Caatinga e a margem oeste do Cerrado. As precipitações médias anuais giram em torno de 800 mm a 1.600 mm.

Existe ainda uma faixa de transição onde os três biomas se encontram, ou seja, a Caatinga, a Mata Atlântica e Cerrado, em uma área equivalente a 0,9 mil km^2 (0,2% do Estado).

A Bahia possui importantes recursos hídricos, a exemplo de vasto litoral. Estende-se por 1.076 km, correspondendo a 10,0% do litoral brasileiro (10,8 mil km de extensão) e 20,8% de toda a costa nordestina (5,2 mil km de dimensão).

O litoral baiano contempla a Baía de Todos os Santos, que é a maior baía tropical do Atlântico, e onde se estabelecem três grandes segmentos litorâneos do Estado, ou seja, a Porção Norte, Salvador/Baia de Todos os Santos e o Litoral Sul.

A Bahia possui 16 bacias hidrográficas, sendo os mais importantes rios o Capivari, Contas, Itapicuru, Jequitinhonha e Paraguassu. A principal bacia, contudo, é a do rio São Francisco, a maior do Nordeste, cujo rio principal possui 2,7 mil km de extensão, atravessando cinco Unidades Federativas, e constituindo-se no limite natural entre a Bahia e os estados de Alagoas e Pernambuco.

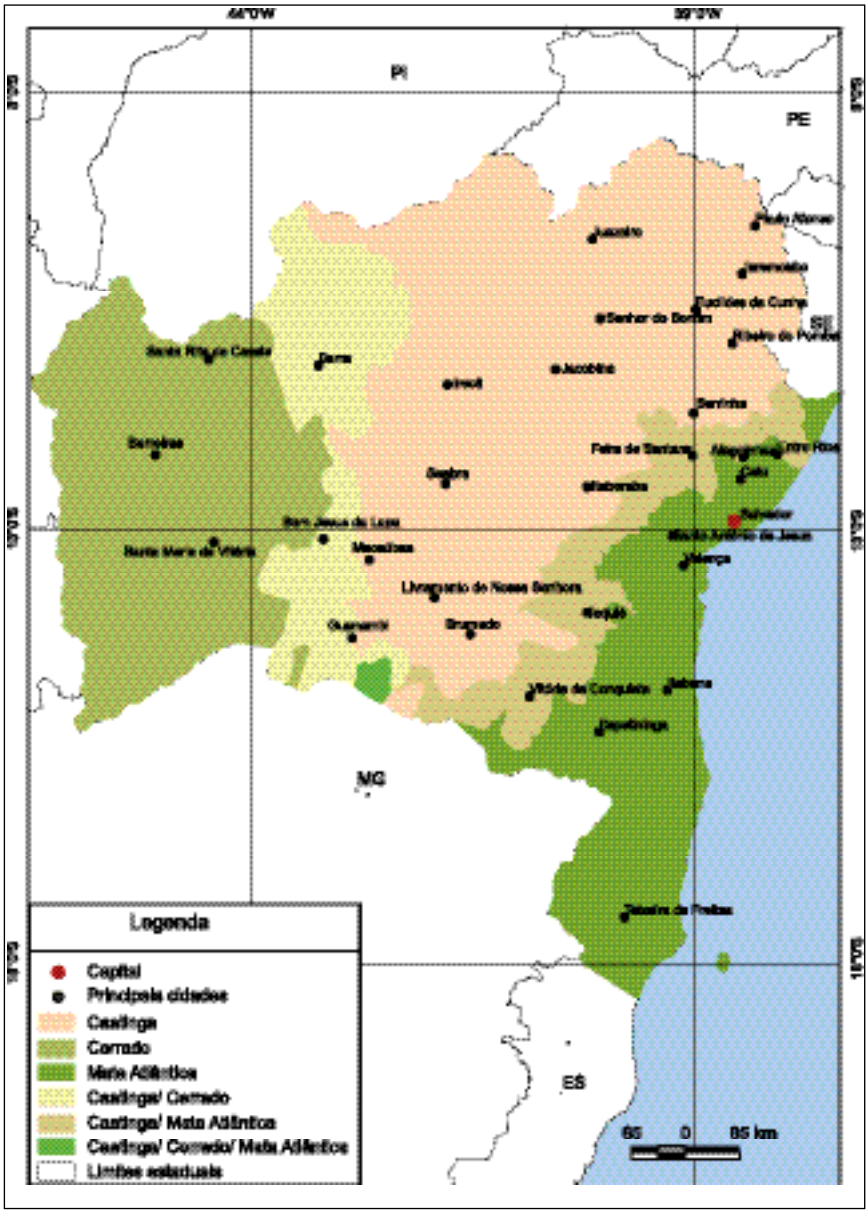
Devido à sua extensão e aos diferentes ambientes que percorre, a bacia do São Francisco é dividida em quatro regiões fisiográficas, sendo que três ocupam o território da Bahia:

a) Alto São Francisco: situa-se em Minas Gerais;

b) Médio São Francisco: abrange os Estados de Minas Gerais e Bahia, de Pirapora (MG) até Remanso (BA). A vegetação é típica do Cerrado e da Caatinga, salvo algumas áreas de matas nas regiões serranas. A precipitação média anual varia de 600 a 1.400 mm;

c) Submédio São Francisco: envolve áreas dos estados da Bahia e Pernambuco, estendendo-se de Remanso (BA) até a cidade de Paulo Afonso (BA). A vegetação predominante é a Caatinga. A precipitação média anual na região de Juazeiro/Petrolina é de 350 mm;

Mapa 4 – Biomas da Bahia



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

Nota 1: Municípios com maior população em 2014 nas microrregiões

d) Baixo São Francisco: localiza-se em áreas dos estados da Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas, entre Paulo Afonso (BA) e a foz no Oceano Atlântico (SE e AL). No trecho mais alto predomina a Caatinga e na região costeira a Mata Atlântica. A precipitação média anual varia de 1.300 a 800 mm.

O Rio São Francisco possui enorme potencial hidrelétrico, de forma que uma empresa foi criada em 1949 objetivando utilizar referidos recursos, ou seja, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf).

A Chesf tem a missão de produzir, transmitir e comercializar energia elétrica para o Nordeste do Brasil. Atende tradicionalmente a oito estados da Região (Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí). Com a abertura permitida pelo novo modelo do setor elétrico brasileiro, a Eletrobras Chesf tem contratos de venda de energia em todos os submercados do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Atualmente, estão instaladas no Vale do São Francisco cinco hidrelétricas: a Usina Apolônio Sales, na divisa de Paulo Afonso-BA e Delmiro Gouveia-AL e as Usinas Paulo Afonso, I, II, III e IV que produzem 4.300 MW de energia elétrica. Somadas às usinas Luiz Gonzaga, em Petrolândia e Xingó, na divisa dos estados de Sergipe e Alagoas, o Complexo Hidroelétrico de Paulo Afonso é responsável por 83,4% de toda a energia produzida pela Chesf.

Para o funcionamento das usinas foram construídas grandes barragens que formam imensos lagos na região. A Barragem de Moxotó, com 1 bilhão de m³ de água, alimenta a Usina Apolônio Sales, de onde sai um canal para a Barragem da Usina Paulo Afonso IV. Referido canal criou a Ilha de Paulo Afonso.

Além da capacidade para gerar energia elétrica, o São Francisco tem enorme potencial hídrico, de forma que o Governo Federal está implementando um projeto de transposição de bacias, sob a competência do Ministério da Integração Nacional. Referida iniciativa deverá aumentar a disponibilidade hídrica do Nordeste, gerando impactos positivos sobre a economia e a qualidade de vida da população. O projeto viabilizará a integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional e tem como

objetivo assegurar a disponibilidade de água para municípios do semiárido de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Referida integração engloba 477 km de construção linear organizados em dois Eixos de transferência de água – Norte e Leste. A obra envolve ainda a edificação de 4 túneis, 14 aquedutos, 90 estações de bombeamento e 27 reservatórios. Referido projeto deverá ser concluído em 2016, havendo a possibilidade de ser ampliado para o Eixo Sul, rumo a Bahia, e o Eixo Oeste, em direção ao Piauí (Mapa 5).

A obra beneficiará uma população estimada de 12 milhões de habitantes, em 390 municípios nos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, além de gerar emprego e promover a inclusão social (BRASIL, 2014).

O empreendimento garantirá o abastecimento de água desde grandes centros urbanos da Região (Fortaleza, Juazeiro do Norte, Crato, Mossoró, Campina Grande, Caruaru) até centenas de pequenas e médias cidades inseridas no semiárido e no interior do Nordeste, priorizando a política de desenvolvimento regional sustentável.

Apesar de a Bahia contar com um amplo marco ambiental regulatório, responsável pela criação de áreas de proteção ambiental, unidades de conservação, parques nacionais e estaduais além de reservas particulares, a pressão antrópica tem exercido efeitos danosos aos ecossistemas do Estado, a exemplo do desmatamento, erosão de solos, degradação de ecossistemas, contaminação dos recursos hídricos e poluição do litoral, de forma que uma das prioridades das políticas de desenvolvimento deverá ser a promoção da sustentabilidade socioambiental dos territórios baianos.

Mapa 5 – Projeto de Integração do Rio São Francisco

Fonte: Brasil. Ministério da Integração Nacional (2014).

Referências

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Projeto São Francisco.** Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/pt/web/guest/o-que-e-o-projeto>. Acesso em: 20 dez. 2014.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Desenvolvimento Regional. Conferencia Nacional de Desenvolvimento Regional, 1., 2012. **Documento referência.** Brasília, DF, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Malha Municipal Digital**. Rio de Janeiro, 2010.

Serra, A. de C. Q. **Perfil econômico da Bahia.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2002.

2 Demografia e panorama social

Jackson Dantas Coêlho
Economista. Mestre em Economia Rural

A Bahia é o maior Estado nordestino em área (564,7 mil km^2, ou 36% da Região), com população de 15.126.371 habitantes, em 2014, número 7,9% superior ao levantado no censo de 2010. À semelhança do Maranhão e Piauí, com grandes extensões territoriais, a densidade demográfica baiana é reduzida, apenas 26,8 habitantes/km^2, superior apenas à destes dois Estados.

A Bahia também tem o maior número de municípios no Nordeste, 417, com a capital Salvador concentrando 19,0% da população estadual (2,9 milhões de habitantes). Cabe ressaltar que a capital baiana é a cidade mais populosa do Nordeste e a terceira do Brasil, fazendo parte também da maior Região Metropolitana dessa Região. Para 2030, a projeção do IBGE para a população residente do Estado é de 15.863.601, um aumento de 13,2% sobre o levantado no censo de 2010.

Nas cidades, vivem 73,9% da população baiana, taxa semelhante à regional (73,1%) e inferior à nacional (84,3%). O processo de modernização da agricultura, notadamente nos cerrados, onde o modo de produção é intensivo em capital (soja, algodão e milho) provocou uma redução nas oportunidades de trabalho no campo; a população rural tem imigrado para os centros urbanos, em busca de melhor qualidade de vida e condições de trabalho mais favoráveis.

Dada a grande extensão territorial, o Estado encontra-se dividido em sete mesorregiões: Metropolitana de Salvador (concentrando 30,6% da população estadual), Sul Baiano (14,1%), Nordeste (11,1%), Centro Norte (16,0%), Centro Sul (17,4%), Vale do São Francisco (6,6%) e Extremo Oeste (4,2%) (Mapa 1).

Mapa 1 – Participação das mesorregiões na população da Bahia

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista e Camaçari são os quatro municípios mais populosos da Bahia, totalizando 4.136.539 habitantes, ou 27,3% da população estadual (na estimativa do IBGE para 2014), numa área de 6.172,8 km^2, gerando uma densidade demográfica de 670,1 habitantes/km^2 (Mapa 2).

Salvador foi a primeira capital brasileira, fundada em 1549, por decreto do rei português Dom João III, originalmente chamada de São Salvador da Baía de Todos os Santos. Foi uma cidade planejada desde seu início para ser o centro administrativo do Brasil Colônia, deixando de sê-lo somente em 1763. Atualmente, é uma metrópole regional com influência sobre outros estados do Nordeste, com comércio, serviços e indústria bem desenvolvidos, sede de um dos portos mais importantes do Brasil, além de ser um dos destinos turísticos mais procurados no País e exterior, em razão de suas belas praias e um rico centro histórico, com lugares conhecidos internacionalmente, como o Pelourinho.

Feira de Santana, na mesorregião Centro Norte, é a segunda cidade mais populosa da Bahia e do interior nordestino, com 612 mil habitantes. A pouco mais de cem quilômetros da capital, teve sua origem como ponto de pousada e de comércio para tropeiros de gado e viajantes de vários locais do Nordeste. Atualmente, tem sua economia girando em torno de comércio e serviços, sendo um dos maiores entroncamentos rodoviários do Brasil.

Vitória da Conquista, no Centro Sul, é a terceira cidade baiana em população (cerca de 340 mil habitantes). A 517 quilômetros de Salvador, localizada em região de chapadas, foi um grande produtor de café no século passado, com comércio, indústria e serviços desenvolvendo-se de forma expressiva a partir da década de 1980.

Camaçari está na Região Metropolitana de Salvador, e é um dos municípios mais industrializados do Estado, com o maior complexo industrial integrado do País, abrigando indústrias transnacionais de pneus, veículos, química, metais e plásticos..

A esperança de vida ao nascer, na Bahia, que era 68,7 anos em 2000, elevou-se para 71,9 em 2010, acima da média nordestina (71,2 anos) mas ainda inferior à brasileira (73,9 anos). O número de médicos por mil habitantes, em 2000, era de 0,84, subiu para 1,12, dez anos depois, cobertura superior à regional (1,09 por mil habi-

tantes), mas ainda abaixo da nacional (1,86 por mil). Em termos de leitos hospitalares, são 1,99 para cada mil habitantes, índice inferior ao regional (2,02) e ao índice nacional (2,26).

Mapa 2 – Principais municípios da Bahia

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

Nota 1: Municípios com maior população em 2014 nas microrregiões

Ainda segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013, do IBGE, a Bahia possuía 98,4% dos domicílios com água canalizada internamente, 62,7% com rede de esgoto ou fossa séptica, e 69,2% com coleta direta de lixo. O Governo Estadual investe nesta área, desde 2007 com o Programa Água para Todos, a fim de melhorar o acesso da população ao saneamento básico e à água tratada, levando infraestrutura sanitária a 364 dos 417 municípios baianos (GAUTHIER, 2014).

A Bahia tem sete instituições de ensino superior públicas: a Universidade Federal (UFBA), com sede em Salvador e unidades em Vitória da Conquista, Irecê e Barreiras; a Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), em Cruz das Almas; a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), com sede em Salvador e vinte e duas unidades espalhadas pelo interior do Estado; as Universidades Estaduais de Ilhéus; de Feira de Santana; e do Sudoeste Baiano (UESB), em Vitória da Conquista; e o Instituto Federal de Educação Tecnológica da Bahia (IFBA), sediado em Salvador e com unidades em Eunápolis e Vitória da Conquista. O Estado tem 119 instituições de ensino superior particulares, 52 delas em Salvador e o restante disperso no interior do Estado. A Bahia também conta com unidades do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio-Senac, e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI),objetivando o aperfeiçoamento de mão de obra.

A taxa de analfabetismo da população baiana entre os maiores de 15 anos reduziu-se de 17,3%, em 2008, quando já era a segunda menor, para 14,9%, em 2013, a menor da Região, ainda superior à nacional (8,5%), para este ano (IPEA, 2014).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (calculado utilizando indicadores de saúde, educação e renda) da Bahia era de 0,386 em 1991, saltou para 0,660 em 2010, permanecendo em quinto lugar no Nordeste, igualando-se com o índice regional (0,660) porém abaixo do nacional (0,726) (melhor quanto mais próximo de 1). Tal aumento pressupõe melhorias no quadro social do Estado, nos aspectos envolvidos em seu cálculo (Tabela 1).

Da mesma forma que o IDH, a desigualdade de renda também se reduziu entre 1990 e 2013, embora tenha continuado com a terceira maior concentração regional: o índice de Gini estadual (me-

lhor quanto mais próximo de zero) caiu de 0,647 para 0,558, ainda superior aos índices regional (0,537) e nacional (0,527), melhoria que, em parte, pode ser explicada pelos programas governamentais de transferência de renda, incremento do salario mínimo e de formação profissional para o mercado de trabalho.

Tabela 1 – Evolução do IDH e Índice de Gini - Anos selecionados - Bahia, Nordeste e Brasil

Índices de Desenvolvimento Humano e de Gini	Bahia	Nordeste	Brasil
IDH (1991)	0,386	0,405	0,501
IDH (2010)	0,660	0,660	0,726
Índice de Gini (1990)	0,647	0,626	0,614
Índice de Gini (2013)	0,558	0,537	0,527

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Ipea. Ipeadata (2014).

Ainda que não tenha sido nas mesmas escalas nacional e regional, a distribuição de renda na Bahia obteve melhoria de 1990 para 2013. Alguns indicadores sociais do Estado registraram incrementos importantes nos últimos anos, embora ainda permaneçam em níveis inferiores em comparação com a média brasileira.

Observa-se uma aparente melhora em alguns aspectos sociais,como a educação, em que o Estado deixou de ser o segundo para ser o menor índice regional de analfabetismo entre os maiores de quinze anos. O IDH, que leva em conta este aspecto, também subiu nos últimos vinte anos (de 0,386 para 0,660), embora tenha permanecido na quinta posição entre os estados da Região.

Apesar dos expressivos avanços verificados nos indicadores econômicos e sociais, é importante reconhecer que existem desafios a serem vencidos nos próximos anos. Um deles se refere à demografia: as taxas de crescimento populacional na Bahia tem se reduzido de 1970 a 2010, especialmente na faixa de 0 a 14 anos, que teve taxas de crescimento negativas nos dois últimos censos, em contraponto a um aumento mais expressivo nas faixas superiores a 15 anos, principalmente entre os idosos (incrementos na ordem de 30%, superiores às outras faixas etárias), seguindo a tendência nordestina e brasileira, indicando que a população está envelhecendo mais rápido nos últimos anos.

Atualmente, o número de residentes com idade entre 15 e 64 anos, denominado de População em Idade Ativa (PIA), totaliza 10,6 milhões, superando o número daqueles com idade inferior a 15 anos (2,4 milhões) e superior a 64 anos (1,0 milhão), somando 3,4 milhões, que é denominado de População em Idade Inativa (PINA) (IBGE, 2010).

Quando a PIA é superior à PINA tem-se uma situação em que a força de trabalho é relevante no conjunto da população total, ocorrendo portanto o chamado "bônus demográfico". A Bahia tem desfrutado dessa situação desde as últimas décadas.

Porém, considerando que a população superior a 65 anos aumenta a taxas maiores que o restante das outras faixas etárias, a primeira tende a subir no futuro, com mais pessoas a serem "sustentadas" por quem se encontra em idade de trabalhar; será necessário um esforço no presente para aproveitar esse bônus, pois no futuro a força de trabalho se reduzirá, demandando do poder público um redesenho em suas políticas direcionadas à educação profissional de jovens e à assistência médica e previdenciária para os mais idosos (IBGE, 2010).

Essa redução no crescimento populacional da Bahia é consequência da diminuição das taxas de fecundidade, natalidade e mortalidade, seguindo a mesma tendência regional e nacional; outros fatores envolvidos são o aumento da urbanização, a maior presença feminina no mercado de trabalho e o avanço da medicina, que permite melhorias na qualidade de vida da população (Tabela 2).

Tabela 2 – Evolução dos Índices de Fecundidade, Natalidade e Mortalidade - Anos selecionados - Bahia, Nordeste e Brasil

Índices de Fecundidade, Natalidade e Mortalidade	Bahia	Nordeste	Brasil
Fecundidade (1991) (1)	3,3	3,4	2,7
Fecundidade (2011)	1,8	1,9	1,8
Natalidade (1991) (2)	26,1	26,8	23,4
Natalidade (2011)	16,1	16,9	15,6
Mortalidade (1991) (3)	8,0	9,4	7,7
Mortalidade (2011)	6,1	6,1	6,3

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2012).

Notas:

(1) número médio anual de filhos por mulher;

(2) número de nascidos vivos por 1.000 habitantes, por ano;

(3) número de óbitos por 1.000 habitantes, por ano.

Pode-se afirmar que o panorama social da Bahia obteve melhorias no período analisado, embora alguns indicadores ainda permaneçam em níveis inferiores quando comparados com as médias registradas no Nordeste e no Brasil. Portanto, reveste-se de grande importância o fortalecimento de políticas públicas para o desenvolvimento do Estado, tendo-se em mente o déficit social ainda existente e as mudanças demográficas ocorridas nos últimos trinta anos.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **DATASUS.** Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2012/matriz.htm>. Acesso em: 02 dez. 2014.

GAUTHIER, J. Saneamento básico na Bahia seria resolvido com R$ 18 bilhões: a falta de investimentos em saneamento básico tem impacto direto na economia e na saúde pública das cidades. **Correio**, Salvador, 01 out. 2014. Disponível em: <http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/agenda-bahia-saneamento-basico-na-bahia-seria-resolvido-com-r-18-bilhoes/?cHash=2d32ed0adfda8fb5a5eea7137c345102>. Acesso em: 22 dez. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 2013**: síntese de indicadores. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pi&tema=pnad_2013>. Acesso em: 11 nov. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. **Ipeadata, temas, renda**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 11 nov. 2014.

3 Desempenho da economia estadual

Jacqueline Nogueira Cambota
Economista. Doutora em Economia

O texto analisa a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia com o objetivo de mostrar o desempenho macroeconômico desse Estado no período compreendido entre 2002 e 2012, de acordo com a disponibilidade das Contas Regionais do IBGE. Destaca-se que esse indicador sintetiza a soma de todos os bens e serviços produzidos em uma determinada região (município, Estado ou país) em um dado período de tempo. Dessa forma, quanto maior o PIB em um período, maior terá sido o nível de produção de uma economia, e sua capacidade de gerar riqueza.

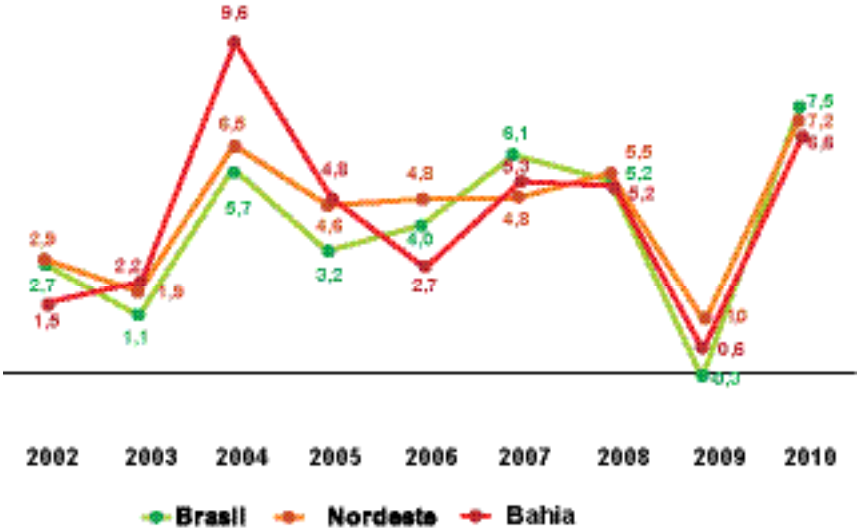
O PIB isoladamente não mostra como a riqueza gerada está sendo distribuída entre a população residente em uma região. Para isso, pode-se utilizar o PIB *per capita*, que representa o PIB dividido pela população residente no País, nas regiões geográficas ou Unidades da Federação analisadas.

O período escolhido para análise é marcado por importantes transformações econômicas e sociais no País, que impactaram positivamente no Nordeste pela significativa redução na desigualdade de renda e pobreza. Por outro lado, retrata também o início da crise econômica e financeira internacional que afetou não apenas as principais economias capitalistas, mas também países em desenvolvimento como o Brasil.

Desse modo, a análise compreende dois subperíodos distintos em termos de crescimento da economia brasileira. O primeiro (2002-2008) se caracteriza por uma taxa de crescimento média anual de 4,2%, enquanto que o segundo (2009-2013), possui taxas de expansão de 2,1%, compreendendo o período, em que a economia brasileira sentiu mais fortemente os efeitos da mencionada crise financeira internacional.

Especificamente em relação à Bahia, observou-se no primeiro período (2002-2008) crescimento do PIB baiano acima da expansão média obtida pelo Nordeste e Brasil, com exceção dos anos de 2002 e 2006, em que a economia da Bahia cresceu abaixo da média da Região e do País. A combinação dos grandes investimentos públicos e privados com os programas de transferência de renda do Governo Federal contribuíram para essa trajetória. Para os anos de 2009 e 2010, o desempenho do PIB baiano foi inferior quando comparado com o comportamento observado para as economias do Nordeste e do Brasil (Gráfico 1).

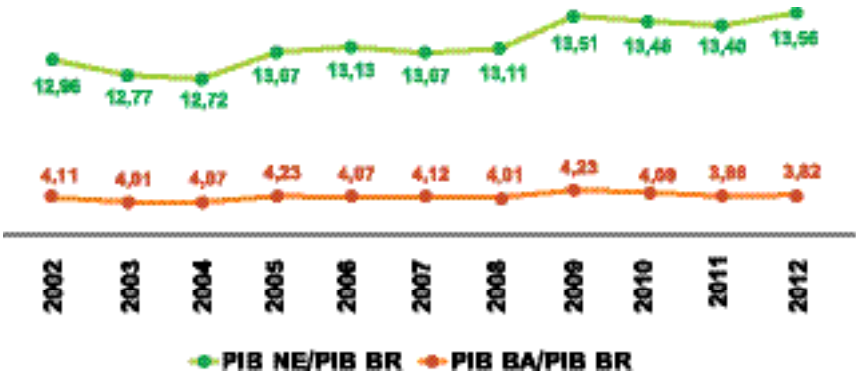
Gráfico 1 – Evolução da traxa de crescimento do PIB - Brasil, Nordeste e Bahia - 2002 a 2010 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil 2012.

O comportamento da economia baiana abaixo da média regional e nacional em anos recentes resultou em perda de participação da Bahia no PIB do Nordeste e do Brasil. A relação do PIB da Bahia no PIB nacional passou de 4,1%, em 2002, para 3,8%, em 2012, resultado diferente daquele observado para a média do Nordeste, tendo em vista que se observou crescimento na participação da Região em relação ao PIB nacional (Gráfico 2).

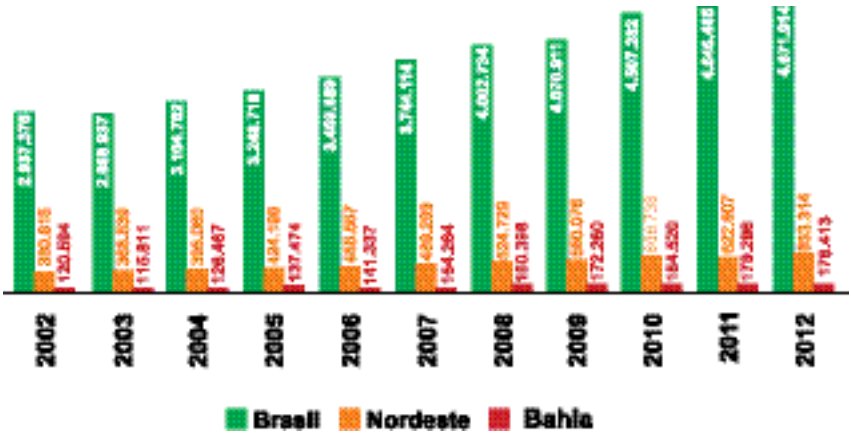
Gráfico 2 – PIB do Nordeste e PIB da Bahia em relação ao PIB do Brasil - 2002 a 2012 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

A soma de toda a riqueza produzida na Bahia atingiu o montante de R$ 178,4 bilhões, em 2012, o que significou um aumento real de 47,9% em relação ao valor registrado no início da série, R$ 120,6 bilhões. A significativa expansão do PIB baiano foi contudo inferior aos resultados obtidos no Nordeste e no Brasil, cujas economias obtiveram incremento real de 66,3% e 59,1%, respectivamente, no período analisado (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Evolução do PIB - Brasil, Nordeste e Bahia - 2002 a 2012 - (R$ milhões)



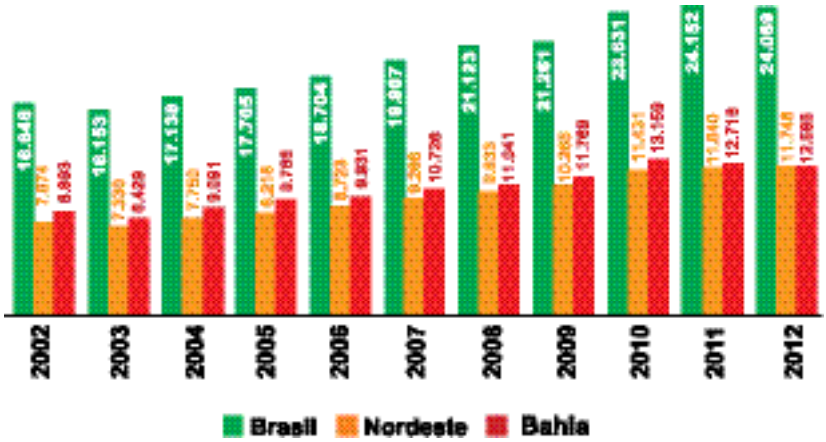
Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

Nota: valores constantes corrigidos pelo IPCA com base em 2013.

É importante registrar que o PIB da Bahia se distribui de forma desigual entre os territórios do Estado. A Mesorregião Metropolitana de Salvador concentra quase metade do PIB baiano (46,7%). Seguem o Sul Baiano (12,7%), Centro Norte (11,6%), Centro Sul (10,9%), Oeste (7,0%), Nordeste (6,1%) e Vale do São Francisco (5,0%), Mapa 1.

O PIB *per capita* da Bahia manteve-se acima dos valores observados para o Nordeste durante a série estudada, tendo alcançado R$ 12.586 em 2012. Entre 2002 e 2012, o PIB *per capita* do Estado cresceu 41,5% em termos reais, enquanto o PIB *per capita* do Nordeste e do Brasil cresceram 53,1% e 44,7%, alcançando R$ 11.748 e R$ 24.089 em 2012, respectivamente (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Evolução do PIB *per capita* - Brasil, Nordeste e Bahia - 2002 a 2012 - Em R$ - (valores constantes)



Fonte: elaboração do BNB/ETENE com dados do IBGE (2008, 2010, 2012, 2013, 2014a, 2014b).

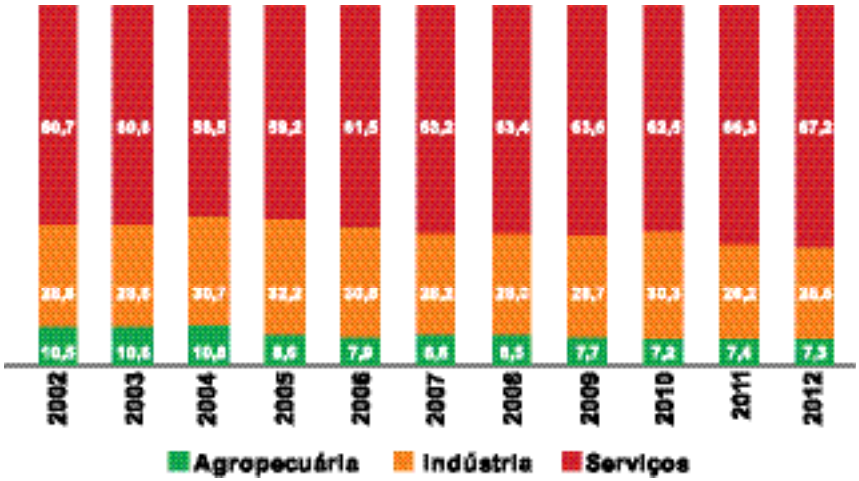
Nota: valores constantes corrigidos pelo IPCA com base em 2013.

A desagregação do Valor Adicionado Bruto (VAB) mostra que as atividades econômicas do Estado são concentradas no setor de serviços, que passou de 60,7%, em 2002, para 67,2%, em 2012. Por outro lado, entre 2002 e 2012, indústria e agropecuária reduziram suas participações no VAB. A A proporção da agropecuária decresceu de 10,5%, em 2002, para 7,3%, em 2012; por sua vez, a indústria que contribuía com 28,8%, em 2002, passou a responder por 25,5%, em 2012 (Gráfico 5).

Mapa 1 – Participação das mesorregiões no PIB da Bahia

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010b).

Gráfico 5 – Participação do valor adicionado da agropecuária, indústria e serviços no VAB total da Bahia - 2002 a 2012 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com base nos dados do IBGE (2014a).

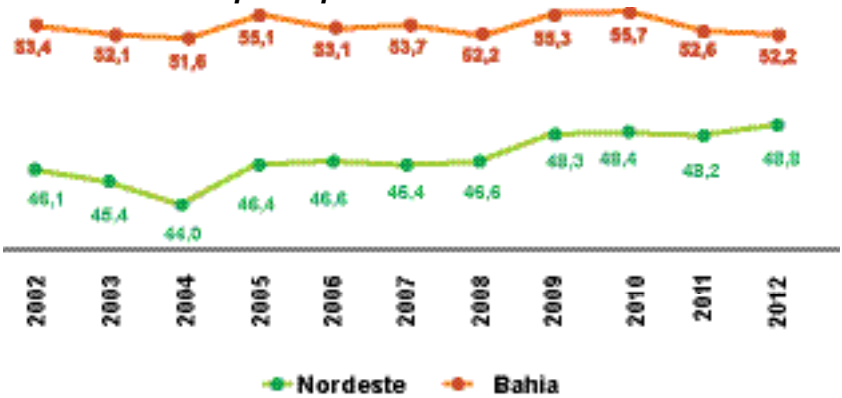
Para uma descrição da evolução da desigualdade espacial, calculou-se a proporção entre os PIBs *per capita* da Bahia e do Brasil, um dos indicadores utilizados na literatura de desenvolvimento regional. Construiu-se também a medida para o Nordeste, a fim de posicionar a desigualdade do Estado no âmbito da Região. É importante ressaltar que quanto mais próximo de 100% menor é a diferença entre o PIB per capita do Estado (ou do Nordeste) em relação ao do País.

A evolução da desigualdade do PIB *per capita* da Bahia e do Nordeste entre 2002 e 2012 pode ser visualizada no Gráfico 6. A relação PIB *per capita* do Nordeste em relação ao PIB per capita do Brasil aumentou de 46,1% para 48,8% no período analisado, incremento de 2,7 pontos percentuais, implicando uma redução da desigualdade econômica do Nordeste em relação ao País.

Por sua vez, a relação PIB per capita da Bahia em relação ao PIB *per capita* do Brasil reduziu-se de 53,4%, em 2002 para 52,2%, em 2012, o que significou um decréscimo de 1,2 pontos percentuais nessa medida, sinalizando por sua vez um ligeiro acréscimo da desigualdade do Estado em relação ao País (Gráfico 6).

Além disso, a vantagem que a Bahia detinha em comparação com a Região foi abreviada, pois a relação PIB *per capita* do Estado em relação ao PIB *per capita* do Nordeste decresceu de 153,1% em 2002 para 141,5% em 2012. Apesar da redução, a Bahia segue mantendo um PIB *per capita* superior em comparação com a média do Nordeste. O fortalecimento das políticas regionais será fundamental para que a Bahia possa se desenvolver.

Gráfico 6 – PIB *per capita do* Nordeste e da Bahia em relação ao PIB *per capita* do Brasil - 2002 a 2012 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ ETENE com dados do IBGE (2008, 2010a, 2012, 2013, 2014a, 2014b).

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas regionais do Brasil 2004-2008.** Rio de Janeiro, 2010a**.** (Contas Nacionais, n. 32). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2008/publicacao2008.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Contas regionais do Brasil 2010.** Rio de Janeiro, 2012. (Contas Nacionais, n. 38). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/publicacao2010.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Contas regionais do Brasil 2011.** Rio de Janeiro, 2013. (Contas Nacionais, n. 40). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/

Contas_Regionais/2011/contasregionais2011.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Estimativas da população**. Rio de Janeiro, 2014b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014/serie_2001_2014_tcu.shtm>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Malha Municipal Digital.** Rio de Janeiro, 2010b.

_____. **Projeção da população do Brasil por sexo e idade:** 1980-2050. Revisão 2008. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em:

4 Agricultura

Maria de Fátima Vidal
Engenheira Agrônoma. Mestre em Economia Rural

A diversidade fitogeográfica confere à Bahia amplas possibilidades de produção agrícola. Dessa forma, a agricultura no Estado é diversificada, existindo cultivos empresariais, dentre os quais se destacam a soja e o algodão nas regiões de cerrados, culturas de subsistência a exemplo da mandioca e feijão e uma expressiva fruticultura irrigada.

No território baiano está localizada grande parte da região hidrográfica do São Francisco que possui a maior disponibilidade hídrica superficial do Nordeste. Referida bacia contempla importantes polos de irrigação na Bahia e em outras quatro Unidades Federativas do País, isto é, Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Minas Gerais.

No Submédio São Francisco o clima é favorável ao desenvolvimento da fruticultura irrigada. A existência de reservatórios de regularização de vazões e o apoio político foram preponderantes para o estabelecimento de grandes projetos de irrigação na região. No polo Pretolina/PE-Juazeiro/BA existe um empresariado agrícola detentor de capital e conhecimento, ao qual se atribui em grande medida o desenvolvimento da agricultura irrigada nesse território.

No estado da Bahia é importante ainda mencionar a região hidrográfica do Atlântico Leste, localizada nas mesorregiões Sul Baiano e parte do Centro Sul e Centro Norte. Nesses locais destacam-se os perímetros públicos localizados nas bacias do Rio de Contas e do Rio Vaza-Barris.

A bacia hidrográfica do Rio de Contas está localizada inteiramente na Bahia, cobrindo uma área de 256 km^2. Nessa bacia foi instalado o perímetro de irrigação de Brumado onde se produz banana, coco, mamão, goiaba, manga e maracujá.

Na bacia do Vaza-Barris a agricultura irrigada é concentrada próximo ao açude Cocorobó e nos municípios de Canudos e Jeremoabo. Predominam no perímetro Vaza-Barris os lotes familiares, sendo as principais culturas o tomate, pimentão, melão, melancia, manga e banana.

Entre 2002 e 2012, a soja e o algodão se tornaram as principais culturas da Bahia em termos de valor da produção, juntas as duas culturas passaram a responder por 43,0% do valor agrícola total do Estado. A soja teve um crescimento de 118,02% no valor da produção no período analisado e o algodão 814,7% (Tabela 2). O plantio empresarial nos cerrados foi o grande responsável por esta expansão que também ocorreu com a cultura do milho.

Os fatores primordiais para a instalação de grandes empresas nos cerrados nordestinos foram: as condições favoráveis de clima e solo, a topografia plana e suavemente ondulada com predominância de grandes extensões de terra que permitem a realização de todas as práticas culturais mecanizadas e, principalmente, o baixo preço da terra considerado como um dos fatores determinantes para o deslocamento do eixo de produção das regiões tradicionais de São Paulo e Paraná para as novas regiões do Centro-Oeste e Nordeste.

O elevado incremento da produtividade de culturas tais como a soja, o milho e o algodão (Tabela 1) foi decorrente das inovações tecnológicas que tornaram produtivas grandes extensões de terras nos cerrados e de trabalhos de pesquisa desenvolvidos principalmente pela Embrapa, que contou com aporte de recursos dos fundos tecnológicos do Banco do Nordeste, em parceria com produtores e as instituições estaduais, que adequaram as culturas para as áreas de cerrados.

Entre 2002 e 2012 o milho apresentou um crescimento de produtividade de 181,4%, a soja de 57,8% e o algodão de 32,6% (Tabela 1).

Para a cultura do algodão, estudo realizado pelo BNB/ETENE em 2006, Vidal e Carneiro (2006) mostrou que o sistema de produção tradicional, intensivo em mão de obra com exploração de pequenas e médias áreas no semiárido nordestino, cedeu lugar a partir do final da década de 1990, para o atual modelo empresarial,

altamente mecanizado, com capital intensivo, tecnologia de ponta e praticado em grandes áreas dos cerrados.

São também citados como fatores que contribuíram para o deslocamento da produção de algodão para a região dos cerrados, a expressiva elevação dos preços internos do algodão no primeiro semestre de 1997, a baixa oferta do produto no mercado interno, o estímulo dos governos estaduais, a alta produtividade e a utilização de variedades melhoradas adaptadas às condições locais, tolerantes a doenças e com maior potencial produtivo.

Com relação ao milho observa-se que houve queda na área colhida no período analisado, no entanto, o volume da produção cresceu 121,6% (Tabela 1) como resultado da expansão da produtividade, certamente relacionado ao fortalecimento da produção na região de cerrado.

Como lavoura temporária destaca-se ainda na Bahia a cana-de-açúcar. Embora a cultura tenha baixa participação no valor da produção agrícola, existe na Bahia elevado potencial de produção na Zona da Mata e nas áreas irrigáveis, sendo que a mesorregião do São Francisco responde por mais de 20,0% da produção de cana do Estado.

Entre 2002 e 2012 ocorreu expansão da área com cana-de-açúcar na Bahia em 46,7%, resultando no crescimento da produção em 55,0% (Tabela 1). No entanto, a cultura apresentou uma expressiva queda no valor da produção (76,8%) o que evidencia uma perda de rentabilidade. Em 2002 a cana contribuía com 16,1% do valor da produção agrícola do Estado, passando a apenas 3,4% em 2012 (Tabela 2).

Estes dados refletem a grave crise financeira pela qual o setor sucroalcooleiro nordestino tem enfrentado nos últimos anos. Os principais fatores que têm contribuído para a atual situação do setor estão relacionados à queda de preço do açúcar no mercado internacional devido ao excesso de oferta mundial, a elevação dos custos de produção e a baixa rentabilidade do álcool cujo preço é atrelado à cotação da gasolina. Além disso, o setor não está conseguindo se modernizar o que está aumentado a distância de produtividade e eficiência alcançados pelo Centro-Sul. Todos estes problemas foram agravados pela seca que atinge o Nordeste desde 2012.

As culturas que foram mais atingidas pela escassez hídrica em 2012 foram as que são exploradas predominantemente por pequenos agricultores no semiárido. A mandioca teve sua área reduzida em quase 32,0% com uma quebra de safra de 46,2%. Para a cultura do feijão a perda foi superior a 70,0% tanto em termos de área quanto de produção (Tabela 1). A quebra de safra dessas culturas levou a uma redução no valor da produção, superior a 65,0% entre 2002 e 2012 (Tabela 2).

Com relação às lavouras permanentes, observa-se que o cacau continua sendo a principal cultura no estado da Bahia, no entanto, apresentou redução no valor da produção entre 2002 e 2012, tendo perdido participação percentual nesse período (Tabela 2).

O litoral Sul do Estado da Bahia possui uma extensa área ocupada pelo cultivo de cacau em sistemas agroflorestais tradicionais denominado localmente de “cabruca”. Nesse sistema, a vegetação nativa é removida parcialmente para o plantio de cacau, conservando assim uma parte das espécies arbóreas da Mata Atlântica que sombreia os cacaueiros.

Segundo trabalho de pesquisa realizada por Piasentin e Saito (2012) existem diferentes categorias de estabelecimentos rurais produtores de cacau na Bahia, familiar, lote em assentamento de reforma agrária e patronal que é a mais frequente.

Apesar de algumas lavouras apresentarem sinais de recuperação, a crise do setor cacaueiro, desencadeada pela ocorrência da doença vassoura-de-bruxa, persiste até os dias atuais. De acordo com Santos Filho et al. (2008), o setor enfrenta um novo contexto de crise caracterizado por preços reduzidos, aumento progressivo dos custos de produção associados a novas práticas voltadas ao controle da vassoura-de-bruxa.

As demais culturas permanentes do Estado apresentaram crescimento no valor da produção (Tabela 2).

A banana é a segunda cultura permanente mais importante da Bahia que é um dos maiores produtores nacionais e o maior do Nordeste com mais de 40,0% da produção regional, com 1.083.346 toneladas em 2012 (Tabela 1). Grande parte da produção de banana no estado da Bahia é oriunda da agricultura familiar.

Entre 2002 e 2012 a banana apresentou pequeno crescimento do valor da produção embora tenha ocorrido expressiva expansão da área, 43,6% no período. Em 2012 a área colhida com banana no Estado foi de 72,3 mil hectares (Tabelas 1 e 2). Mais de 60,0% da produção está localizada no Centro Sul e no Sul Baiano. O vale do São Francisco produz cerca de 20,0% de banana do Estado.

Vale salientar que, embora entre 2002 e 2012 tenha ocorrido crescimento da produção de banana no Estado, a cultura vem sofrendo perda de produtividade e de produção nos últimos anos devido à seca que atinge o Nordeste desde 2012, em muitos perímetros irrigados na Bahia o fornecimento de água foi reduzido em 2014 para priorizar o abastecimento humano.

O café é outra cultura permanente de elevada importância na Bahia em termos de valor da produção. Entre 2002 e 2012 apresentou crescimento de quase 55,0% (Tabela 2), resultado da melhora na rentabilidade da cultura já que a quantidade produzida foi reduzida em 16,2% no período analisado. Em 2012 foram colhidos 158 mil hectares com café no Estado (Tabelas 1 e 2), sendo o maior percentual de arábica.

O café é produzido em larga escala na Bahia principalmente no Centro Sul, Sul e Extremo Oeste Baiano, onde é utilizado o mais alto nível tecnológico, as lavouras são irrigadas, alcançando a maior produtividade do País, 2.351 kg/hectare em 2012.

O maior percentual de redução de produtividade da cultura do café ocorreu na região Centro Sul do Estado em 2003. Conforme Melo Filho et al. (2005) entre de maio de 2003 e abril de 2004, o volume total de chuva na região do Planalto da Conquista foi abaixo do ótimo para a cultura do café. De acordo com Camargo (1992) e Arruda et al. (2000) tanto a produtividade do café quanto a qualidade do grão são afetados pela disponibilidade de água no sistema.

No Planalto da Conquista a deficiência hídrica anual é superior a 150 mm, limite máximo recomendado para a cultura do café (SILVA et al., 2000).

Como culturas permanentes destacam-se ainda na Bahia o mamão, o maracujá e a laranja. De acordo com dados do IBGE (2014) o Estado responde por quase 50,0% do volume total de mamão produzido no País e por mais de 40,0% da produção de mara-

cujá. Com relação à laranja a Bahia é o maior produtor nordestino, com 1.036.841 toneladas em 2012 o que correspondeu a mais de 50,0% do volume produzido na Região.

Para a cultura do mamão, a melhora na produtividade em 26,9% não foi suficiente para compensar a redução de 31,3% na área colhida. Entre 2002 e 2012 houve uma queda de produção de 12,8% (Tabela 1). No entanto, houve crescimento no valor da produção (Tabela 2) evidenciando que a rentabilidade da cultura tem compensado os investimentos realizados. A melhora na produtividade foi decorrente da utilização de maior nível tecnológico no cultivo da cultura, a exemplo da irrigação.

Já a cultura do maracujá apresentou comportamento inverso ao do mamão, houve redução na produtividade, mas expressiva expansão da área (211,8%) passando de 9,6 mil hectares em 2002 para quase 30 mil hectares em 2012, o que resultou num crescimento de 155,2% na produção e de 116,9% no valor da produção da cultura (Tabelas 1 e 2).

O Centro Sul baiano é a região do Estado que concentra o maior volume de produção de maracujá. A queda na produtividade foi ocasionada pela escassez hídrica. Segundo dados do IBGE (2014), a seca de 2012 ocasionou uma redução de 21,0% na produção de maracujá na Bahia com relação a 2011. Desde 2012, os produtores estão reduzindo a área plantada devido à baixa disponibilidade de água para irrigação.

Com relação à laranja, observa-se que entre 2002 e 2012 houve aumento da área colhida, no entanto, a produtividade caiu. Mesmo com um crescimento de produção relativamente pequeno, a cultura apresentou elevado incremento no valor da produção 49,0% (Tabelas 1 e 2). A principal região produtora de laranja no Estado é o Nordeste Baiano que concentra mais de 70,0% da produção.

Tabela 1 – Área colhida, produtividade e quantidade produzida das principais culturas temporárias e permanentes - Bahia - 2002 e 2012

Culturas	Área colhida (ha)			Produtividade (kg/ha)			Quant. produzida (t)		
	2002	2012	Var (%)	2002	2012	Var (%)	2002	2012	Var (%)
Lavoura temporária									
Soja	800.000	1.112.627	39,1	1.830	2.888	57,8	1.464.000	3.212.789	119,5
Algodão	75.264	396.146	426,3	2.391	3.171	32,6	179.971	1.256.090	597,9
Milho	512.758	403.926	-21,2	1.657	4.662	181,4	849.743	1.882.938	121,6
Mandioca	325.251	221.739	-31,8	12.571	9.925	-21,0	4.088.788	2.200.806	-46,2
Cana-de-açúcar	80.387	117.910	46,7	55.321	58.471	5,7	4.447.168	6.894.350	55,0
Feijão	758.485	209.400	-72,4	494	509	3,0	374.939	106.653	-71,6
Lavoura permanente									
Cacau	487.791	532.074	9,1	225	300	33,3	110.205	159.432	44,7
Banana	50.400	72.379	43,6	15.156	14.968	-1,2	763.901	1.083.346	41,8
Café	148.169	158.133	6,7	1.142	897	-21,5	169.310	141.902	-16,2
Mamão	16.930	11.635	-31,3	46.284	58.743	26,9	783.600	683.474	-12,8
Laranja	50.731	65.129	28,4	18.195	15.920	-12,5	923.056	1.036.841	12,3
Maracujá	9.603	29.938	211,8	13.093	10.720	-18,1	125.741	320.945	155,2

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Tabela 2 – Valor da produção das principais culturas temporárias e permanentes - Bahia - 2002 e 2012

Culturas	Valor da produção (Mil R$)			Participação (%)	
	2002	2012	Var (%)	2002	2012
Lavoura temporária	**7.198.994**	**8.340.511**	**15,9**	**62,5**	**66,0**
Soja	1.229.437	2.682.367	118,2	10,7	21,2
Algodão	300.970	2.762.023	817,7	2,6	21,8
Milho	642.358	841.541	31,0	5,6	6,7
Mandioca	1.600.917	554.338	-65,4	13,9	4,4
Cana-de-açúcar	1.855.037	429.673	-76,8	16,1	3,4
Feijão	742.557	235.254	-68,3	6,4	1,9
Outros	827.716	835.315	0,9	**7,2**	**6,6**
Lavoura permanente	**4.325.572**	**4.303.331**	**-0,5**	**37,5**	**34,0**
Cacau	1.189.582	805.378	-32,3	10,3	6,4
Banana	689.285	734.725	6,6	6,0	5,8
Café	448.368	694.602	54,9	3,9	5,5
Mamão	509.766	557.663	9,4	4,4	4,4
Laranja	216.875	323.045	49,0	1,9	2,6
Maracujá	121.029	262.494	116,9	1,1	2,1
Outros	1.150.666	925.424	-19,6	10,0	7,3

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Entre 2002 e 2012 ocorreu um fortalecimento da agricultura empresarial que tem sido desenvolvida com elevado nível tecnológico na região do Cerrado. A soja e o algodão, cuja produção foi deslocada do semiárido para o Extremo Oeste da Bahia, passaram a ser as principais culturas do Estado em termos de valor da produção, ultrapassando culturas tradicionais amplamente exploradas na Bahia.

A fruticultura irrigada, embora não tenha apresentado grande incremento no valor da produção, continua com elevada importância na geração de renda e postos de trabalho no Estado. Da mesma forma, as culturas características da agricultura familiar, a exemplo da mandioca e feijão, embora sejam altamente vulneráveis a fatores climáticos adversos, continuam sendo importantes fonte de renda para grande parcela da população rural.

Referências

ARRUDA, F. B. et al. Estudo da influência do clima e do consumo hídrico na produção de cafeeiros (*coffea* arábica L.) em Pindorama, SP. In: SIMPÓSIO DE PESQUISA DOS CAFÉS DO BRASIL, 1., 2000, Poços de Caldas. **Resumos expandidos...** Brasília, DF: Embrapa Café; MINASPLAN, 2000.

CAMARGO, A. P. Aptidão climática para qualidade da bebida nas principais regiões cafeeiras de arábica no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISAS CAFEEIRAS, 18., 1992, Araxá. **Trabalhos...** Araxá: IBC, 1992. p. 7074.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção agrícola municipal.** Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp?o=27&i=P>. Acesso em: 05 de dez. 2014.

MELO FILHO, J. F. de et al. Balanço hídrico da água no solo para a cultura do café nas condições do planalto da conquista – Bahia. In: SIMPÓSIO DE PESQUISA DOS CAFÉS DO BRASIL, 4., 2005, Londrina. **Resumos expandidos...** Brasília, DF: Embrapa Café, 2005.

PIASENTIN, F. B.; SAITO, C. H. Caracterização do cultivo de cacau na região econômica litoral sul, sudeste da Bahia. **Estudo & Debate,** Lajeado, v. 19, n. 2, p. 63-80, 2012.

SANTOS FILHO, L. P. et al. Produção de cacau e a vassoura-de-bruxa na Bahia. **Agrotrópica,** Bahia, v. 20, p. 73-82, 2008.

SILVA, F. A. M. da; LOPES, T. S. S.; EVANGELISTA, B. A. et al. Delimitação das áreas aptas do ponto de vista agroclimático para o plantio da cultura do café (*coffea arábica*) no sudoeste do Estado da Bahia. In: SIMPÓSIO DE PESQUISA DOS CAFÉS DO BRASIL, 1., 2000, Poços de Caldas. **Resumos expandidos...** Brasília, DF: Embrapa Café, MINASPLAN, 2000. p.126-128.

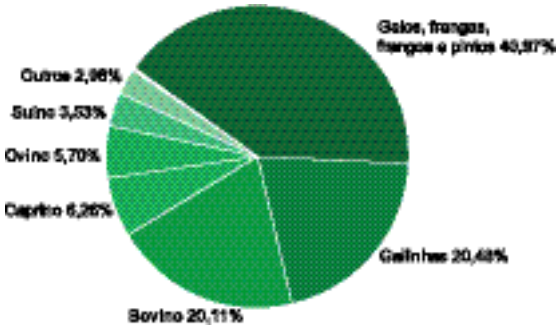
VIDAL, M. F. de.; CARNEIRO, W. M. A. **Cotonicultura nos cerrados nordestinos: produção, mercados e estruturação da cadeia produtiva.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil: Fortaleza. 2006. 80p. (Série Documentos do ETENE, n.13).

5 Pecuária

Maria Simone de Castro Pereira Brainer
Engenheira Agrônoma. Mestre em Economia Rural
Luciano J. F. Ximenes
Zootecnista. Doutor em Zootecnia

A atividade que concentrou o maior número de rebanhos na Bahia, entre os anos de 2000 e 2012, foi a avicultura com 61,45% do total de animais de produção do Estado, ou cerca de 32 milhões de animais, considerando a média desse período (Gráfico 1 e Tabela 1). Apesar da importância social e econômica, a avicultura tem apresentado instabilidade em função dos preços dos insumos básicos, como soja e milho, e dos embargos às importações, o que, deprime sobremaneira a lucratividade e a rentabilidade dos produtores. Referida situação também tem experimentada pelos suinocultores, cuja produção industrial tem perpassado pelas mesmas circunstâncias da avicultura industrial. A avicultura e a pecuária de ruminantes somam mais de 90% dos plantéis dos animais domésticos de produção da Bahia. As demais criações são constituídas pela criação equídeos codornas, bubalinos e coelhos.

Gráfico 1 – Proporção média dos rebanhos efetivos por espécie - 2000 a 2012



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE(2014).

5.1 Avicultura

A avicultura tem grande importância econômica e social para a Bahia. É comum em todas as mesorregiões do Estado e, em grande parte, por agricultores familiares, visto que estão presentes em 93% dos estabelecimentos agropecuários com aves. Nestes, 88,4% são da agricultura familiar e onde também se encontram 60,4% do plantel de aves e, ainda, dos estabelecimentos agropecuários que produziram ovos na Bahia, 94,3% são da agricultura familiar e sua produção representa 55,5% da quantidade total de ovos. A significativa participação do rebanho de aves da Bahia em relação à Região Nordeste, torna essa atividade igualmente importante no contexto regional. Segundo dados do IBGE (2006), estima-se que o plantel de aves para corte, aves para postura e galinhas e codornas representam 23,1%, 23,9% e 20,3% do rebanho nordestino, respectivamente.

Os principais fatores que têm contribuído para o crescimento da coturnicultura são a precocidade na produção, maturidade sexual, rápido crescimento das aves, boa conversão alimentar, alta produtividade (em média 300 ovos/ano), necessidade de pequenos espaços para grandes populações, longevidade das aves com alta produção e baixo investimento, associado ao uso de tecnologias de produção. Por outro lado, está havendo crescimento constante do consumo de ovos e carne de codorna nos últimos anos, possivelmente relacionado às mudanças de hábitos da população quanto ao consumo cada vez maior fora de casa, à facilidade para encontrar os citados itens e à redução do preço devido ao aumento da produção, especialmente ovos no caso do Nordeste (ALMEIDA et al., 2013).

Em relação à carne de frango, a Bahia é o primeiro produtor das regiões Norte e Nordeste, com produção, em 2012, de 342,8 mil toneladas, que representa 29,60% do total nordestino e 2,70% do somatório brasileiro (ANUALPEC, 2014). A produção do Estado atende 60,0% da necessidade do mercado, mas ainda se requer importar 40,0% do frango produzido em outros Estados para suprir a demanda interna. A maior parte da produção é obtida pelo sistema de integração, que corresponde a 85,0% e o restante provém de produção independente, de acordo com a Associação Baiana de Avicultura – ABA (2015).

Para a Associação, o sistema de integração é considerado de baixo risco e permite o uso de alta tecnologia de produção, utilizando-se da mão de obra familiar, resultando em qualidade e menor custo. Referido sistema funciona sob a orientação e o monitoramento da integradora. A integração é realizada pelos grandes grupos, que são responsáveis pela maior parte do abate no Estado. No oeste da Bahia foram implantados grandes projetos de integrados em função da proximidade com os cerrados produtores de grãos. As empresas pretendem abater 120 mil frangos/dia, contando com a introdução de 200 integrados em seus projetos produtivos. Com esse aumento de suprimento da demanda estadual, espera-se que haja queda da necessidade de importação de frango, melhorando os preços pagos aos produtores.

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos – USDA (2015) estimou, em seu último boletim quinquenal (2010-2014), que, em 2015, o Brasil será o segundo maior produtor de carne de frango do mundo (9 milhões de toneladas), seguindo os Estados Unidos (cerca de 18 milhões de toneladas). No mesmo período, o aumento da produção teve como consequência atender a elevada demanda externa (8,97% a.a.), visto que o consumo doméstico tem se mantido praticamente constante. Neste sentido, as exportações tiveram crescimento de 2,42% ao ano. Países asiáticos e africanos como o Japão, Iraque, Arábia Saudita, África do Sul, Angola, além do México são mercados importadores que o Brasil deve cativar.

Segundo dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE, nos anos de 2002 e de 2008 (IBGE, 2004, 2010), o consumo *per capita* de cárneos tem apresentado comportamento ascendente. Com a melhoria econômica da população de maior renda, houve aumento da demanda por alimentos mais nobres (cortes especiais e maior praticidade no preparo). O consumo de frango abatido (inteiro) cresceu 6,60% (10,227 e 10,902 kg/*per capita*), enquanto que o consumo de peito de frango foi 66,05% (0,483 e 0,802 kg/*per capita*). No caso da Bahia, a situação foi semelhante, alta no consumo de peito de frango 42,18% (de 0,754 para 1,072 kg/*per capita*) em detrimento ao frango inteiro abatido -2,02 (de 9,140 para 8,955 kg/*per capita*). Este comportamento também se observa na Bahia para demais carnes e pescados, ou seja, no mesmo período, cresceram os consumos de carnes bovinas de primeira (13,12%), caprina (26,61%), ovina (60,85%) e de pescados (5,20%), enquanto que

o consumo de carne bovina de segunda e de suínos caiu 1,04% e -24,98%, nesta ordem.

Quanto à produção de ovos de galinha, a Bahia é o terceiro produtor do Nordeste e do Norte. Em 2012, produziu 82.854 mil dúzias de ovos de galinhas, o que representou 15,7% do total regional. Nesse mesmo ano, o rebanho de galinhas da Bahia era de 9.646 mil cabeças, uma participação de 23,9% do rebanho total do Nordeste e 4,5% do rebanho brasileiro, colocando o Estado como segundo produtor regional de galinhas e décimo produtor nacional. Segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009, o consumo *per capita* de ovos de galinha foi de 3,298 kg/ano no Nordeste e 3,745 kg/ano, na Bahia (IBGE, 2010).

Segundo pesquisa realizada pelo BNB/ETENE (OLIVEIRA et al., 2008), o consumo estadual é atendido em 65% pela produção local e 35% são provenientes dos demais estados brasileiros. Entre as principais empresas avícolas, com atuação no Estado, destacam-se as seguintes:

a) Avipal: empresa com sede no Rio Grande do Sul e com atuação também em Mato Grosso do Sul, instalou-se na Bahia em 1997. A pesquisa de campo identificou que, atualmente, dispõe de unidade industrial com capacidade para abater 300 mil aves/dia, localizado no município de São Gonçalo dos Campos. Em 2006, o abate era de 140 mil aves diariamente, com plano de expansão para alcançar sua capacidade máxima. São produzidos dois tipos básicos de frango. O frango comum para consumo interno alcança o peso médio de 2,2kg, com 44 dias de vida, enquanto o tipo *griller* é destinado à exportação para o Oriente Médio, após 32 dias de vida e peso máximo de 1,450kg. Atualmente, da produção da Avipal, 70% é constituída por frango inteiro e 30% de cortes, além de mortadelas e salsichas. Além do frigorífico, a Avipal dispõe de grande unidade para produção de ração, localizada em Feira de Santana. O sistema da Avipal funciona com 369 produtores integrados, que fazem uso da prática “tudo dentro, tudo fora15” para maior eficiência da produção. Os empregos diretos gerados pela atividade da empresa são de mil funcioná-

rios no abatedouro, 600 nas demais unidades, além da mão de obra dos 369 produtores integrados;

b) Gujão Alimentos: fundada em 1984 para comercializar frangos vivos e rações para animais. Em 1986, inicia produção própria de frangos. Em 1999, implanta o sistema de integração com pequenos e médios produtores. (GUJÃO ALIMENTOS, 2006). Conforme a pesquisa de campo constatou, comercializa frangos vivos e abatidos, na proporção de 50% cada. Dispõe de frigorífico próprio, com capacidade de abate de 50 mil frangos/dia, localizado em São Gonçalo dos Campos, processando atualmente 45 mil frangos/dia, na forma de frango inteiro, frango temperado, cortes e linguiça. Possui uma fábrica de ração, em Conceição da Feira, com capacidade de 30 t/hora (aproximadamente 6 mil toneladas mês) e um incubatório, no município de Água Fria, com capacidade de 1,3 milhão de pintos/mês. A empresa emprega 700 funcionários e os pequenos e médios produtores integrados são em número de 180;

c) Avigro: fundada em 1987, tem sede em Conceição da Feira. A empresa utiliza um sistema original de integração vertical, com a produção de ovos, pintos, frangos, ração e abate. Os criadores integrados não são proprietários; os galpões, de propriedade da Avigro, são alugados aos produtores. A empresa dispõe de oito núcleos de matrizes, com 120 mil aves. O incubatório tem capacidade para 45 mil ovos/dia ou 240 mil ovos/semana e 210 mil pintos/semana. A fábrica de ração é totalmente automatizada e produz 6 mil toneladas de ração por mês. Atualmente, abate 37 mil aves/dia, em seu abatedouro de 4 mil m². Desses abates, 25% são comercializados sob a forma de cortes. A empresa conta com frota de 68 veículos para transporte de grãos, ração, frangos vivos e abatidos. A comercialização é realizada, sobretudo, na Bahia, além de menores quantidades para Sergipe, Pernambuco e Alagoas. Os consumidores baianos adquirem seus produtos, principalmente, nas grandes redes de supermercados como Bompreço, Extra e G. Barbosa. Também a Empresa

Baiana de Alimentação (EBAL) representa importante papel na aquisição da produção, embora a pesquisa de campo tenha constatado a existência de importantes pendências comerciais entre a EBAL e todas as avícolas visitadas. Além de 80 famílias ocupadas na produção de frangos, a Avigro emprega ainda cerca de 400 operários em suas diversas atividades. Conta com um veterinário e três técnicos agrícolas para prestação de assistência técnica;

d) Avícola Alecrim Ltda.: produz o frango da marca "Galinha Gorda", em Feira de Santana. Na entrevista realizada com seu Presidente, a empresa adota um sistema de integração semelhante ao anteriormente descrito, em que os galpões de sua propriedade são alugados aos pequenos produtores. Na visão da empresa, nesse processo reduzem-se seus problemas de natureza trabalhista e os produtores se envolvem de maneira mais efetiva na produção das aves. Em seu abatedouro próprio, produz o frango resfriado, no total de 180 mil aves por mês. Conta com 14 famílias dedicadas à produção e 150 operários no abatedouro.

A Mauricéa, uma das maiores empresas avícolas do Nordeste, com sede em Pernambuco e a Emape, com sede no Ceará, estão em processo de instalação no oeste baiano, para produção de frangos e ovos utilizando a vantagem da proximidade das maiores áreas produtoras de grãos da Região. Outras avícolas de menor porte atuam no Estado, a exemplo do grupo Capebi, com sede em Entre Rios, que trabalha apenas com frangos vivos, com produção de cerca de 10 mil toneladas/ano e da Granja Carolina, com sede em Conceição da Feira. Na região em torno de Vitória da Conquista há vários avicultores independentes que produzem para o mercado local (OLIVEIRA et al., 2008).

Destaca-se que a pesquisa identificou que as empresa baianas entrevistadas consideram problemático o sistema de produção sem integração, no qual as atividades de criação são conduzidas por funcionários próprios. Nesse sentido, haveria falta de compromisso com os resultados e excesso de problemas trabalhistas. Por outro lado, a pesquisa constatou, na produção integrada convencional, duas realidades: uma empresa tendo sérios conflitos de re-

lacionamento com seus produtores integrados e outra sem registrar conflitos, ao ponto de ser procurada por criadores desejosos de passarem a ser integrados.

5.2 Bovinocultura

A Bahia é o principal produtor de bovino da Região Nordeste, tanto de gado leiteiro quanto de corte. Em 2013, o Estado possuía 4,59 milhões de cabeças de bovinos leiteiros, representando 33,6% do rebanho bovino total e 9,08 milhões de bovinos de corte, representando 66,4% (ANUALPEC, 2014).

5.2.1 Bovinocultura leiteira

Quanto à bovinocultura leiteira, a Bahia é o principal produtor de leite da Região Nordeste e o sétimo produtor nacional, com distribuição em todo o Estado, mas em maior quantidade no Sul Baiano, Centro Sul Baiano, Centro Norte Baiano e Nordeste Baiano (IBGE, 2014).

No período de 2000 a 2012, a quantidade de vacas ordenhadas da Bahia cresceu 28,8% e a produtividade aumentou 15,6%, incremento na produção de leite de 48,9%, mesmo com a seca de 2012 (Tabela 3). Contudo, em relação à Região Nordeste, a atividade cresceu menos e a produtividade das vacas esteve sempre abaixo no período.

Quase metade (48,6%) dos estabelecimentos com pecuária de leite pertence à agricultura familiar e produz em torno de 30% do leite do Estado (IBGE, 2006). E dentre os produtores de leite da Bahia, 80% são classificados como pequenos. Para esses, a pecuária leiteira é uma das melhores opções de fonte de renda, por não necessitar de grandes áreas para produção, a exemplo da bovinocultura de corte. Contudo, ainda há necessidade de políticas públicas para aperfeiçoar a assistência técnica e, principalmente, melhorar o rebanho existente para aumentar a produtividade do leite (BAHIA, 2015).

A produção ainda é insuficiente para atender ao consumo, sendo esse último estimado em 1,5 bilhão de litros/ano. O consumo anual *per capita* de leite fresco de vaca, segundo a POF 2008-

2009, foi de 15,656 kg e o consumo de leite de vaca pasteurizado foi de 8,074 kg. No Nordeste as quantidades *per capita* consumidas foram 12,858 kg de leite fresco e 7,517 kg de leite pasteurizado. O consumo de leite fresco ainda é bem maior que o pasteurizado, tanto na Bahia quanto no Nordeste (IBGE, 2010).

Historicamente, todas as Regiões do Brasil apresentam déficit na Balança Comercial de lácteos, salvo nos anos de 2007 e de 2008 que foi incomum. O fato relevante nestes anos foi a taxa de câmbio favorável às exportações, resultando na maior quantidade exportada da história, 238,93 mil toneladas de lácteos em 2007 e 2008. Em 2014, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), os déficits da Balança Comercial de lácteos no Brasil foram de 23 mil toneladas e 105 milhões de dólares. No Nordeste a "demanda insatisfeita" foi de cerca de 5 mil toneladas ao preço de aproximadamente 15 milhões de dólares. A Bahia foi o principal importador da Região, foram mais de 2 mil toneladas (2,18 milhões de dólares) apenas de soro de leite e de produtos concentrados (BRASIL, 2015).

Para Ximenes e Evangelista (2011), a política comercial deve proteger o produtor de leite do Brasil. Acordos bilaterais com países de fronteira têm historicamente resultado em prejuízo econômico para os produtores do Brasil, porque os excedentes importados rebaixam os preços pagos ao produtor brasileiro. O setor no Brasil tem avançado em termos de organização e de gestão da produção, o que resulta, em parte, na inclusão ao programa institucional de compra.

No cenário de alto custo de insumos, elevado custo Brasil, problemas de logística e de infraestrutura, baixos preços pagos aos produtores, excedente internacional do Mercosul, somente o caminho da produção a baixo custo se mostra como sustentável economicamente. O sistema de produção financiado deve ser econômico, com foco na maximização do lucro, por meio do uso eficiente dos fatores de produção da fazenda. Critérios como genética adequada, uso reduzido de insumos, especialmente alimentos concentrados, instalações funcionais, prioridade na produção de alimentos a partir de forragens (*in natura* ou conservada na forma de silagem). Além dos desafios conjunturais no aspecto econômico da atividade, as mudanças climá-

ticas merecem destaque de alerta especial ao produtor e aos formuladores de políticas.

Estes fatores climáticos também têm repercussão na oferta e, consequentemente, nos preços dos insumos concentrados, como o milho e a soja. Reduzir a dependência de insumos externos por parte do produtor de leite se torna cada vez mais importante neste cenário de incertezas climáticas e de mercado.

5.2.2 Bovinocultura de corte

A liderança da bovinocultura de corte não é apenas quantitativa, mas também qualitativa. No rebanho do sul da Bahia e de Barreiras, a principal causa do crescimento qualitativo é o perfil do criador proveniente de Minas Gerais e do Espírito Santo, que possui maior tradição no uso de tecnologias modernas, tais como inseminação artificial, manejo e recuperação de pastagem (SANTOS et al., 2012).

Em 2013, foram abatidos 2,8 milhões de cabeças e a produção de carne foi de 542 mil toneladas equivalente-carcaça, uma participação de 43,6% do abate total e 44,7% da produção de carne da Região Nordeste. Essas quantidades denotam o importante papel da Bahia na pecuária bovina de corte regional (ANUALPEC, 2014). A Bahia é o segundo maior consumidor de carne bovina do Nordeste, com consumo anual *per capita* de 20,311 kg, maior que o consumo regional que é de 16,740 kg (IBGE, 2010).

Existe um grupo de municípios na Bahia que possui rebanho de engorda e pastagens plantadas, cujas taxas anuais vêm aumentando mais do que o dobro do Brasil. Esses municípios foram identificados pelo estudo de áreas vocacionadas para recria e engorda de bovinos a campo, elaborado pelo BNB/ETENE. São eles: Acajutiba; Angical; Araci; Baianópolis; Baixa Grande; Boa Vista do Tupim; Brejolândia; Caatiba; Canavieiras; Candeal; Cansanção; Castro Alves; Coaraci; Conceição do Coité; Elísio Medrado; Gavião; Guaratinga; Iaçu; Ibicuí; Ipirá; Itaberaba; Itagibá; Itagimirim; Itaju do Colônia; Itamaraju; Itanhém; Itapebi; Itapetinga; Itarantim; Itororó; Iuiú; Jucuruçu; Maiquinique; Mairi; Manoel Vitorino; Marcionílio Souza; Medeiros Neto; Mundo Novo; Muquém de São Francisco; Nova Canaã; Nova Redenção; Potiraguá; Prado; Quei-

madas; Rafael Jambeiro; Riachão do Jacuípe; Ribeirão do Largo; Ruy Barbosa; Santa Cruz Cabrália; Santaluz; Santana; Santanópolis; Serra Preta; Tanquinho; Teixeira de Freitas; Wanderley (EVANGELISTA et al., 2010).

O estudo também identificou um segundo grupo de municípios também vocacionado para a engorda de bovinos a campo, melhor do que a média nacional com respeito à densidade do rebanho, taxa de lotação e nível de especialização, mas onde o crescimento do rebanho de engorda e das pastagens plantadas não tem acompanhado o País como um todo. São eles: Aiquara; Almadina; Amargosa; Amélia Rodrigues; Andaraí; Anguera; Antônio Cardoso; Antônio Gonçalves; Aporá; Araçás; Aurelino Leal; Barra do Choça; Barreiras; Barrocas; Belmonte; Biritinga; Boa Nova; Bom Jesus da Lapa; Brejões; Cabaceiras do Paraguaçu; Caém; Camacan; Capela do Alto Alegre; Capim Grosso; Caravelas; Cardeal da Silva; Carinhanha; Cícero Dantas; Cocos; Conceição do Almeida; Conde; Coração de Maria; Coribe; Correntina; Cotegipe; Crisópolis; Cristópolis; Dário Meira; Encruzilhada; Entre Rios; Euclides da Cunha; Eunápolis; Feira da Mata; Feira de Santana; Filadélfia; Firmino Alves; Floresta Azul; Formosa do Rio Preto; Gongogi; Guanambi; Heliópolis; Ibiquera; Ibirapuã; Iguaí; Inhambupe; Irajuba; Iramaia; Itabela; Itabuna; Itaeté; Itambé; Itapé; Itapicuru; Itapitanga; Itaquara; Itiúba; Jaborandi; Jacobina; Jaguaquara; Jandaíra; Jeremoabo; Jussari; Laje; Lajedão; Luís Eduardo Magalhães; Macajuba; Macarani; Malhada; Maracás; Mascote; Miguel Calmon; Monte Santo; Mucuri; Muniz Ferreira; Nova Itarana; Palmas de Monte Alto; Pau Brasil; Pé de Serra; Pedro Alexandre; Pintadas; Piritiba; Planaltino; Planalto; Porto Seguro; Presidente Tancredo Neves; Quijingue; Riachão das Neves; Riacho de Santana; Rio Real; Santa Cruz da Vitória; Santa Inês; Santa Luzia; Santa Rita de Cássia; São Desidério; São Felipe; São Félix do Coribe; São Francisco do Conde; São Miguel das Matas; São Sebastião do Passé; Sátiro Dias; Saúde; Sebastião Laranjeiras; Senhor do Bonfim; Serra do Ramalho; Serra Dourada; Serrinha; Sítio do Mato; Sítio do Quinto; Tabocas do Brejo Velho; Tanhaçu; Tapiramutá; Teodoro Sampaio; Terra Nova; Ubaíra; Várzea da Roça; Várzea do Poço; Varzedo; Vereda; Vitória da Conquista (EVANGELISTA et al., 2010).

Em virtude da grande dimensão estadual, existem diferenças no padrão racial e nos índices zootécnicos (porte, idade de abate,

peso vivo e rendimento de carcaça) entre os rebanhos de corte das sub regiões baianas. Observam-se também diferenças, principalmente com relação ao padrão racial entre as principais regiões produtoras (Itapetinga, sul da Bahia, Barreiras e Feira de Santana). O rebanho de corte é predominantemente mestiço de Nelore, mas as principais regiões produtoras possuem grande número de criadores com rebanhos puros de Nelore. Os cruzamentos industriais mais comuns na região de Barreiras são de touros das raças Red Angus ou Charolês, com vacas da raça Nelore ou mestiças de Nelore (SANTOS et al., 2012).

Segundo o estudo do BNB/ETENE, a pecuária de corte da Bahia apresenta o seguinte cenário:

a) Pontos fortes: grande mercado interno consumidor; proximidade dos mercados dos Estados nordestinos, cuja produção é insuficiente para atender a demanda; quantidade razoável de frigoríficos para abate de bovinos localizados próximos aos maiores centros de produção; existência de extensa área, com grande diversidade edafoclimática no sul, sudeste e oeste do Estado, dotada de condições para produzir em volume e regularidade de produção, qualidade e custo de produção; parcela expressiva de criadores com experiência na atividade; existência de rebanho de excelente qualidade racial para corte; existência de selecionadores das raças Nelore, Guzerá e Tapabuã ofertando reprodutores e matrizes, proporcionando aos pequenos produtores condições para a aquisição de bovinos mais especializados para produção de carne; crescimento da bovinocultura apoiado na adoção de tecnologias modernas nas propriedades rurais, principalmente no oeste e sul da Bahia; viabilidade da integração lavoura-pecuária no Cerrado, principalmente na engorda confinada; existência de municípios na região de Itapetinga, cujos solos possuem alto teor de nutrientes minerais, necessitando de menor suplementação ao rebanho bovino; existência de um terminal marítimo em condições de iniciar a exportação da carne; criação da Câmara Setorial da Carne para coordenar as ações de políticas e estratégias de todos

os agentes envolvidos na cadeia produtiva da carne bovina; redução do abate clandestino, no Estado, através de ações conjuntas da Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab), Ministério Público e Policiais Federais e Estaduais; implantação do Programa de Regionalização dos Matadouros, na Bahia, com o envolvimento da iniciativa privada na gestão da prestação desse serviço; implantação do Plano de Ações Estratégicas para o Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Carne Bovina no Estado da Bahia, pela Federação de Agricultura do Estado da Bahia (Faeb), em parceria com os principais atores dessa atividade econômica, BNB e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar, (SANTOS et al., 2012);

b) Desafios: despadronização dos novilhos causada pela heterogeneidade dos sistemas de exploração e diversidade racial, gerando carcaças desuniformes e de baixo rendimento de carcaça e carne; existência de criadores que não adotam as tecnologias que elevem a produtividade, tais como cruzamento industrial, manejo de pastagens, correção e adubação de solo; carência de políticas e ações públicas para o melhoramento genético do rebanho bovino de corte do Estado; problemas persistentes na bovinocultura de corte pendentes de solução pela pesquisa, a exemplo do melhoramento genético e cruzamento industrial, novas espécies de pastagens e manejos adequados para cada região da Bahia; desorganização dos produtores, especialmente dos pequenos, que encontram dificuldades de modernizar suas explorações, comercializar seu rebanho e não obtêm rendas suficientes para pagar assistência técnica de qualidade; passivo ambiental de criadores em virtude do desmatamento excessivo; abate clandestino estimado entre 35 e 60%, dependendo da região; comercialização de carne sem a inspeção dos órgãos competentes, por preços inferiores, afetando a competitividade das empresas devidamente instituídas; elevado nível de capacidade ociosa nos médios e grandes frigoríficos; problemas na distribuição espacial

dos frigoríficos, pois há vazios, em alguns municípios, de matadouros de pequeno porte para atender em melhores condições de sanidade e higiene os consumidores locais de carne bovina; predominância de gestão familiar sem qualificação nas propriedades rurais e, em menor escala, nos matadouros de pequeno porte; inexistência de assistência técnica para o criador que contrai financiamento, inclusive durante a aplicação do crédito; vulnerabilidade dos frigoríficos à concorrência de grandes grupos de outros estados; carência de logística de frios para distribuição de carne bovina, principalmente nos maiores centros urbanos regionais no interior da Bahia, além dos terminais marítimos baianos; precariedade das estradas vicinais entre as propriedades rurais e os frigoríficos; impactos ambientais causados pelos matadouros públicos municipais.

5.3 Caprinos e ovinos

Os caprinos e ovinos estão em quarto e quinto lugares, respectivamente, em termos de rebanho mais populoso do Estado. No período de 2000 a 2012, os rebanhos de caprinos declinaram 36,7% e o de ovinos 3,8%. Em 2012, a Bahia é a maior produtora de caprinos do Brasil, com 2.427 mil cabeças e segunda maior produtora nacional de ovinos, com 2.812 mil cabeças (Tabela 1) (IBGE, 2014).

A redução dos efetivos nas áreas de cerrados do Nordeste e da parte setentrional da Bahia está relacionada ao avanço das áreas de lavouras temporárias (milho, soja) e permanentes (fruticultura irrigada); redução e degradação das áreas de pastagens naturais com redução da capacidade de suporte; inviabilidade econômica ou baixa rentabilidade da produção de caprinos e ovinos; aquisição e implantação de grandes áreas de agricultura tecnificada, motivada pelo relevo e clima dos cerrados adequados à mecanização; crédito bancário de menor custo financeiro e incentivos fiscais.

Efetivos se espalharam pelo Nordeste, também, a exemplo dos caprinos, destaque para o noroeste. Os efetivos aumentaram nos sertões pernambucanos e cearenses, o Centro Norte baiano, entre outras microrregiões, enquanto que em microrregiões como aquelas adjacentes ao vale do rio São Francisco houve redução de

plantéis. Os caprinos se concentram na área central do Nordeste, sendo que nos últimos anos houve aumento da capilaridade dos rebanhos por toda a Região, como a ocupação do Noroeste, Maranhão e Piauí. No período de 20 anos, o aumento médio anual de 30 mil animais apenas nos rebanhos do Sertão Pernambucano, no Centro-Norte Baiano, na microrregião da Borborema na Paraíba, São Francisco Pernambucano e Central Potiguar.

Em meados dos anos 1990, o Nordeste superou o Sul no efetivo de ovinos. A aptidão dos rebanhos do Nordeste sempre foi para corte, ovinos deslanados e seus mestiços, não foi necessária, portanto, a mudança do objetivo de produção, como houve no Sul pela decadência da indústria da lã. Em relação aos caprinos, mais versáteis que os ovinos em termos de sobrevivência, apenas a Bahia e Pernambuco já abrigam metade do rebanho do País.

A demanda pela carne de ovinos e caprinos tem crescido, nos últimos anos, mas ainda apresenta baixo consumo *per capita*. No Nordeste, o consumo *per capita* de carne de ovino é de 339 gramas e o de caprino, de 369 gramas. O consumo de carne de ovino, na Bahia, é de 645 gramas, quase o dobro da média regional. Já o consumo de carne de caprino é de 414 gramas, um pouco maior que a média regional (IBGE, 2010). A carência da adoção de técnicas adequadas de manejo associada à informalidade do setor tem causado restrições ao consumo das carnes de caprinos e de ovinos. No entanto, ações pontuais de profissionalização de manejo, abate e de comercialização têm atraído consumidores de várias classes sociais. Observa-se o crescimento da oferta e do consumo aparente na rede de varejo, restaurantes, feiras livres com predominância de carne de ovinos. Em Petrolina (PE), o bodódromo, já tradicional referência em gastronomia de produtos cárneos de caprinos e de ovinos, apesar do nome, a demanda maior é para carne de ovinos.

A carne de animais jovens apresenta boa aceitação para consumo direto, por ter melhor maciez e maior suculência, com sabor e odor menos intensos. A carne dos animais adultos por apresentar menor maciez, textura mais firme e sabor e odor mais intensos, teores mais elevados de proteínas tem, portanto, melhores características funcionais para produtos processados (MADRUGA, 2010). Ou seja, os animais jovens, sejam cordeiros ou cabritos, devem ser produzidos para comercialização direta *in natura*, enquanto que a carne de animais

adultos deve ser processada para posterior comercialização, inclusive, agrega-se valor e amplia-se a variedade de produtos no mercado. Projetos financiados pelo Fundeci/ETENE, têm aumentado a oferta de produtos de caprinos e de ovinos em áreas tradicionais e em outras fronteiras da produção e comercialização destas espécies, seja no processamento de cortes especiais, como de produtos processados como: linguiça, kafka, hambúrguer e manta desossada.

O aumento da demanda e a profissionalização de alguns produtores têm sido fatores importantes para implantação de indústrias no Nordeste, exemplo do frigorífico especializado do município de Pintadas, Sertão Baiano, organizado na forma de cooperativa, com capacidade para abate de 100 animais/dia. Um conselho gestor foi formado para decisões estratégicas, bem como no avanço das metas de integração com os pequenos pecuaristas associados à cooperativa e outros cadastrados para fornecimento de animais para o abate. A estimativa é que cerca de 400 produtores distribuídos em sete municípios da região se tornem fornecedores do frigorífico. O empreendimento terá a parceria da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) conforme Nogueira Filho et al. (2010).

A primeira venda em grande quantidade (5 toneladas de cortes especiais) mostrou que os produtores estão evoluindo, depoimento de Edemário Almeida, Gerente Executivo do Frigorífico. Segundo o entrevistado, a qualidade e o preço competitivo fizeram a diferença na hora de negociar com os compradores de Salvador. A Cooperativa vai intensificar os trabalhos para garantir a entrega no prazo e a regularidade dos pedidos. A venda da carne também vai alavancar a economia do semiárido baiano com o aumento no número de produtores que fornecem ao frigorífico. “Nós conseguimos preço competitivo graças a um planejamento orientado pelos consultores do Sebrae. Fizemos a reavaliação das planilhas e a estruturação na formação de preços. Conseguimos visualizar melhor os nossos custos e baixamos os preços de forma satisfatória, o que atendeu a demanda do mercado”, destacou Edemário[1].

Segundo o estudo do BNB/ETENE, uma parcela da carne de ovino e caprino se destina ao consumo de subsistência e a outra parcela é comercializada. O volume da carne comercializada,

[1]Disponível em: <http://www.agrosoft.org.br/agropag/211352.htm>. Acesso em: 26 dez. 2011.

formalmente no Nordeste (com inspeção federal ou estadual) não chega a 5% (NOGUEIRA FILHO et al., 2010).

A pele é a matéria-prima que admite a mais elevada agregação de valor em toda cadeia produtiva. No entanto, a maior parte das peles produzidas é de qualidade inferior, apresentando defeitos de diversas origens provocados por manejo deficiente, doenças e danos mecânicos. Segundo as estatísticas disponíveis, apenas 7% podem ser classificadas como de boa qualidade (NOGUEIRA FILHO et al., 2010).

Ao longo de décadas, vários curtumes artesanais, a maioria informal, instalaram-se no Nordeste, abastecendo o mercado local para fabricação de produtos diversos, especialmente de calçados e peças de artesanato, informalidade que também se estende a várias atividades ao longo da cadeia produtiva, como transporte, comercialização e abate. No diagnóstico feito pelo BNB/ETENE, o abate dos animais é predominantemente informal e realizado por marchantes, a pele é salgada pelo próprio marchante, produtor ou primeiro atravessador. A partir desse ponto, estabelece-se intrincado percurso por meio de uma rede de negociantes de peles em escala crescente de volume transacionado. O marchante vende pequenos volumes (20 a 70 abates semanais) para comerciante de pequeno porte (lotes de até 500 unidades). Estes são repassados para um intermediário (lotes de 2 mil peles), que, por sua vez, repassa para grandes comerciantes (5 mil peles). Houve casos de grandes comerciantes com lotes de até 20 mil peles. Por fim, são estes últimos que fornecem as peles aos curtumes e à central de compras, sendo que a disponibilidade para o transporte das peles é que determina a capacidade de atuação do comerciante. É usual este intermediário também possuir estrutura para estocar maiores quantidades de peles (NOGUEIRA FILHO et al., 2010).

O consumo doméstico de couro em substituição ao material sintético deverá continuar crescendo com a elevação da renda. Isto se reflete na maior utilização de couro por parte de diversas indústrias, como é o caso da indústria automobilística, que reflete o padrão de exigência do cliente e sua opção pelo acabamento em couro. Destaca-se, também, o crescimento da utilização de couro pela indústria moveleira. No setor de calçados, os brasileiros têm

demandado produtos de maior valor agregado, ou seja, calçados com couro legítimo, também decorrente do maior poder aquisitivo da população.

5.4 Apicultura

Segundo IBGE (2014), a Bahia é o segundo produtor regional de mel de abelha, com 1.595 toneladas, mas o Estado chegou a produzir 2.646 toneladas de mel de abelha, em 2011. A partir de 2012, com a seca, a produção caiu (Tabela 2).

De acordo com estudo do BNB/ETENE (KHAN et al., 2012), dentre os produtos da apicultura, o mel é o principal, no Nordeste, por ser de mais fácil exploração, sendo também o mais conhecido e com maiores possibilidades de comercialização. Além de alimento, devido às conhecidas propriedades terapêuticas, o mel é usado na formulação de produtos farmacêuticos e cosméticos. Os demais produtos apícolas são produzidos em menor escala no Nordeste porque a maioria dos apicultores não possui conhecimento sobre o processo produtivo e sobre o mercado, tendo maior dificuldade de comercialização.

O mercado interno para produtos apícolas é vasto, no entanto, o consumo *per capita* de mel no Brasil é baixo, em torno de 128 gramas por habitante/ano. As maiores dificuldades relacionadas à comercialização no mercado interno estão associadas à visão de que o mel é um produto terapêutico em detrimento do seu valor como alimento e ao elevado preço pago pelo consumidor, quando comparado à remuneração do produtor. Com exceção da produção de pólen no sul da Bahia e litorais de Alagoas e Sergipe, e de própolis em Alagoas, a escala de produção dos demais itens apícolas no Nordeste é pequena, o que dificulta a sua comercialização. Além disso, os apicultores não possuem conhecimento sobre o processo produtivo e sobre o mercado, para diversificar a produção. Dos produtos apícolas, além do mel, a cera é o único que vem sendo produzido em todos os estados, porém para consumo próprio do apicultor.

A apicultura desenvolvida no Nordeste tem caráter eminentemente familiar, pois de cada família que trabalha na apicultura, em média, 2,1 pessoas estão envolvidas com a atividade e a maio-

ria dos apicultores possui menos de 100 colmeias. Por ser uma atividade praticada predominantemente por pequenos produtores, tem se configurado numa alternativa para diversificação da fonte de renda nas pequenas propriedades rurais.

5.5 Considerações finais

A Bahia é o maior do Nordeste e sua grandeza se perfaz também em importantes desafios, com notável produção de grãos nos cerrados. A primazia por políticas de gestão da produção e organização dos produtores já tem avanços importantes nas atividades demandadoras de grãos, como a avicultura e a suinocultura industriais, até mesmo por decorrência do sistema de integração. Estas mesmas atividades, de alto custo e margens de lucro reduzidas carecem de políticas de investimento por parte do poder público para que se tornem mais competitivas. De forma geral, a pecuária baiana demanda investimentos em logística de transporte (rodovias e ferrovias), incentivos fiscais e atualização da legislação ambiental (pode ser rígida, mas não anacrônica e ultrapassada), combate ao abate e comercialização clandestinos, dentre outras ações que alterem ou não a geografia da produção.

Não obstante, a Bahia dispõe de várias instituições públicas de ensino técnico-profissionalizantes e acadêmicas na área de ciências agrárias, mas urge melhora da qualificação e da abrangência do sistema de assistência técnica, fundamental nas atividades integrantes da agricultura familiar aqui discutidas. Os excedentes comercializáveis de produção podem atender ao mercado formal com qualidade e não sazonal, visto a elevada demanda insatisfeita, diversificando do cliente institucional, que é importante, mas não deve ser o único. A organização de uma cadeia produtiva é uma tarefa complexa que necessita esforços planejados de médio e longo prazos nos ambientes institucional (leis e tradições) e organizacional (associações, sindicatos, pesquisa, dentre outros), de modo que se consiga, a contento, atender o mercado consumidor e mudar o quadro social e econômico da agricultura familiar do Estado.

Tabela 1 – Principais rebanhos existentes na Bahia - 2000 a 2012

Tipo de rebanho	Mil cabeças		Variação (%)	Média (mil cabeças)	Proporção média (%)
	2002	2012			
Total	51.213.032	50.319.014	-1,75	52.378.776	100,00
Galos, frangas, frangos e pintos	20.255.160	22.369.304	10,44	21.457.832	40,97
Galinhas	11.308.042	9.645.753	-14,70	10.727.308	20,48
Bovino	9.856.290	10.250.975	4,00	10.532.755	20,11
Caprino	3.584.783	2.427.207	-32,29	3.279.675	6,26
Ovino	2.674.743	2.812.360	5,15	2.984.707	5,70
Suíno	1.981.284	1.513.425	-23,61	1.847.030	3,53
Equino	613.417	518.051	-15,55	596.273	1,14
Outros	939.313	781.939	-16,75	953.197	1,82

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Tabela 2 – Evolução dos produtos de origem animal - 2000 a 2012

Tipo de produto	Produção		
	2000	2012	Variação (%)
Leite (mil litros)	724.897	1.079.097	48,86
Ovos de galinha (mil dúzias)	70.174	82.854	18,07
Ovos de codorna (mil dúzias)	2.423	2.944	21,50
Mel de abelha (quilogramas)	520.908	1.595.087	206,21
Leite (BA/NE)	33,57	30,82	-8,20
Ovos de galinha (BA/NE)	17,93	15,73	-12,23
Ovos de codorna (BA/NE)	29,32	18,92	-35,48
Mel de abelha (BA/NE)	13,90	20,72	49,05

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Tabela 3 – Quantidade de vacas ordenhadas, quantidade de leite e produtividade das vacas - 2000 a 2012

Vacas ordenhadas (cabeças)	Ano		Variação (%)
	2000	2012	
Nordeste	3.567.511	4.493.504	25,96
Bahia	1.516.434	1.943.015	28,13
Participação BA/NE (%)	42,51	43,24	
Produção de leite (mil litros)			
Nordeste	2.159.230	3.501.316	62,16
Bahia	724.897	1.079.097	48,86
Participação BA/NE (%)	33,57	30,82	
Produtividade			
Nordeste	2,24	2,89	28,74
Bahia	1,77	2,06	16,18

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Referências

ANUALPEC 2014: anuário da pecuária brasileira. São Paulo: Informa Economics FNP, 2014. 314p.

ALMEIDA, T. J. de O. et al. Evolução da produção de codornas para abate e postura no Brasil. In: JORNADA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 13., 2013, Recife. **Anais...** Garanhuns: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2013.

ASSOCIAÇÃO BAIANA DE AVICULTURA. **Perfil avícola na Bahia**. 2015. Disponível em: <http://www.avicultura-ba.com.br/perfil-agricola-na-bahia/>. Acesso em: 28 jan. 2015.

BAHIA. Secretaria da Agricultura do Estado. **Nota técnica**. Salvador, 2015. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/sites/default/files/not_notatecnicaleite.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. **Aliceweb2.** 2015. Banco de Dados.

EVANGELISTA, F. R. et al. **Identificação de áreas vocacionadas para recria/engorda de bovinos no Nordeste**. Fortaleza: Banco

do Nordeste do Brasil, 2010. 15 p. (Informe Rural ETENE, ano 4, n. 4).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006.** Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 nov. 2014.

_____. **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009.** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009_aquisicao/pof20082009_aquisicao.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2015.

_____. **Produção pecuária municipal.** Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 nov. 2014.

KHAN, A. S. et al. **Perfil da apicultura no Nordeste brasileiro**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012. 246p. (Série documentos do ETENE, n. 33).

MADRUGA, M. S. Produtos cárneos derivados de caprinos e ovinos. In: XIMENES, L. J. F. et al. **Ciência e tecnologia na pecuária de caprinos e ovinos**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010. p. 459-495. (Série BNB Ciência e Tecnologia, n. 5).

NOGUEIRA FILHO, A.; FIGUEIREDO JÚNIOR, C. A.; YAMAMOTO, A. **Mercado de carne, leite e pele de caprinos e ovinos no Nordeste.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010. 125 p. (Série Documentos do ETENE, n. 27).

SANTOS, J. A. N. et al. **A agroindústria da carne bovina no Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012. 450p. (Série Documentos do ETENE, n. 31).

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. **Broiler meat summary selected countries.** Disponível em: <http://apps.fas.usda.gov/psdonline/psdHome.aspx>. Acesso em: 2 fev. 2015.

XIMENES, L. J. F.; EVANGELISTA, F. R. **Leite:** a produção aumenta e o lucro diminui. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011. 8p. (Informe Rural ETENE, ano 5, n. 6). Disponível em:<http://www.bnb.gov.br/documents/88765/89729/ire_ano5_n6.pdf/036f9f34-4269-4631-aea6-6de8b9be444f>. Acesso em: 2 fev. 2015.

6 Indústria

Francisco Diniz Bezerra
Engenheiro Civil. Mestre em Engenharia de Produção

A indústria constitui um elemento-chave para o crescimento econômico sustentado e o desenvolvimento. Isto decorre do fato da atividade industrial possuir forte encadeamento intersetorial, deter elevada capacidade de agregação de valor aos produtos, apresentar potencial para o crescimento da produtividade e ser fonte de inovação e difusão de novas tecnologias para o ambiente empresarial e a economia.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as atividades industriais compreendem as seções B a F da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), mostradas no Quadro 1. Cada seção, por sua vez, é desagregada em divisões, grupos e classes. O presente texto abrange as indústrias extrativas (seção B), as indústrias de transformação (seção C), os Serviços Industriais de Utilidade Pública (Siup), que constituem as seções D (eletricidade e gás) e E (água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação), e a indústria da construção (seção F).

Quadro 1 – CNAE 2.0: seções representativas atividade industrial

Seção	Divisões	Descrição CNAE
B	05 .. 09	Indústrias extrativas
C	10 .. 33	Indústrias de transformação
D	35 .. 35	Eletricidade e gás
E	36 .. 39	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
F	41 .. 43	Construção

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2007).

A análise será empreendida tendo por base principalmente o Valor Adicionado Bruto[1] (VAB), divulgado nas Contas Regionais do IBGE, e os dados de emprego formal, oriundos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O IBGE publica o VAB por Estado apenas ao nível de seção. Visando à análise desagregada, recorreu-se à utilização da Matriz de Insumo-Produto do Banco do Nordeste, que disponibiliza para os estados do Nordeste o VAB ao nível de divisão e grupo da CNAE 2.0. No caso dos dados de emprego do MTE, é possível obter desagregação por município até o nível de classe.

Este capítulo disponibiliza informações sobre a atividade industrial na Bahia, sendo formado por esta introdução e por cinco subtópicos que tratam do perfil da indústria e, de forma mais específica, das indústrias extrativas, das indústrias de transformação, da indústria da construção e dos Serviços Industriais de Utilidade Pública, além de outro subtópico destinado às considerações finais.

6.1 Perfil da indústria da Bahia

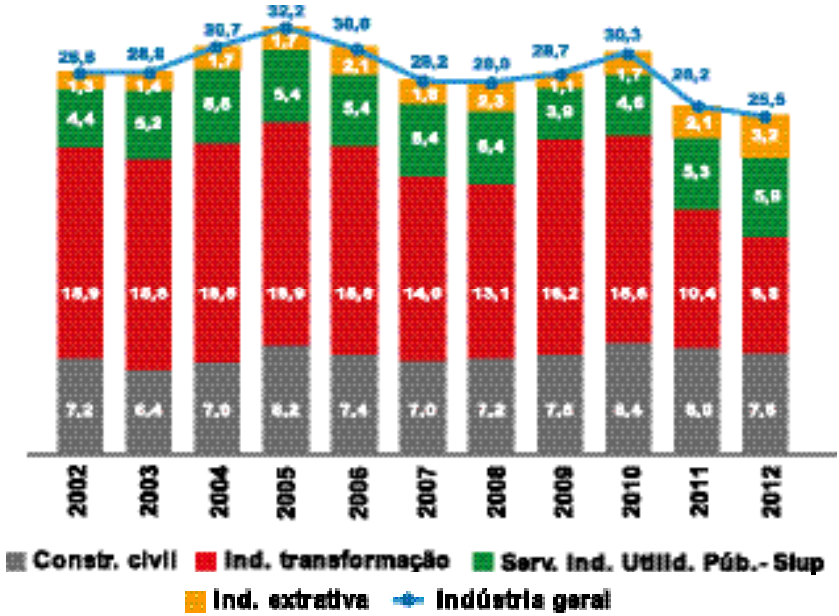
A participação da indústria na economia baiana, correspondente a 25,5% em 2012, se compara ao indicador brasileiro, que foi de 26,0% e é superior à média dos Estados nordestinos, de 23,5% no mesmo ano. No período compreendido entre 2002 e 2012, a participação da indústria no Valor Adicionado Bruto (VAB) das atividades econômicas da Bahia oscilou entre 25,5% (em 2012) e 32,2% (em 2005), configurando tendência de baixa no período (Gráfico 1). No ano de 2012, a indústria baiana adicionou à economia do Estado, a preços de dezembro de 2013, o montante de R$ 39,2 bilhões, destacando-se principalmente o segmento das indústrias de transformação, que contribuíram com R$ 13,5 bilhões, cifra correspondente a 8,8% do VAB total.

O setor industrial baiano é formado, em sua maior parte, pelas atividades das indústrias de transformação e da construção, tendo por base o Valor Adicionado Bruto. Consoante o que se observa para a maioria dos Estados brasileiros, as indústrias extrativas são menos representativas na composição estrutural da indústria

[1] Valor Adicionado Bruto corresponde à diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário (IBGE, 2014a).

da Bahia, no entanto, são importantes fornecedoras de insumos para diversas outras atividades industriais, particularmente para a construção civil, destacando-se também no Estado a extração de petróleo e gás. O subsetor dos Serviços Industriais de Utilidade Pública (Siup), embora menos expressivo quando comparado à indústria da construção e à indústria de transformação, tem apresentado participação relativa nas atividades econômicas do Estado superior a 5,0% na maioria dos anos pós-2002.

Gráfico 1 – Participação da indústria no VAB das atividades econômicas do Estado - Em %



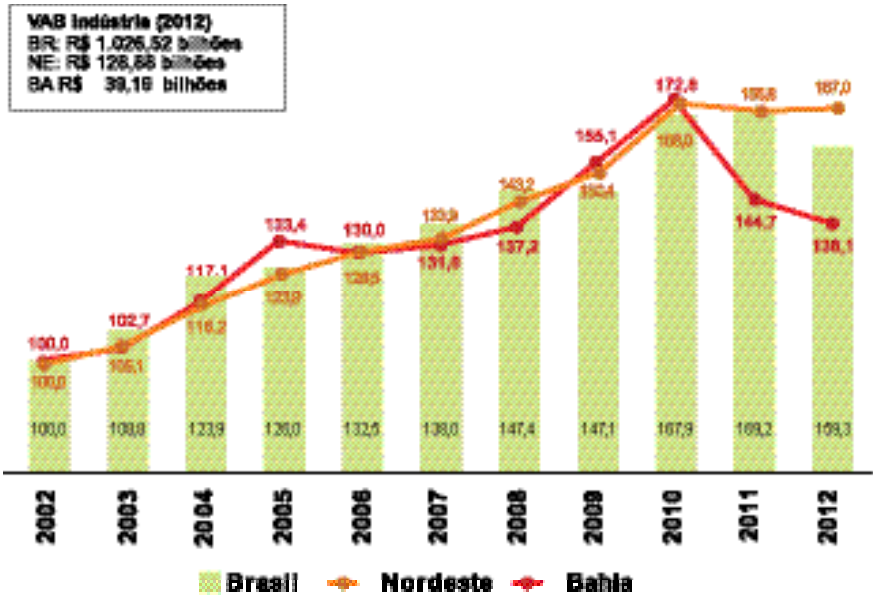
Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

A indústria da Bahia cresceu 38,1% entre 2002 e 2012, registrando desempenho inferior ao da indústria nordestina, que evoluiu 67,0%, e ao da indústria brasileira, que avançou 59,3%, considerando o Valor Adicionado Bruto. Ressalta-se, contudo, que no acumulado até 2010, o desempenho da indústria baiana foi superior ao de suas congêneres brasileira e nordestina, no entanto, decresceu de forma vertiginosa em 2011 e 2012 (Gráfico 2).

Em relação ao Nordeste, a participação da Bahia no VAB da indústria da Região oscilou em torno de 37% até 2010, decrescen-

do para 31,9% em 2011 e 30,4% em 2012. Nesse último ano, esse indicador correspondeu a R$ 39,2 bilhões, conforme já informado, enquanto o da indústria nordestina somou R$ 128,9 bilhões, a preços de dezembro de 2013.

Gráfico 2 – Indústria: evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Bahia - 2002 a 2012 - (Número-índice: 2002 = 100)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./2013 pelo IPCA.

Concernente ao emprego, Salvador abriga parcela expressiva do número de estabelecimentos e de empregos industriais da Bahia. De fato, segundo a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (BRASIL, 2013b), existiam no Estado, ao final de 2013, 17.661 estabelecimentos com pelo menos 1 vínculo ativo e 444.174 empregos formais na indústria baiana, dos quais 24,2% dos estabelecimentos e 31,2% dos vínculos empregatícios encontravam-se na Capital (Figura 1). O município de Feira de Santana possui a segunda maior concentração de estabelecimentos industriais do Estado, enquanto o município de Camaçari detém a segunda maior participação na disponibilização de empregos formais da indústria.

Figura 1 – Perfil da indústria da Bahia - VAB (2012) - Estabelecimentos e empregos formais (2013)

Indústria geral				
Valor Adicionado Bruto (VAB)	R$ milhões		39.191,23	100%
	Part. Ind. NE		30,4%	-
Estabelecimentos	Total:		17.661	100%
	Salvador	24,2%	Feira de Santana	9,3%
Empregos	Total:		444.174	100%
	Salvador	31,2%	Camaçari	9,0%

Subsetores da indústria	Extrativa		Transformação		Siup		Construção civil	
VAB (R$ milhões):	4.908,54	(12,5%)	13.537,95	(34,5%)	9.101,67	(23,2%)	11.643,07	(29,7%)
Estabelecimentos:	416	(2,4%)	9.948	(56,3%)	411	(2,3%)	6.886	(39,0%)
Empregos:	16.272	(3,7%)	217.624	(49,0%)	23.444	(5,3%)	186.834	(42,0%)

Principais segmentos (nível de divisão CNAE) da indústria de transformação	Em VAB				Em número de empregos		
	Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e biocombustíveis	Fabricação de produtos químicos	Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias		Fabricação de produtos alimentícios	Fabricação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos
R$ milhões	3.113,5	2.724,1	1.160,1	Qde postos	36.368	29.040	20.018
% Ind. transf.	23,0%	20,1%	8,6%	% Ind. transf.	16,7%	13,3%	9,2%

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a), Brasil (2013b) e BNB (2014).

Notas:

(1) VAB: dados de 2012, a preços de dez./2013. Empregos e estabelecimentos: dados de 2013;

(2) dados percentuais dos subsetores são relativos à indústria geral;

(3) dados percentuais das divisões são relativos ao total da indústria de transformação.

Analisando-se a indústria por porte, observa-se que as Micro e Pequenas Empresas, com até 99 empregados, representam 95,6% do número de estabelecimentos, enquanto as unidades industriais de médio e grande portes, com 100 ou mais empregados, correspondem a apenas 4,4% do total. Apesar disto, os empreendimentos de grande porte (500 ou mais empregados) concentram cerca de um terço da mão de obra formal, enquanto as microempresas ocupam 16% da força de trabalho regularizada (Tabela 1).

A Bahia conta com 14 distritos industriais equipados com infraestrutura básica, adequados à implantação e o desenvolvimento de atividades produtivas nos mais diferentes setores. Desde o início dos anos 2000, a Bahia vem diversificando sua produção industrial, com destaque para a fabricação de veículos automotores e de aerogeradores. A Figura 2 sintetiza alguns dos principais segmentos industriais consolidados ou nascentes no Estado.

Nos tópicos seguintes serão realizados comentários sobre os subsetores da indústria da Bahia, com destaque para as atividades mais relevantes no que se refere à contribuição no valor adicionado e na disponibilização de empregos.

Tabela 1 – Número de estabelecimentos e de vínculos empregatícios nos subsetores industriais segundo o porte - 2013

Estab/vínc.	Porte estab.	Setores de atividades				Total	Part. (%)
		Indústrias extrativas	Indústrias de transformação	Siup	Construção		
Número de estabelecimentos	De 1 a 19	318	8.361	283	5.472	14.434	81,7
	De 20 a 99	75	1.244	90	1.050	2.459	13,9
	De 100 a 499	14	286	31	307	638	3,6
	500 ou mais	9	57	7	57	130	0,7
	Total	416	9.948	411	6.886	17.661	100,0
	Part.(%)	2,4	56,3	2,3	39	100,0	-
Número de vínculos	De 1 a 19	1.804	41.309	1.655	26.171	70.939	16,0
	De 20 a 99	3.380	51.463	3.814	45.920	104.577	23,5
	De 100 a 499	2.931	59.326	6.420	57.621	126.298	28,4
	500 ou mais	8.157	65.726	11.555	56.922	142.360	32,1
	Total	16.272	217.824	23.444	186.634	444.174	100,0
	Part.(%)	3,7	49,0	5,3	42,0	100,0	-

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2013b).

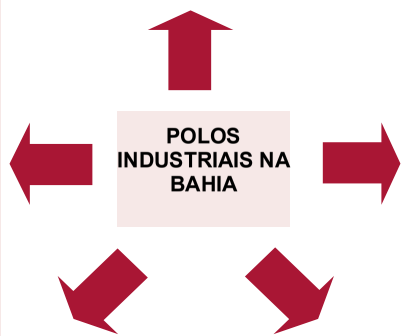
Figura 2 – Principais polos industriais consolidados e nascentes na Bahia

Indústria Mineral

- A Bahia se destaca pela quantidade e diversidade de depósitos minerais metálicos (cobre, cromo, manganês, níquel, ouro etc., não-metálicos (areia industrial, bentonita, calcário, caulim, diatomita, dolomito, feldspato, fosfato, grafita, magnesita, saibro, salgema, talco, vermiculita etc.) e energéticos (urânio, petróleo, xisto, gás natural), além de gemas e diamantes.
- Rochas Ornamentais – A Bahia é o terceiro maior produtor de rochas ornamentais do Brasil e detentor de pedras com diversos padrões cromáticos, incluindo variedades azuis, pretas, brancas etc. A rocha conhecida comercialmente como Mármore Bege Bahia apresenta grande aceitação no mercado, viabilizando mais de 600 empregos diretos, principalmente no município de Ourolândia, no Noroeste do Estado.
- As regiões Sul da Bahia e do Recôncavo Baiano possuem argila e outros insumos minerais utilizados na fabricação de pisos e revestimentos cerâmicos do tipo grês porcelanato, louças sanitárias e de mesa, telha branca e cerâmica vermelha. Dentre as indústrias cerâmicas instaladas no Recôncavo, destacam-se: Moliza, Eliane e Incefra.

Indústria Naval

- Estaleiro Enseada, em Maragogipe, voltado à construção de navios e plataformas de petróleo (unidades offshore), dentre outros. Investimento realizado: R$ 2,6 bilhões.
- Revitalização do Estaleiro São Roque do Paraguaçu.
- Implantação de canteiro para produção de módulos e integração de equipamentos da empresa baiana GDK, localizado no canal de Cotegipe na Baía de Aratu.
- Implantação do Complexo Náutico Naval da Baía de Aratu para abrigar mais três empresas de fabricação de módulos, BELOV Engenharia (BA), NIPLAN EN GENH ARIA (SP/BA) e MULTITE K (MG).
- Estaleiro Corema, na Bahia de Aratu, com capacidade de construção e recuperação de embarcações de até 12.000 t e para construção de embarcações de apoio offshore de até 150m. Investimento estimado em R$ 107 milhões.



Indústria Petroquímica

- O Polo Industrial de Camaçari (PIC) é o maior complexo petroquímico da América do Sul, abrigando 34 empresas químicas e petroquímicas, dentre elas Basf, Dow, Monsanto e Dupont. Faturamento anual: US$ 15 bilhões.
- O PIC representa oportunidade para atração de empresas da 3ª. geração petroquímica (produtos de uso final), cosméticos e fármacos.
- Oportunidades para petroquímica verde, tendo o etanol como matéria-prima.
- Consolidação e adensamento das cadeias química e petroquímica: borracha sbr, polibutadieno, cumeno, fenol, ácido adípico, ácido tereftálico, ácido acético, acetato de vinila / polivinila, resinas estirênicas de engenharia, acetona, dentre outros.

Indústria Automotiva

- Fábrica da Ford, com capacidade para produzir 250 mil veículos por ano.
- Previsão de investimentos de US$ 2,5 bilhões no setor para ampliação e instalação de montadora de automóveis, motocicletas e fabricantes de componentes e autopeças.
- Fábrica de motos. Investimento da ordem de R$ 120 milhões da empresa chinesa Shineray.

Geração Eólica

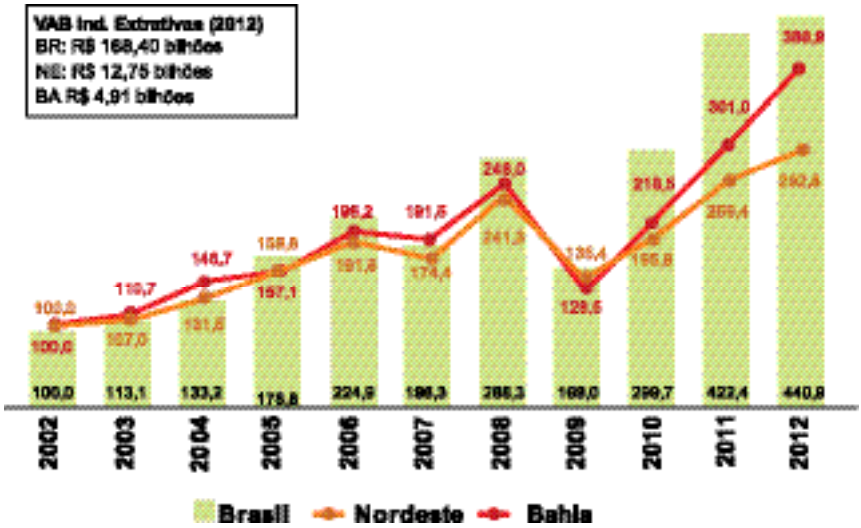
- A Bahia possui 33 parques eólicos implantados, somando 841,7 MW e outros 33 em construção com 871,5 MW de capacidade instalada, em dados da Aneel (2015) de 03/02/2015.
- Fábrica de aerogeradores da Gamesa em Camaçari.
- Fábrica de aerogeradores da Alstom em Camaçari
- Fábrica de cubos eólicos (peças que concentram as hélices das torres geradoras de energia) da Acciona Windpower, em Simões Filho.

Fontes: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Governo da Bahia (2015a, 2015b); ANEEL (2015) e DNPM (2010).

6.2 Indústrias extrativas

Em termos de Valor Adicionado Bruto, as indústrias extrativas da Bahia quase quadruplicaram de tamanho entre 2002 e 2012, evoluindo de R$ 1,3 bilhão para R$ 4,9 bilhões. O desempenho da indústria extrativa da Bahia superou o de sua congênere nordestina, no entanto foi inferior ao do País no acumulado entre 2002 e 2012 (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Indústrias extrativas: evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Bahia - 2002 a 2012 - (Número-índice: 2002 = 100)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./ 2013 pelo IPCA.

No final de 2013, a indústria extrativa da Bahia reunia 416 empreendimentos e 16.272 empregos formais. Dentre os segmentos da indústria extrativa, sobressai-se a extração de minerais metálicos, com 5.351 empregos formais, cerca de 1/3 do total do subsetor. A indústria de extração de minerais não metálicos é o segundo segmento mais expressivo quanto ao número de empregos, disponibilizando 4.918 postos formais de trabalho, 30,2% do total (Tabela 2). A atividade de extração de minerais metálicos é mais expressiva no município de Jaguarari (1.170 empregos), seguido de Andorinha (1.027 empregos), enquanto a de extração de minerais não metá-

licos possui maior número de empregos formais no município de Brumado, que conta com 1.136 postos, conforme dados de 2013.

De acordo com o Anuário Mineral Brasileiro, elaborado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM (2010), o valor da produção mineral comercializada na Bahia, em 2009[2], correspondeu a R$ 1,9 bilhão, destacando-se as seguintes atividades:

a) nos minerais metálicos: ouro primário (R$ 367,4 milhões), cobre (R$ 336,8 milhões) e cromo (R$ 85,7 milhões);

b) nos minerais não metálicos: rochas britadas e cascalhos (R$ 318,0 milhões), magnesita (R$ 172,3 milhões) e água mineral (R$ 126,3 milhões) – dados em valores correntes.

Comparativamente aos demais estados nordestinos, a Bahia se sobressai quanto ao volume e à diversidade de bens minerais extraídos em seu subsolo. Isto certamente é fruto de ações que culminaram no melhor conhecimento de sua geologia, possibilitando a disponibilidade de informações sobre as ocorrências minerais, ensejando mais segurança para a realização de investimentos por parte da iniciativa privada.

[2] Dados mais recentes indisponíveis.

Tabela 2 – Número de estabelecimentos e vínculos empregatícios na indústria extrativa mineral - Principais municípios - 2013

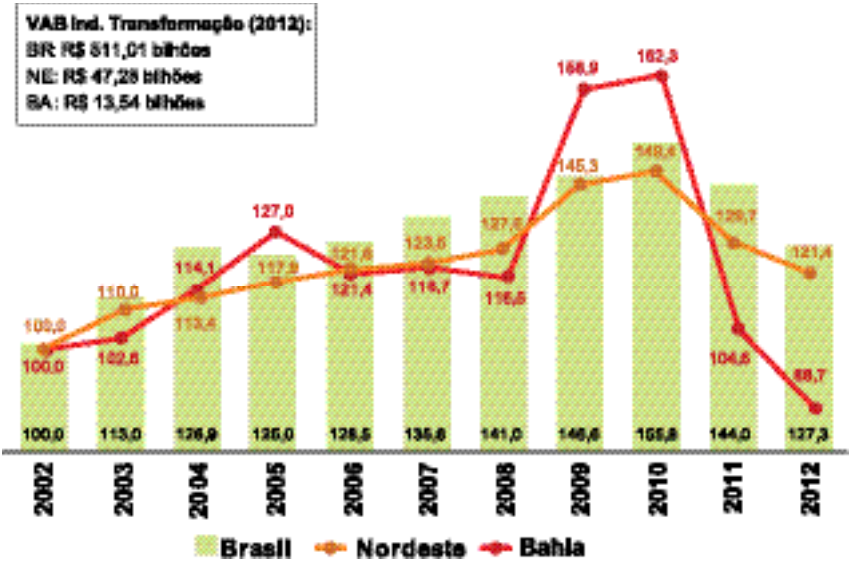
Município	Número de estabelecimentos				Número de vínculos				
	Extração de minerais metálicos	Extração de minerais não-metálicos	Outros segmentos	Total	Extração de minerais metálicos	Extração de minerais não-metálicos	Outros segmentos	Total	Part. Total Vínculos (%)
Salvador	6	10	12	28	44	366	2.622	3.032	18,6
Jaguarari	4	1	0	5	1.170	3	0	1.173	7,2
Brumado	0	9	0	9	0	1.136	0	1.136	7,0
Catu	0	0	14	14	0	0	1.034	1.034	6,4
Andorinha	1	0	0	1	1.027	0	0	1.027	6,3
São Sebastião do Passé	0	0	5	5	0	0	954	954	5,9
Jacobina	1	12	0	13	806	92	0	898	5,5
Itagiba	1	0	0	1	615	0	0	615	3,8
Barrocas	1	0	0	1	588	0	0	588	3,6
Ourolândia	0	33	0	33	0	426	0	426	2,6
Outros	34	230	42	306	1.101	2.895	1.393	5.389	33,1
Total	48	295	73	416	5.351	4.918	6.003	16.272	100,0
Part. Total (%)	11,5	70,9	17,5	100,0	32,9	30,2	36,9	100,0	

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2013b).

6.3 Indústrias de transformação

As indústrias de transformação baianas obtiveram queda real de 13,3% entre 2002 e 2012, diminuindo o valor adicionado de R$ 15,6 bilhões para R$ 13,5 bilhões, a preços constantes de dezembro de 2013. A título de comparação, o desempenho do Brasil (27,3%) e o do Nordeste (21,4%) foram positivos entre 2002 e 2012, embora demonstrando dinamismo tímido. Cabe registrar que o desempenho estadual acumulado até 2010 superou o brasileiro e o nordestino, no entanto, após esse ano, as indústrias de transformação nacional, regional e estadual apresentaram forte queda, porém com maior intensidade na Bahia (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Indústrias de transformação: evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Bahia - 2002 a 2012 - (Número-índice: 2002 = 100)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./2013 pelo IPCA.

Utilizando-se dados da Matriz de Insumo-Produto (BNB, 2014), constata-se que o segmento de fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis participa com 23,0% do VAB da indústria de transformação da Bahia. Os segmentos de fabricação de produtos químicos (20,1%) e a fabricação de veículos

automotores, reboques e carrocerias (8,6%) constituem a segunda e a terceira atividades mais importantes na participação do VAB da indústria de transformação do Estado. Considerando o critério adotado, essas três atividades são responsáveis, em conjunto, por cerca de metade do Valor Adicionado Bruto da indústria de transformação da Bahia.

No que se refere aos empregos disponibilizados, constata-se que, dos 217.824 vínculos empregatícios existentes na indústria de transformação da Bahia ao final de 2013, os três principais segmentos, sob a ótica setorial, são: fabricação de produtos alimentícios (16,7%), preparação de couros e fabricação de calçados e de artefatos de couro (13,3%) e fabricação de produtos de minerais não-metálicos (9,2%). Em conjunto, esses três segmentos são responsáveis por cerca de 40% dos empregos formais da indústria de transformação na Bahia (Tabela 3). Do ponto de vista geográfico, apenas quatro municípios detêm cerca de 40% dos postos formais da indústria de transformação, com destaque para Salvador (14,2%) e Camaçari (12,2%), seguidos de Feira de Santana (9,7%) e de Simões Filho (4,9%).

No segmento de fabricação de produtos alimentícios destacam-se, em função do número de postos formais de trabalho, o abate e a fabricação de produtos de carne, com 6.767 empregos, e a atividade de produção de moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais, com 4.972 postos formais de trabalho. Ressalta-se que as indústrias enquadradas no grupo de fabricação de outros produtos alimentícios concentram 12.545 empregos formais, conforme dados de dezembro de 2013.

Na indústria de preparação de couros e fabricação de calçados e de artefatos de couro, sobressai-se, em termos do número de empregos formais, a atividade de fabricação de calçados, que conta com 26.004 empregos.

Concernente à fabricação de produtos de minerais não-metálicos, destacam-se as atividades de fabricação de produtos cerâmicos (9.389 empregos) e a fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes (6.741 postos).

Tabela 3 – Municípios e atividades da indústria de transformação de maior expressão em número de empregos formais - 2013

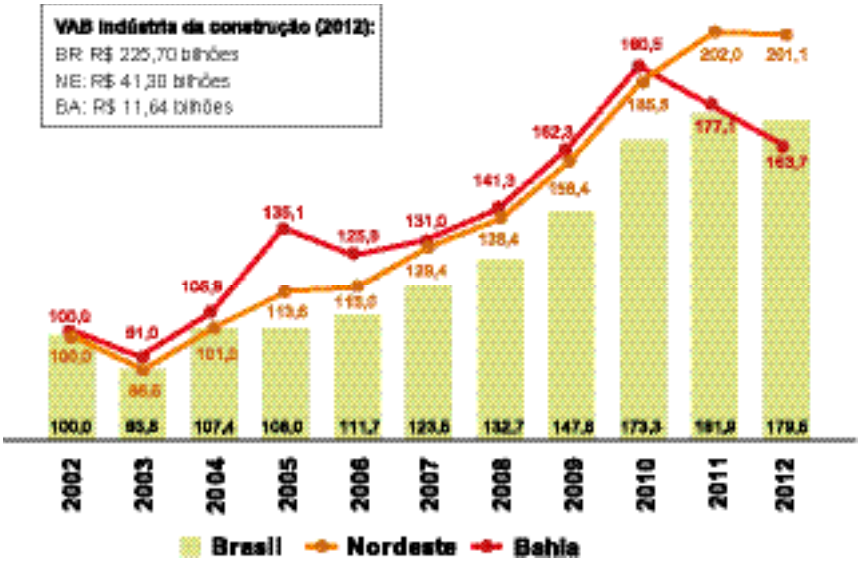
Município	Fabricação de produtos alimentícios	Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	Fabricação de produtos químicos	Outras atividades	Total (qde)	Total (%)
Salvador	6.196	288	1.631	2.305	3.831	1.162	15.528	30.941	14,2
Camaçari	556	2	1.272	5.259	125	5.347	14.080	26.641	12,2
Feira de Santana	4.091	354	1.175	3.480	1.845	373	9.714	21.032	9,7
Simões Filho	1.403	17	1.410	1.147	19	1.510	5.172	10.678	4,9
Lauro de Freitas	984	112	513	1.193	230	589	6.114	9.735	4,5
Vitória da Conquista	1.429	1.740	813	809	593	538	2.396	8.318	3,8
Itapetinga	818	6.120	14	28	5	10	139	7.134	3,3
Jequié	1.080	3.856	222	590	674	20	340	6.782	3,1
Itabuna	1.071	403	203	59	2.582	51	595	4.964	2,3
Dias D Ávila	8	6	866	308	39	160	3.564	4.951	2,3
Outros Municípios	18.732	16.142	11.899	2.257	4.215	3.141	30.262	86.648	39,8
Total	**36.368**	**29.040**	**20.018**	**17.435**	**14.158**	**12.901**	**87.904**	**217.824**	**100,0**
Total (%)	**16,7**	**13,3**	**9,2**	**8,0**	**6,5**	**5,9**	**40,4**	**100,0**	**-**

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2013b).

6.4 Indústria da construção

A partir de 2002 até 2010, a indústria da construção da Bahia obteve desempenho superior ao de suas congêneres do Brasil e do Nordeste, considerando o Valor Adicionado Bruto. No entanto, a indústria da construção baiana sofreu forte recuo entre 2010 e 2012, sendo superada pela do País e da Região. De fato, enquanto no País essa atividade cresceu 79,5% e na Região 101,1% no período compreendido entre 2002 e 2012, no Estado a indústria da construção avançou 63,7%, atingindo R$ 11,6 bilhões no último ano da série (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Indústria da construção: evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Bahia - 2002 a 2012 - (Número-índice: 2002 = 100)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./2013 pelo IPCA.

Dos 186.634 empregos formais existentes na indústria da construção na Bahia ao final de 2013, conforme mostrado na Figura 1, a construção de edifícios (76.511 empregos) concentrava 41,0%, principalmente na capital.

Em todo o País e na Bahia, em particular, o ritmo de crescimento da indústria da construção pode ser explicado em função da criação de programas federais de incentivo à aquisição de moradias, a exemplo do Programa Minha Casa, Minha Vida, e pela implementação de obras de infraestrutura, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e de outras ações governamentais. Também contribuíram para o crescimento da atividade o aquecimento do mercado imobiliário na capital baiana e os investimentos realizados pela iniciativa privada, como a construção e expansão de *shopping centers*, motivada pela expansão do comércio varejista local e pelo aumento do poder de compra da população.

Considerando as carências na área de infraestrutura e o déficit habitacional da Bahia de 12,7%, correspondente a pouco mais de 500 mil moradias em 2010, de acordo com o Ministério das Cidades (BRASIL, 2013a), conclui-se que há possibilidades para a expansão da indústria da construção no Estado.

6.5 Serviços Industriais de Utilidade Pública

Os Serviços Industriais de Utilidade Pública (Siup) são constituídos pela produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana.

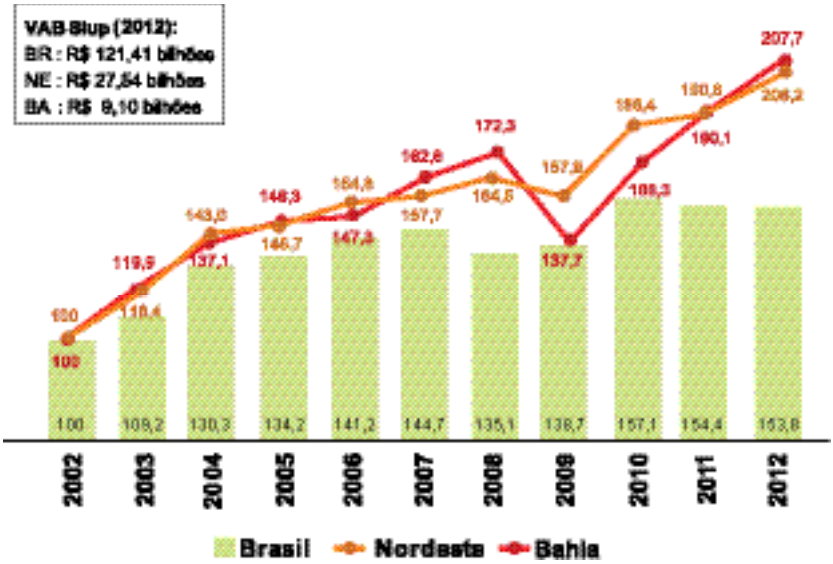
Ante a carência histórica na Bahia da disponibilidade de alguns serviços básicos de infraestrutura domiciliar (principalmente água e esgoto[3]), assim como na maioria dos estados nordestinos, é importante a realização de investimentos no Estado em patamar superior à média da Região e do País. Desta forma, poder-se-á diminuir, ao longo do tempo, as disparidades existentes entre a Bahia e as Unidades da Federação melhor aquinhoadas no que concerne à oferta de serviços básicos de infraestrutura domiciliar.

Felizmente é o que tem se constatado entre 2002 e 2012, período em que o Valor Adicionado Bruto dos Siup na Bahia aumentou 107,7%, equiparando-se à média da Região e superando a média brasileira (Gráfico 6). Espera-se que este ritmo de crescimento se

[3] Em 2013, cerca de 50% dos domicílios urbanos da Bahia não eram ligados à rede de esgoto (IBGE, 2014c) e aproximadamente 30% das residências urbanas não eram abastecidas pela rede de água com existência de canalização em pelo menos um cômodo (IBGE, 2014b).

mantenha no futuro face às ainda elevadas carências de Serviços Industriais de Utilidade Pública no estado da Bahia.

Gráfico 6 – Siup: evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Bahia - 2002 a 2012 - (Número-índice: 2002 = 100)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./ 2013 pelo IPCA.

6.6 Considerações finais

A indústria tem uma participação relativamente grande na economia baiana, tendo representado 25,5% do Valor Adicionado Bruto (VAB) em 2012, ano em que alcançou o montante de R$ 39,2 bilhões, a preços de dezembro de 2013. A título de comparação, esse indicador correspondeu, para o ano de 2012, a 26,0% no Brasil e a 23,5% no Nordeste.

A indústria da Bahia contribui com 30,4% do Valor Adicionado Bruto da indústria do Nordeste, tendo, no entanto, a participação do Estado nesse indicador apresentado tendência decrescente entre 2002 e 2012, embora alternando períodos de baixa e de alta.

Parte expressiva da indústria baiana encontra-se na Região Metropolitana de Salvador, onde se destacam a Capital e o município de Camaçari, que juntos são responsáveis por cerca de 40%

dos empregos industriais formais do Estado. Do ponto de vista setorial, a indústria da Bahia teve desempenho inferior ao de suas congêneres nordestina e brasileira, apresentando crescimento real de 38,1% entre 2002 e 2012. Dos quatro subsetores industriais analisados, o Estado obteve desempenho superior ao nacional apenas nos Siup, que avançaram 107,7% contra 53,8% do País no mesmo período.

Particularmente no subsetor das indústrias de transformação, sobressaem-se as atividades de fabricação de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis, a fabricação de produtos químicos e a fabricação de veículos automotores, considerando o Valor Adicionado Bruto. Tendo por base os empregos disponibilizados, destacam-se no Estado os segmentos de fabricação de produtos alimentícios, de fabricação de calçados e artigos de couro e de fabricação de produtos de minerais não metálicos.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Banco de informações de geração.** Capacidade de geração no estado da Bahia. 2015. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/ResumoEstadual/CapacidadeEstado.cfm?cmbEstados=BA:BAHIA>. Acesso em: 03 fev. 2015.

BAHIA. Governo do Estado. **Indústria naval.** Salvador, 2015a. Disponível em: <http://investimentos.mdic.gov.br/default/regioes/index/sg_uf/BA>. Acesso em: 05 fev. 2015.

_____. **Oportunidades de investimentos na Bahia.** Salvador, 2015b. Disponível em: <http://investimentos.mdic.gov.br/public/arquivo/arq1272993793.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2015.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Sistema inter-regional de insumo-produto do Nordeste.** Fortaleza, 2014.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Déficit habitacional municipal no Brasil 2010.** Belo Horizonte, 2013a. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file>. Acesso em: 28 nov. 2014.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS.** Brasília, DF, 2013b. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>. Acesso em: 12 nov. 2014.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL. **Anuário Mineral Brasileiro 2010.** Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.dnpm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=68&IDPagina=2005>. Acesso em: 12 nov. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estrutura da CNAE 2.0.** Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.cnae.ibge.gov.br/estrutura.asp?TabelaBusca=CNAE_200@CNAE%202.0>. Acesso em: 12 nov. 2014.

_____.Tabela 3 - Valor Adicionado Bruto a preços básicos por atividade econômica das Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002-2012. In: **Contas regionais do Brasil 2012.** Rio de Janeiro, 2014a. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2012/default_xls_2002_2012.shtm>. Acesso em: 25 nov. 2014.

_____.Tabela 1955 - Domicílios particulares permanentes e moradores em domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento mensal domiciliar, situação do domicílio e abastecimento de água. In: **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 2013.** Rio de Janeiro, 2014b. Disponível em: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=pnad&o=3&i=P&c=1955. Acesso em: 02 dez. 2014.

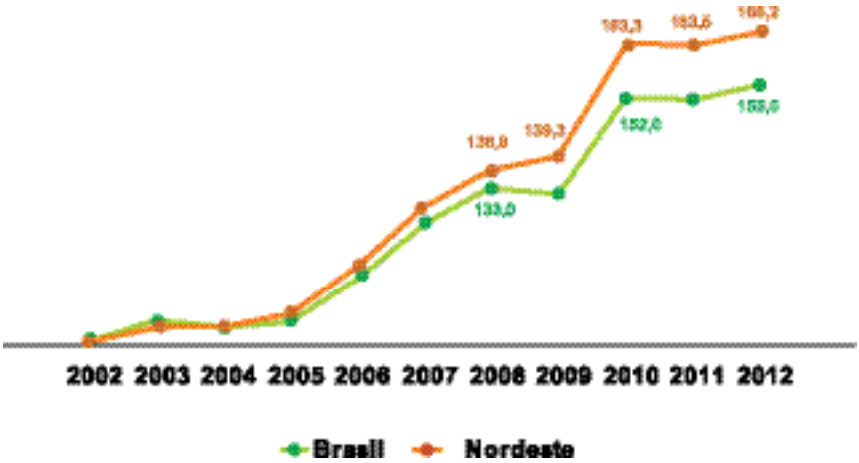
_____. Tabela 1956 - Domicílios particulares permanentes e Moradores em domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento mensal domiciliar, situação do domicílio e esgotamento sanitário. In: **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 2013.** Rio de Janeiro, 2014c . Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=pnad&o=3&i=P&c=1956>. Acesso em: 02 dez. 2014.

7 Comércio e serviços

Wellington Santos Damasceno
Economista. Mestre em Economia

O setor de comércio e serviços é expressivo no Nordeste, registrando forte expansão nos últimos anos. O Valor Adicionado Bruto (VAB) desse segmento na Região, obteve uma evolução superior à média nacional no período de 2002 a 2012, conforme os dados mais recentes disponibilizados. Enquanto no Brasil o crescimento em termos reais foi de 55%, no Nordeste o crescimento alcançou 66,2% no período (Gráfico 1).

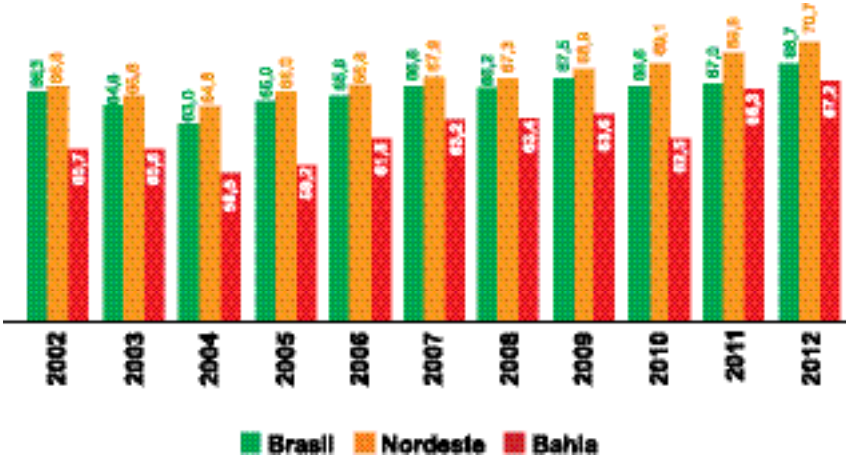
Gráfico 1 – Evolução do VAB - Comércio e serviços - (Base 100 = ano 2002)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Especificamente na Bahia, o valor adicionado para comércio e serviços correspondia a 60,7% do VAB da economia do Estado em 2002. Essa relação elevou-se para 67,2% em 2012, participação superior às médias nacional e regional que representavam no mesmo ano, 68,7% e 70,7%, respectivamente (Gráfico 2).

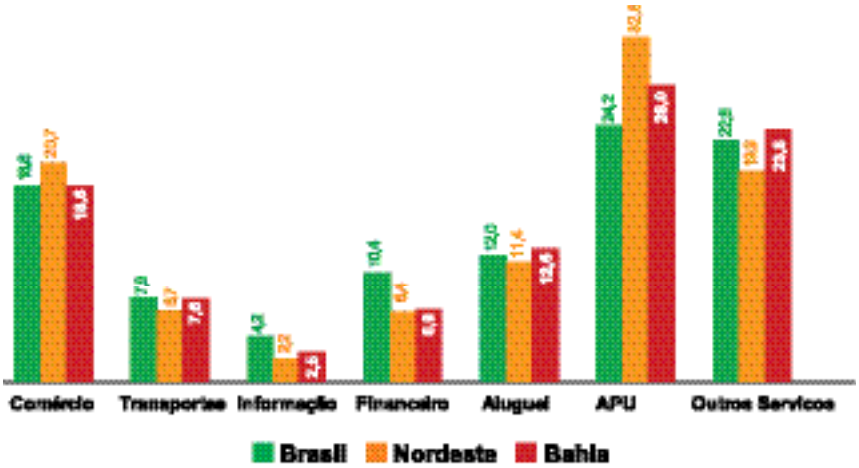
Gráfico 2 – Participação do VAB - Comércio e serviços na economia - Brasil, Nordeste e da Bahia - Em%



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

A Administração Pública (APU) é menos expressiva na Bahia, tendo representado 28,0% do total do setor de comércio e serviços em 2012. No Nordeste, a participação foi de 32,6% nesse mesmo ano. Para o Brasil essa relação é ainda menor, tendo alcançado 24,2% (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Distribuição do VAB - Comércio e serviços por atividade - Brasil, Nordeste e Bahia - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Notas: transportes referem-se a transportes, armazenagem e correios; informação compreende serviços de informação e comunicação; financeiro trata-se de intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; aluguel representa atividades imobiliárias e aluguéis; e APU significa administração, saúde e educação pública e seguridade social.

Conforme dados do IBGE (2014), o estado da Bahia possui 26,2% da população do Nordeste. O Estado, conforme dados mais recentes das contas regionais, participa com 28,1% do VAB do Nordeste. Por sua vez, o comércio e serviços do Estado representam 26,7% do VAB desse setor regionalmente. Portanto, as relações aqui especificadas situam-se em patamares semelhantes (Quadro 1).

Quadro 1 – Indicadores selecionados em 2012

Participação (%) do VAB da Bahia no VAB do Nordeste	28,08
Participação (%) do VAB de comércio e serviços da Bahia no VAB do setor do Nordeste	26,67
Participação (%) da população da Bahia no Nordeste	26,23

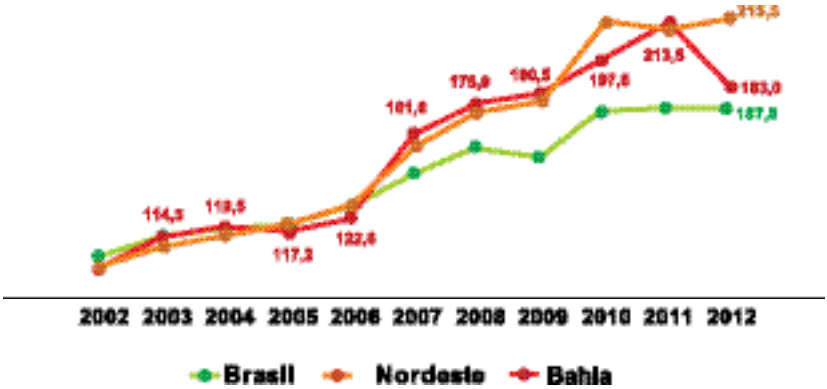
Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

7.1 Comércio

O VAB do comércio da Bahia obteve crescimento inferior às médias nordestina e brasileira no período de 2002 a 2012. O valor adicionado no Estado cresceu 83%, enquanto que no Nordeste o incremento foi de 115,5%. No Brasil, a evolução foi de 87,8% no mesmo período (Gráfico 4).

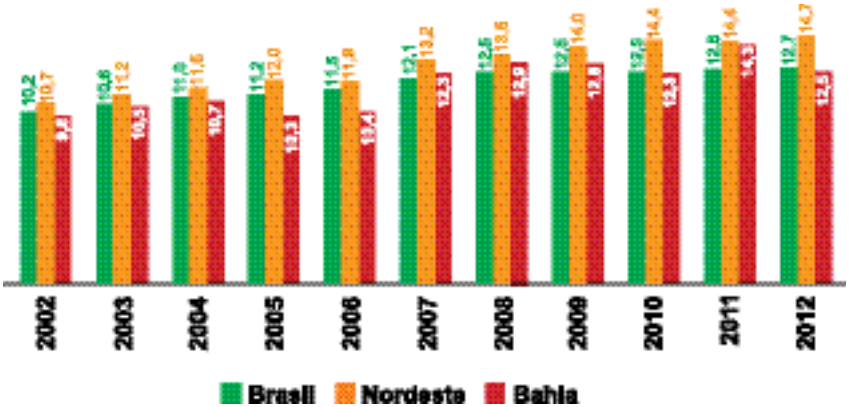
A participação do Comércio no Valor Adicionado Bruto do Nordeste cresceu de 10,7% em 2002 para 14,7% em 2012. Na Bahia, essa atividade obteve uma participação mais baixa, crescendo de 9,6% em 2002 para 12,5% no mesmo período. No Brasil, essa participação foi de 12,7% em 2012 (Gráfico 5).

Gráfico 4 – Evolução do VAB - Comércio - (Base 100 = ano 2002)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

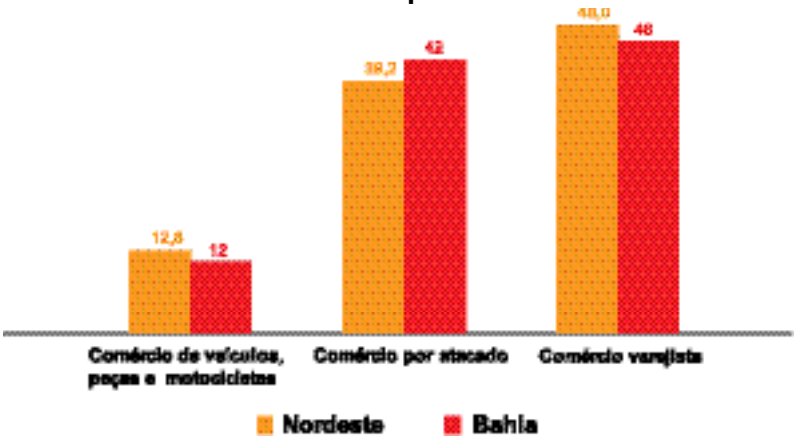
Gráfico 5 – Participação do VAB - Comércio - Brasil, Nordeste e Bahia - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

O comércio varejista representa 48% de todo o comércio no Nordeste. Na Bahia, essa representatividade é de 46%, seguindo-se o comércio atacadista com 42,0% e o comércio de veículos, motos e peças com 12,0% do total da receita bruta do setor em 2012 (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Distribuição da receita bruta de revenda e comissões do Nordeste e Bahia por atividade em 2012 - Em %

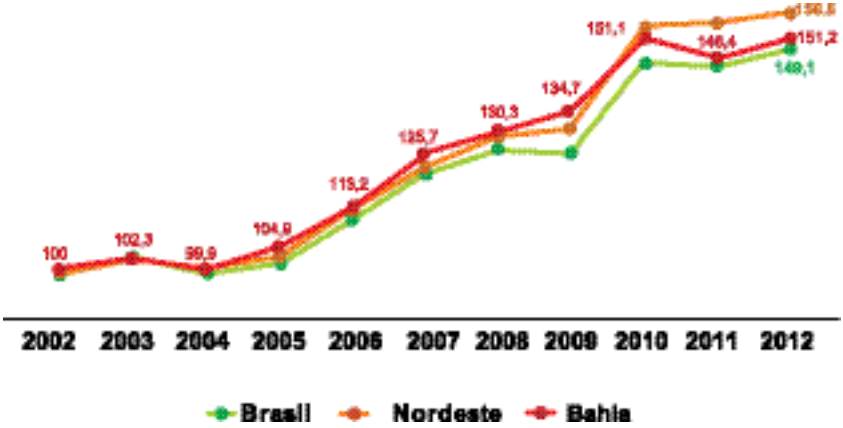


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2012).

7.2 Serviços

O valor adicionado pelos serviços à economia da Bahia, exclusive comércio, obteve crescimento inferior ao desempenho regional e superior ao nacional no período de 2002 a 2012. Em termos reais, o valor adicionado cresceu 51,2% na Bahia, enquanto que no Nordeste e Brasil, os aumentos foram de 56,8% e 49,1%, respectivamente (Gráfico 7).

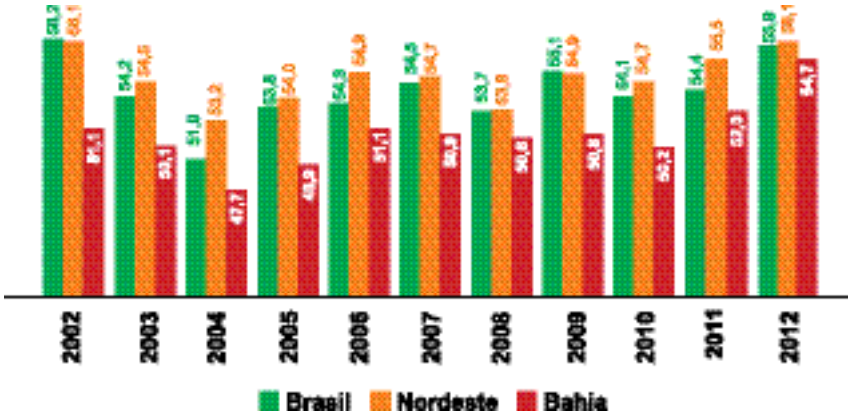
Gráfico 7 – Evolução do VAB - Serviços exclusive comércio - (Base 100 = ano 2002)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

A participação dos serviços, exclusive comércio, no VAB estadual registrou ampliação de 51,1% em 2002 para 54,7% em 2012, enquanto que no Nordeste, a participação não se alterou no período estudado. No Brasil, a participação teve uma pequena redução de 56,2% para 55,9% no mesmo período (Gráfico 8).

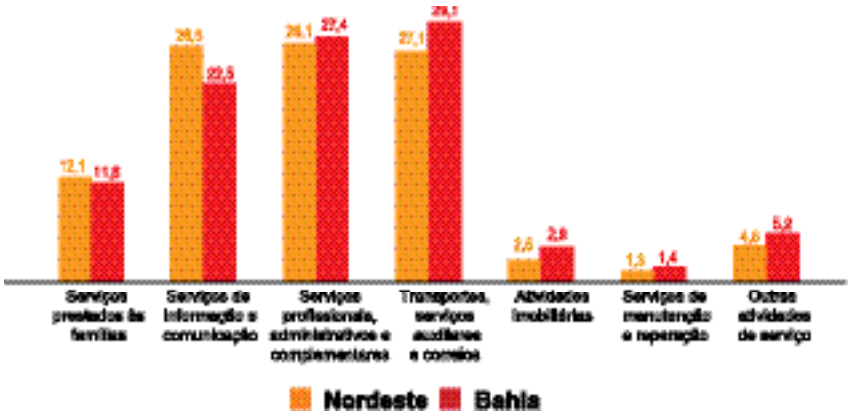
Gráfico 8 – Participação dos serviços no VAB - Brasil, Nordeste e Bahia - Exclusive comércio



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Em termos de receitas, os serviços de transportes, auxiliares e correio são mais expressivos na Bahia, seguidos pelos serviços de informação e comunicação e pelos profissionais e administrativos (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Distribuição da receita bruta de prestação de serviços não financeiros do Nordeste e Bahia por atividade em 2011 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2011).

7.3 Considerações finais

O Setor de comércio e serviços registrou crescimento na Bahia nos últimos anos, tendo alcançado 67,2% da economia estadual em 2012. As atividades da administração pública ainda são representativas com quase 28,0% do VAB comércio e serviços do Estado em 2011.

Em termos gerais, o comércio na Bahia cresceu a taxas inferiores em comparação com a média regional e nacional de 2002 a 2012. O comércio cresceu 83,0% e o restante dos serviços cresceu 51,2%.

A participação do comércio cresceu de 9,6% para 12,5% no VAB do Estado de 2002 a 2012, com destaque para o comércio varejista que representou 46,0% de todo o comércio em 2012. As demais atividades de serviços, exceto comércio, ganharam participação no Estado, mas mantiveram participação inferior às médias regional e nacional. O VAB serviços, exceto comércio, representou 54,7% do VAB estadual em 2012, enquanto que no Nordeste e no Brasil, as participações alcançaram 56,1% e 55,9%, respectivamente.

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Economia: sistema de contas nacionais. In: **Contas regionais do Brasil.** Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home>. Acesso em: 13 nov. 2014.

_____. **Pesquisa anual de serviços**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Pesquisa anual do comércio.** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home >. Acesso em 11 nov. 2014.

8 Fluxos do comércio interestadual

Francisco Raimundo Evangelista
Engenheiro Agrônomo. Doutor em Economia da Indústria e da Tecnologia
Antônio Ricardo de Norões Vidal
Economista. Mestre em Administração de Empresas
Airton Saboya Valente Junior
Economista. Mestre em Desenvolvimento Econômico
Paulo André Almeida Lopes
Graduando em Economia. Bolsista de Nível Superior

O presente capítulo foi elaborado a partir de dados gerados pela Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados. Referida matriz constitui-se em uma ferramenta utilizada em análises econômicas, pois mostra como os setores estão relacionados entre si, ou seja, quais segmentos suprem os outros de serviços e produtos e quais atividades compram das demais. Assim, a Matriz de Insumo -Produto apresenta uma perspectiva sobre o funcionamento da economia, revelando inclusive a interdependência entre as diversas atividades que compõem o sistema econômico de um determinado território.

A Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados, construída pelo Banco do Nordeste em parceria com a Universidade de São Paulo, utiliza dados das contas regionais e nacionais de 2009, que por sua vez são elaboradas e divulgadas pelo IBGE. A matriz tem um recorte de 82 setores.

É importante assinalar que, embora o quadro socioeconômico dos Estados do Nordeste tenha apresentado consideráveis mudanças na última década, as transformações na estrutura produtiva de um determinado território costumam ocorrer somente a médio ou no longo prazo. Nesse sentido, considera-se relevante

a análise aqui apresentada e embasada nas contas regionais e nacionais de 2009.

O capítulo está dividido em quatro partes. Inicialmente, detalham-se as compras realizadas pelo estado da Bahia em termos de insumos intermediários. Em seguida, apresentam-se as vendas de insumos intermediários realizadas por esse Estado. A terceira parte sintetiza o balanço de compras e vendas realizadas. Finaliza-se o texto com uma análise sobre a agregação de valor por parte da economia baiana.

8.1 Compras de insumos intermediários

Os insumos intermediários são representados pelos bens e serviços utilizados para alimentar a produção setorial da Bahia, podendo ser constituídos por matérias-primas, peças, partes, componentes ou mesmo produtos acabados e serviços que entram na composição de determinado setor produtivo.

É importante ressaltar que os resultados apresentados referem-se a compras de insumos intermediários. A Bahia produz bens finais que se destinam ao consumo das famílias ou ao investimento das empresas, itens da demanda final, também registrada na Matriz de Insumo-Produto, mas não analisados nesse trabalho. Também, não são computadas as importações de fora do País.

Conforme os dados da Matriz de Insumo Produto do Nordeste e Estados, as compras da Bahia com insumos intermediários totalizaram R$ 100,3 bilhões em 2009. A maior parte das aquisições foi oriunda do próprio estado da Bahia, ou seja, R$ 60,9 bilhões ou 60,7% do total das compras realizadas. Isto implica dizer que a Bahia adquiriu R$ 39,4 bilhões das outras Unidades Federativas nesse mesmo ano.

O estado de São Paulo foi um dos principais fornecedores da Bahia com R$ 15,9 bilhões no ano estudado. Seguem Rio de Janeiro com R$ 5,7 bilhões, Minas Gerais com R$ 3,1 bilhões, Espírito Santo com R$ 1,8 bilhão e Rio Grande do Sul com R$ 1,7 bilhão. Portanto, a economia de Bahia possui vínculos comerciais mais expressivos com alguns Estados do Sul e Sudeste em comparação com as Unidades Federativas do Norte, Centro-Oeste e Nordeste (Tabela 1).

A indústria aparece como a mais relevante em termos de compras no Estado, correspondendo a R$ 61,1 bilhões ou 60,8% do total das aquisições baianas. O principal fornecedor foi o próprio estado da Bahia, com R$ 33,2 bilhões. Portanto, a indústria da Bahia adquiriu um total de R$ 27,9 bilhões das demais Unidades Federativas com destaque para São Paulo (R$ 9,6 bilhões), Rio de Janeiro (R$ 4,7 bilhões), Minas Gerais (R$ 2,4 bilhões), Espírito Santo (R$ 1,6 bilhão) e Sergipe (R$ 1,3 bilhão).

O setor de serviços é o segundo setor mais representativo em termos de compras, isto é, R$ 35,5 bilhões, com destaque para as aquisições realizadas na própria Bahia (R$ 25,3 bilhões). Assim, o setor de serviços baiano comprou R$ 10,2 bilhões de outros Estados, especialmente de São Paulo (R$ 5,8 bilhões), Rio de Janeiro (R$ 941,1 milhões), Minas Gerais (R$ 471,2 milhões), Paraná (R$ 451,1 milhões) e Pernambuco (R$ 436,3 milhões).

A agropecuária baiana adquiriu R$ 3,8 bilhões de insumos intermediários em 2009, dos quais R$ 2,5 milhões foram originários do próprio Estado e R$ 1,3 bilhão das demais Unidades Federativas do País. Os principais vendedores foram São Paulo (R$ 482,9 milhões), Minas Gerais (R$ 170,3 milhões), Rio Grande do Sul (R$ 104,5 milhões), Paraná (R$ 80,6 milhões) e Sergipe (R$ 61,8 milhões).

Tabela 1 – Origem das compras de insumos por grandes setores - 2009 - (R$ milhões correntes)

Região	UF	Agropecuaria		Indústria		Serviço		Total	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Nordeste		**2.746,2**	**71,8**	**37.592,9**	**61,6**	**26.252,9**	**74,0**	**66.592,1**	**66,4**
	AL	20,2	0,5	359,4	0,6	88,5	0,2	468,2	0,5
	BA	2.509,9	65,6	33.176,2	54,3	25.268,6	71,3	60.954,6	60,7
	CE	24,7	0,6	366,4	0,6	159,4	0,4	550,5	0,5
	MA	49,4	1,3	364,4	0,6	83,0	0,2	496,8	0,5
	PB	10,6	0,3	180,2	0,3	72,2	0,2	263,0	0,3
	PE	53,4	1,4	1.137,1	1,9	436,3	1,2	1.626,8	1,6
	PI	9,7	0,3	79,1	0,1	30,6	0,1	119,3	0,1
	SE	61,8	1,6	1.295,7	2,1	73,2	0,2	1.430,7	1,4
	RN	6,5	0,2	634,4	1,0	41,1	0,1	682,1	0,7
Sudeste		**716,4**	**18,7**	**18.416,8**	**30,2**	**7.328,5**	**20,7**	**26.461,7**	**26,4**
	ES	26,6	0,7	1.645,1	2,7	131,8	0,4	1.803,5	1,8
	MG	170,3	4,5	2.412,0	4,0	471,2	1,3	3.053,5	3,0
	RJ	36,6	1,0	4.717,5	7,7	941,1	2,7	5.695,2	5,7
	SP	482,9	12,6	9.642,2	15,8	5.784,4	16,3	15.909,4	15,9

continua...

continuação

Norte		**68,2**	**1,8**	**902,6**	**1,5**	**321,6**	**0,9**	**1.292,4**	**1,3**
	AC	11,0	0,3	23,2	0,0	8,0	0,0	42,1	0,0
	AP	5,6	0,1	31,4	0,1	5,8	0,0	42,8	0,0
	AM	13,1	0,3	387,5	0,6	217,6	0,6	618,1	0,6
	PA	16,7	0,4	271,5	0,4	37,9	0,1	326,2	0,3
	RO	12,6	0,3	92,7	0,2	32,3	0,1	137,6	0,1
	RR	1,8	0,0	13,3	0,0	4,4	0,0	19,5	0,0
	TO	7,4	0,2	83,0	0,1	15,6	0,0	106,1	0,1
Centro-Oeste		**78,1**	**2,0**	**1.113,8**	**1,8**	**541,6**	**1,5**	**1.733,5**	**1,7**
	DF	6,9	0,2	206,6	0,3	212,0	0,6	425,5	0,4
	GO	24,8	0,6	397,9	0,7	140,4	0,4	563,1	0,6
	MT	28,5	0,7	278,6	0,5	117,9	0,3	425,0	0,4
	MS	17,9	0,5	230,7	0,4	71,3	0,2	319,9	0,3
Sul		**217,7**	**5,7**	**3.024,1**	**5,0**	**1.017,3**	**2,9**	**4.259,0**	**4,2**
	PR	80,6	2,1	983,0	1,6	451,1	1,3	1.514,7	1,5
	SC	32,6	0,9	804,7	1,3	234,2	0,7	1.071,5	1,1
	RS	104,5	2,7	1.236,4	2,0	332,0	0,9	1.672,9	1,7
TOTAL		**3.826,6**	**100,0**	**61.050,1**	**100,0**	**35.461,9**	**100,0**	**100.338,7**	**100,0**

Fonte: BNB/ETENE.

Os principais segmentos compradoras da Bahia em 2009 estão especificadas na Tabela 2. Referidas atividades responderam por R$ 62,3 bilhões das compras realizadas, ou seja, por 62,0% do total das aquisições do Estado. Desses R$ 62,3 bilhões adquiridos por essas 15 atividades, R$ 35,9 bilhões foram comprados no próprio estado de Bahia e R$ 26,4 bilhões foram provenientes das demais Unidades Federativas.

Dessas quinze atividades, nove são do setor de serviços (administração pública, serviços de informação, transporte de carga e correios, comércio varejista, comércio atacadista, serviço de informação, intermediação financeira, serviços de alimentação, outros serviços e saúde pública), que foram responsáveis por R$ 26,7 bilhões das compras realizadas.

As seis atividades restantes advêm do setor industrial (refino de petróleo, fabricação de outros produtos químicos, construção civil, automóveis, camionetas e utilitários, distribuição de energia elétrica e fabricação de resina e elastômeros), que compraram R$ 35,6 bilhões. Nenhuma atividade agropecuária situou-se na classificação utilizada.

Tabela 2 – Principais atividades compradoras de insumos intermediários - 2009 - (R$ milhões correntes)

Ordem	Setores	Valor	%	% Acum.
1	Refino de petróleo e coque	12.233,2	12,2	12,2
2	Fabricação de outros produtos químicos	7.356,1	7,3	19,5
3	Construção	6.563,7	6,5	26,1
4	Automóveis, camionetas e utilitários	5.365,4	5,3	31,4
5	Administração pública e seguridade social	5.363,5	5,3	36,8
6	Transporte de carga e correios	3.509,8	3,5	40,3
7	Comércios varejista	3.417,6	3,4	43,7
8	Comércio atacadista	2.801,2	2,8	46,5
9	Serviços de informação	2.750,0	2,7	49,2
10	Intermediação financeira e seguros	2.412,6	2,4	51,6
11	Serviços de alimentação	2.381,8	2,4	54,0
12	Distribuição de energia elétrica	2.181,3	2,2	56,1
13	Outros serviços	2.080,5	2,1	58,2
14	Saúde pública	1.937,2	1,9	60,2
15	Fabricação de resina e elastômeros	1.899,6	1,9	62,0
16	Demais 67 setores	38.085,2	38,0	100,0
	Total	**100.338,7**	**100,0**	

Fonte: BNB/ETENE.

8.2 Vendas de insumos intermediários

A economia baiana vendeu R$ 96,7 bilhões em termos de insumos intermediários a diferentes segmentos produtivos do País em 2009. O principal destino desses bens foi o próprio estado da Bahia, R$ 61,0 bilhões ou 63,0% do total das vendas. Assim, a Bahia comercializou R$ 35,7 bilhões com as demais Unidades Federativas em 2009.

O estado de São Paulo absorveu R$ 15,8 bilhões ou 16,3% do total vendido pelos setores produtivos baianos. Segue Minas Gerais que comprou R$ 3,0 bilhões, Paraná com R$ 2,0 bilhões, Rio de Janeiro com R$ 2,0 bilhões e Rio Grande do Sul com R$ 1,7 bilhão (Tabela 3).

Verifica-se, portanto, que o setor produtivo da Bahia tem conexões comerciais mais expressivas com estados do Sul e Sudeste em comparação com aqueles das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Em termos setoriais, a indústria foi a principal fornecedora de insumos intermediários com R$ 56,6 bilhões, seguido do setor de serviços com R$ 33,9 bilhões e da agropecuária com R$ 6,2 bilhões.

O próprio estado da Bahia é o principal destino dos insumos intermediários provenientes da indústria, tendo totalizado R$ 28,3 bilhões, enquanto que outros R$ 28,3 bilhões foram comercializados para as demais Unidades Federativas. Os principais compradores foram São Paulo (R$ 11,9 bilhões), Minas Gerais (R$ 2,7 bilhões), Paraná (R$ 1,7 bilhão), Rio de Janeiro (R$ 1,4 bilhão) e Rio Grande do Sul (R$ 1,4 bilhão).

Em termos de serviços, o estado de Bahia absorveu R$ 30,2 bilhões de insumos intermediários, enquanto que R$ 3,7 bilhões foram vendidos para outros Estados. Os principais compradores foram São Paulo (R$ 1,8 bilhão), Rio de Janeiro (R$ 490,4 milhões), Minas Gerais (R$ 248,1 milhões), Distrito Federal (R$ 148,1 milhões) e Pernambuco (R$ 141,1 milhões).

Já a agropecuária vendeu R$ 6,2 bilhões dos quais R$ 2,4 bilhões para a própria Bahia e R$ 3,8 bilhões para as demais Unidades Federativas. Os principais destinos dos insumos intermediários provenientes da agropecuária foram São Paulo (R$ 2,1 bilhões), Santa Catarina (R$ 228,2 milhões), Paraná (R$ 209,5 milhões), Rio Grande do Sul (R$ 200,9 milhões) e Mato Grosso (R$ 164,7 milhões).

Tabela 3 – Destino das vendas de insumos intermediários por grandes setores - 2009 - (R$ milhões correntes)

Região	UF	Agropecuária Valor	%	Indústria Valor	%	Serviços Valor	%	Total Valor	%
Nordeste		**2.718,3**	**44,1**	**31.390,2**	**55,5**	**30.704,7**	**90,5**	**64.813,2**	**67,0**
	AL	19,8	0,3	332,2	0,6	42,4	0,1	394,4	0,4
	BA	2.439,7	39,6	28.274,3	50,0	30.240,6	89,1	60.954,6	63,0
	CE	68,0	1,1	603,7	1,1	52,4	0,2	724,0	0,7
	MA	9,7	0,2	283,3	0,5	11,6	0,0	304,6	0,3
	PB	27,4	0,4	218,5	0,4	23,2	0,1	269,2	0,3
	PE	73,8	1,2	997,2	1,8	141,1	0,4	1.212,1	1,3
	PI	21,1	0,3	139,5	0,2	19,3	0,1	179,9	0,2
	SE	23,1	0,4	296,0	0,5	138,7	0,4	457,7	0,5
	RN	35,8	0,6	245,5	0,4	35,4	0,1	316,7	0,3
Sudeste		**2.349,3**	**38,1**	**16.679,6**	**29,5**	**2.642,0**	**7,8**	**21.670,9**	**22,4**
	ES	56,9	0,9	709,5	1,3	63,4	0,2	829,8	0,9
	MG	141,1	2,3	2.660,0	4,7	248,1	0,7	3.049,2	3,2
	RJ	77,0	1,2	1.423,4	2,5	490,4	1,4	1.990,8	2,1
	SP	2.074,2	33,6	11.886,7	21,0	1.840,1	5,4	15.801,0	16,3

continua...

continuação

Norte		**120,6**	**2,0**	**1.559,6**	**2,8**	**107,7**	**0,3**	**1.787,9**	**1,8**
	AC	2,5	0,0	41,1	0,1	3,7	0,0	47,3	0,0
	AP	1,9	0,0	44,0	0,1	4,8	0,0	50,7	0,1
	AM	16,7	0,3	597,2	1,1	50,3	0,1	664,2	0,7
	PA	78,7	1,3	565,9	1,0	23,8	0,1	668,4	0,7
	RO	9,0	0,1	169,4	0,3	16,1	0,0	194,5	0,2
	RR	1,2	0,0	27,8	0,0	2,7	0,0	31,8	0,0
	TO	10,6	0,2	114,0	0,2	6,2	0,0	130,9	0,1
Centro-Oeste		**339,9**	**5,5**	**2.655,8**	**4,7**	**244,0**	**0,7**	**3.239,7**	**3,4**
	DF	24,0	0,4	788,8	1,4	148,1	0,4	960,9	1,0
	GO	95,5	1,5	791,7	1,4	48,2	0,1	935,4	1,0
	MT	164,7	2,7	704,9	1,2	32,1	0,1	901,7	0,9
	MS	55,7	0,9	370,3	0,7	15,7	0,0	441,7	0,5
Sul		**638,7**	**10,4**	**4.285,1**	**7,6**	**244,3**	**0,7**	**5.168,0**	**5,3**
	PR	209,5	3,4	1.707,8	3,0	96,4	0,3	2.013,8	2,1
	SC	228,2	3,7	1.179,3	2,1	48,1	0,1	1.455,7	1,5
	RS	200,9	3,3	1.398,0	2,5	99,7	0,3	1.698,6	1,8
Total		**6.166,8**	**100,0**	**56.570,2**	**100,0**	**33.942,7**	**100,0**	**96.679,7**	**100,0**

Fonte: BNB/ETENE.

Considerando o detalhamento de 82 setores gerados pela Matriz de Insumo-Produto do Nordeste, constata-se que apenas 15 segmentos foram responsáveis por 71,8% ou R$ 69,4 bilhões das vendas baianas de insumos intermediários. Os demais 67 setores responderam por R$ 27,3 bilhões do restante das vendas (Tabela 4). As 15 atividades especificadas na Tabela 4 comercializaram R$ 44,2 bilhões na própria Bahia e R$ 25,2 bilhões nas demais Unidades Federativas.

Tabela 4 – Principais setores fornecedores de insumos intermediários - 2009 - (R$ milhões correntes)

Ordem	Setores	Valor	%	% Acum.
1	Refino de petróleo e coque	14.824,9	15,3	15,3
2	Fabricação de outros produtos químicos	8.808,7	9,1	24,4
3	Comércio atacadista	8.333,0	8,6	33,1
4	Serviços prestados às empresas	5.694,9	5,9	39,0
5	Transporte de carga e correios	5.323,2	5,5	44,5
6	Intermediação financeira e seguros	4.436,6	4,6	49,1
7	Serviços de informação	3.654,1	3,8	52,8
8	Artigos de borracha e plásticos	2.814,7	2,9	55,7
9	Outras culturas/extrativismo vegetal	2.643,2	2,7	58,5
10	Fabricação de resina e elastômeros	2.471,6	2,6	61,0
11	Petróleo e gás natural	2.451,7	2,5	63,6
12	Construção	2.328,3	2,4	66,0
13	Peças e acessórios para veículos automotores	1.909,9	2,0	68,0
14	Produção de energia elétrica	1.859,1	1,9	69,9
15	Água, esgoto e serviços de limpeza urbana	1.837,3	1,9	71,8
16	Demais 67 setores	27.288,3	28,2	100,0
	Total	**96.679,7**	**100,0**	

Fonte: BNB/ETENE.

Desses quinze setores, nove são atividades relacionadas com a indústria, cinco pertencem aos serviços e somente um faz parte da agropecuária. As atividades da indústria são refino de petróleo e coque, fabricação de outros produtos químicos, artigos de borracha e plásticos, água, esgoto e serviço de limpeza urbana, distribuição de energia elétrica, fabricação de resina e elastômeros, petróleo e gás natural, construção, peças e acessórios para veículos auto-

motores, produção de energia elétrica e água, esgoto e serviços de limpeza, que em conjunto foram responsáveis por 40,7% ou R$ 39,3 bilhões das vendas intermediárias da Bahia.

As principais atividades dos serviços, explicitadas na Tabela 4, por sua vez, responderam por 28,4% ou R$ 27,5 bilhões das vendas, isto é, comércio atacadista, serviços prestados às empresas, transporte de carga e correios, intermediação financeira e seguros e serviços de informação.

Quanto às principais atividades do setor agropecuário, somente uma está destacada na classificação, respondendo por 2,7% ou R$ 2,6 bilhões das vendas, isto é, outras culturas/extrativismo vegetal.

8.3 Balanço das compras e vendas

As compras interestaduais da Bahia com insumos intermediários somaram R$ 39,4 bilhões, enquanto que as vendas interestaduais totalizaram R$ 35,7 bilhões, implicando um déficit comercial com as demais Unidades Federativas de R$ 3,7 bilhões em 2009.

É importante ressaltar que os resultados referem-se à movimentação (compras e vendas) de insumos intermediários. A Bahia produz e vende bens finais, que se destinam ao consumo das famílias ou ao investimento das empresas, itens da demanda final, também registrada na Matriz de Insumo-Produto, mas não analisada aqui. Além disso, as famílias, empresas e o setor público da Bahia adquirem bens finais provenientes de outras Unidades Federativas.

Os serviços venderam R$ 3,7 bilhões, e compraram R$ 10,2 bilhões de outras Unidades Federativas, implicando um déficit de R$ 6,5 bilhões. A indústria apresentou superávit de R$ 0,4 bilhão ao Estado, resultado das vendas de R$ 28,3 bilhões e compras de R$ 27,9 bilhões. A agropecuária também obteve um resultado superavitário, com R$ 2,4 bilhões, pois vendeu R$ 3,7 bilhões e adquiriu R$ 1,3 bilhão.

Assim, os resultados positivos da indústria e da agropecuária não foram suficientes para cobrir o déficit apresentado pelo setor de serviços, ocasionando um saldo comercial negativo de R$ 3,7

bilhões. É possível concluir que o setor produtivo baiano é um importante comprador de insumos intermediários para diferentes segmentos produtivos do País.

Portanto, a economia baiana apresentou resultado negativo no relacionamento comercial com as demais Unidades Federativas do País. O Estado mostrou-se superavitário em relação às regiões Norte (R$ 0,5 bilhão), Centro-Oeste (R$ 1,5 bilhão) e Sul (R$ 0,9 bilhão), e deficitário em relação ao Nordeste (R$ 1,7 bilhão e Sudeste (R$ 4,8 bilhões).

8.4 Análise da agregação de valor

A presente seção traz algumas considerações sobre a agregação de valor na economia baiana. Inicialmente, é importante esclarecer alguns conceitos. O valor da produção de um determinado setor diz respeito ao preço de mercado do bem ou serviço gerado multiplicado pela quantidade produzida. O valor adicionado refere-se ao valor da produção subtraído pelo consumo intermediário, ou seja, o valor adicionado é o valor da produção retirando-se os bens e serviços que foram adquiridos de outros setores e que foram utilizados no processo produtivo.

O pessoal ocupado abrange todos aqueles que trabalham na atividade, incluindo proprietários e sócios, pessoas da família que exercem algum ofício na empresa sem remuneração, inclusive a mão de obra informal, isto é, sem carteira de trabalho assinada.

Analisando-se a Tabela 5 verifica-se que o setor de serviços é preponderante na economia baiana em termos de geração de remunerações, valor adicionado, valor da produção e pessoal ocupado. A indústria detém o segundo posto quanto aos itens citados anteriormente, exclusive pessoal ocupado, e o primeiro quanto a ICMS, enquanto que a agropecuária é o segundo setor no que se refere a pessoal ocupado e o terceiro quanto aos outros itens mencionados anteriormente.

A relação valor adicionado/valor da produção é mais expressiva na agropecuária (67,84%), pois esse setor adquire menor quantidade de insumos em comparação com os demais setores. Os serviços e a indústria ocupam o segundo e terceiro postos nesse indicador, respectivamente.

Os serviços tem a maior relação remuneração/valor adicionado, vindo a seguir a indústria e a agropecuária. Quanto à relação valor adicionado/pessoal ocupado, a indústria (R$ 33.248,84) apresentou o maior valor, acompanhada pelo setor de serviços (R$ 19.751,44), estando o indicador da agropecuária distante dos demais (R$ 3.752,10).

Tabela 5 – Valor adicionado e valor da produção por grandes setores - 2009 - (R$ milhões correntes)

Indicadores	Agropecuária	%	Indústria	%	Serviços	%	Total	%
ICMS	140,29	3,42	2.218,85	54,12	1.741,07	42,46	4.100,21	100,00
Remunerações	2.377,80	4,10	14.229,11	24,55	41.342,68	71,34	57.949,60	100,00
Valor Adicionado Bruto	9.321,46	7,81	33.776,36	28,29	76.278,07	63,90	119.375,89	100,00
Valor da produção	13.739,66	5,81	105.969,27	44,81	116.787,68	49,38	236.496,61	100,00
Pessoal ocupado	2.484.328	33,74	1.015.866	13,80	3.861.899	52,46	7.362.093	100,00
Valor adicionado/Valor da produção (%)	67,84		31,87		65,31		50,48	
Remunerações/Valor adicionado (%)	25,51		42,13		54,20		48,54	
Valor adicionado/Pessoal ocupado	3.752,10		33.248,84		19.751,44		16.214,94	

Fonte: BNB/ETENE.

Nota: pessoal ocupado em unidades.

Finalmente, a Tabela 6 apresenta as quinze atividades que mais geram pessoal ocupado e valor adicionado. As atividades agropecuárias, o comércio, a construção civil e os serviços empregam significativo contingente de pessoas, o mesmo ocorrendo com a geração de valor adicionado.

Tabela 6 – Principais atividades geradoras de pessoal ocupado e valor adicionado - 2009 - (R$ milhões correntes)

Atividades	Pessoal ocupado	Atividades	Valor adicionado
Outras culturas/extrativismo vegetal	1.212.186	Administração pública e seguridade social	11.389,33
Comércio varejista	760.212	Serviços imobiliários e aluguel	9.973,18
Serviços domésticos	508.505	Construção	9.032,52
Construção	506.538	Comércios varejista	7.861,89
Bovinos	402.826	Comércio atacadista	7.422,99
Fruticultura	391.000	Educação pública	5.754,44
Administração pública e seguridade social	328.539	Intermediação financeira e seguros	4.837,96
Outros serviços	303.473	Serviços prestados às empresas	4.820,41
Educação pública	285.090	Refino de petróleo e coque	4.381,83
Serviços prestados às empresas	283.617	Outras culturas/extrativismo vegetal	3.521,47
Comércio atacadista	283.231	Transporte de carga e correios	3.459,21
Serviços de alimentação	246.433	Saúde pública	3.369,90
Milho	167.097	Outros serviços	2.645,18
Transporte de carga e correios	145.776	Serviços de informação	2.418,28
Outros pecuária	121.064	Transporte de passageiros	2.201,65

Fonte: BNB/ETENE.

A Bahia apresentou déficit de R$ 3,7 bilhões na relação comercial em termos de bens intermediários com as demais Unidades Federativas em 2009. Os resultados negativos com os demais estados do Nordeste e do Sudeste ultrapassaram os superávits obtidos com o Norte, Centro-Oeste e Sul.

A indústria representa o setor que mais realiza compras e vendas, seguida dos serviços e da agropecuária. Os superávits

registrados pela indústria (R$ 0,4 bilhão) e agropecuária (R$ 2,4 bilhões) não foram suficientes para cobrir o déficit dos serviços (R$ -6,5 bilhões). O refino de petróleo e coque, produtos químicos e a construção civil são importantes compradores. No lado das vendas, cabe destacar o refino de petróleo e coque, produtos químicos e o comércio atacadista.

Recentemente, a Bahia tem se beneficiado de transformações socioeconômicas, a exemplo do surgimento da produção granífera, modernização da pecuária, fortalecimento da indústria química, petroquímica e automotiva, setores comerciais e de serviços além do turismo. Contudo, a análise do fluxo comercial interestadual e da agregação de valor permitem concluir que a base produtiva da Bahia necessita ser fortalecida nos três setores econômicos. Parte da produção agropecuária ainda se destina ao autoconsumo e subsistência, enquanto que uma parcela da indústria é basicamente formada por segmentos tradicionais. A administração pública e o comércio, por sua vez, são preponderantes no setor de serviços.

Referências

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Sistema inter-regional de insumo-produto do Nordeste.** Fortaleza, 2014.

GUILHOTO, J. J. M. et al. **Matriz de insumo produto do Nordeste e Estados:** metodologia e resultados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

9 Turismo

Airton Saboya Valente Junior
Economista. Mestre em Desenvolvimento Econômico
Iara Amaral Lourenço
Graduanda em Economia. Bolsista de Nível Superior

A Bahia possui uma longa trajetória de incentivo ao turismo e atualmente vem trabalhando de forma integrada e articulada na implantação de políticas públicas além da promoção e divulgação do Estado como destino turístico. As atividades estão inseridas em três grandes eixos estratégicos: inovação, qualificação dos serviços e do destino e integração econômica, que se constituem na base do conceito de turismo sustentável.

Tendo em vista contar com um extenso território que possui uma diversificada base de recursos naturais, históricos e culturais, a Bahia vem consolidando diferentes segmentos para atrair visitantes, a exemplo do esporte e aventura, negócios, sol e mar, turismo étnico e cultural, ecoturismo, arqueológico, enoturismo, turismo rural além da religião.

A ampla diversidade de atrações de lazer contempla as diferentes paisagens naturais do Estado, ou seja, o litoral, o sertão, o cerrado além de serras e montanhas em treze polos que abrangem 156 municípios considerados turísticos. Os polos turísticos são a Baía de Todos os Santos, Costa dos Coqueiros, Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento, Costa das Baleias, Caminhos do Sertão, Chapada Diamantina, Caminhos do Oeste, Caminhos do Jiquiriçá, Lagos e Cânions do São Francisco, Vale do São Francisco e Caminhos do Sudoeste (BAHIA, 2015).

A Baia de Todos os Santos constitui-se no principal destino turístico do Estado, a partir da capital Salvador. O polo é uma rica mescla de culturas combinando música, dança, teatro, folclore, religião e culinária, conta com vasto patrimônio histórico e monumentos, além de paisagens naturais como ilhas com vegetação nativa e manguezais preservados, a exemplo de Itaparica.

Salvador é uma metrópole moderna constituindo-se em importante centro cultural e de lazer, de negócios e de serviços do Nordeste. A cidade oferece rico patrimônio histórico e de monumentos além de edificações contemporâneas. Conta ainda com um litoral de 40 km de extensão, com uma ampla sequência de praias urbanizadas, a exemplo do Porto, Farol da Barra, Ondina, Amaralina, Armação, Pituba, Itapuã e Stela Mares. Próximos à orla marítima, sobressaem-se o Parque do Abaeté e o Parque de Pituaçú, que oferecem opções de lazer.

A Costa dos Coqueiros é uma das zonas turísticas mais procuradas do Estado, abrigando destinos conhecidos como Praia do Forte, Costa do Sauípe (maior conjunto de resorts da América do Sul), Imbassaí e Mangue Seco. Além dos vastos coqueirais que adornam seus quase 200 quilômetros de litoral, a Costa dos Coqueiros é rica em paisagens naturais a exemplo de rios, lagoas, cachoeiras e manguezais, formando um rico e diversificado ecossistema (BAHIA, 2015).

A Costa do Dendê apresenta condições para a prática de uma variedade de atividades náuticas direcionadas ao lazer e ao esporte. Repleta de praias desertas, arquipélagos, relíquias do patrimônio histórico e pequenos povoados, a região preserva paisagens naturais intocadas, além de significativas manifestações folclóricas e produção artesanal. Entre os cenários naturais, destacam-se mais de 100 km de praias, três grandes ilhas e a Baía de Camamu.

A Costa do Cacau possui 200 km de praias complementadas por rios, lagoas, cachoeiras e cavernas, onde se pode praticar diversos esportes náuticos. Preserva, também, tradições populares diferenciadas. Reduto de belezas naturais, rios margeados por fazendas de cacau, praias intocadas, de vastos coqueirais, em meio à Mata Atlântica, e densos manguezais. A Região conta com arquitetura preservada dos séculos XVIII e XIX, em ruas calçadas de pedras, igrejas e casarões antigos, reduto de parte importante da História Nacional e que remonta ao período em que a produção e exportação cacaueira eram a atividade primordial da economia brasileira.

Considerada o berço da história e da civilização brasileiras, a Costa do Descobrimento oferece um conjunto de atrativos históricos e naturais. Segundo maior destino turístico do Estado, possui a mais extensa rede hoteleira da Bahia. A região abriga preser-

vado conjunto histórico-arquitetônico que remonta aos primórdios da História do Brasil, além de ecossistemas e paisagens naturais, entre as quais se destacam praias, falésias, manguezais, rios e remanescentes da Mata Atlântica. Nessa região, encontram-se três parques nacionais, ou seja, o do Descobrimento, o do Monte Pascoal e o do Pau Brasil, além de áreas de proteção ambiental e reservas indígenas. O artesanato indígena e tradições como o reisado, os bailes pastoris são elementos preservados da rica e diversificada cultura local.

A Costa das Baleias tem como principal atração turística o fenômeno anual de migração das baleias jubarte para o litoral do extremo sul do Estado, que pode ser observado no Parque Nacional Marinho de Abrolhos. A esse espetáculo, aliam-se a extensa e diversa geografia submarina da região, onde se pode praticar mergulho e outros esportes náuticos (BAHIA, 2015).

O Polo da Chapada Diamantina é conhecido por sua rica biodiversidade, sendo formado por paisagens de relevo montanhoso, quedas livres, lagos subterrâneos, além de um grande número de nascentes, corredeiras, cânions e cavernas que a tornam um local adequado para o turismo de aventura e ecológico. Sua principal atração é o Parque Nacional da Chapada Diamantina.

Os Polos dos Lagos e Cânions do São Francisco, Vale do São Francisco e Caminhos do Sudoeste oferecem atrativos como monumentos naturais, represas e usinas hidroelétricas e a cultura sertaneja. A fruticultura irrigada e a vinicultura, por sua vez, vêm atraindo o agro-enoturismo. A esses atrativos somam-se características fisiográficas que permitem a prática de diferentes modalidades de esportes radicais (rapel, canoagem, tirolesa, *bungie-jump* e *base-jump*, asa-delta, escaladas e *rallies*, entre outros), os quais vêm gerando um fluxo turístico significativo para a região.

O Polo Caminhos do Oeste, localizado na margem esquerda do Rio São Francisco, considerado atrativo por suas paisagens exóticas, vem apresentando expressivo crescimento econômico, impulsionado por avanços sensíveis em seu segmento agroindustrial, notadamente a produção de grãos.

O Vale do Jiquiriçá conta com cachoeiras, rios, serras, flora e fauna exuberantes. O Vale desperta o interesse de visitantes que

buscam contato com a natureza, seja para simples contemplação, seja para a prática de esportes de natureza, como cavalgadas, *trekking*, canoagem e pesca. São importantes atrativos, ainda, o patrimônio histórico-cultural, o rico artesanato da região, as estâncias termais e o turismo rural. Revela forte vocação para o turismo religioso e histórico-cultural.

Considerando o patrimônio natural, histórico e cultural anteriormente especificados, a oferta hoteleira estadual consolidou-se como a maior do Nordeste e a terceira do País, tendo alcançado 559 meios de hospedagem, 29.029 unidades habitacionais e 68.129 leitos em 2013. O número de restaurantes, bares e cafeterias também aumentou, além da oferta de locadoras de veículos e transportadoras turísticas (BRASIL, 2014).

O desembarque de passageiros nos aeroportos é utilizado como uma *proxy* para se determinar o fluxo turístico. Nesse sentido, a expansão da demanda turística ocorrida no Nordeste beneficiou o estado da Bahia. Assim é que o número de passageiros desembarcados em voos nacionais na Região saltou de 5,4 milhões, em 2003, para 16,0 milhões, em 2013, representando um acréscimo de 192,8% no período (Tabelas 1 e 2). O Nordeste obteve cerca de 18,0% do total de passageiros de voos nacionais em 2013.

Especificamente na Bahia, e considerando-se os aeroportos administrados pela Infraero, o fluxo de passageiros desembarcados procedentes de voos nacionais saltou de 1.874,1 mil, em 2003, para 4.276,6 mil passageiros em 2013, o que significou um incremento de 128,2% no período (Tabelas 1 e 2).

Tabela 1 – Número de passageiros embarcados e desembarcados em voos nacionais - Bahia e Nordeste em 2003

Aeroportos	Embarques de passageiros			Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos		Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares		Regulares	Não regulares
Bahia	**1.635.134**	**1.514.288**	**120.846**	**1.874.142**	**1.734.080**	**140.062**
Ilhéus / Jorge Amado	90.395	88.281	2.114	89.338	86.751	2.587
Internacional de Salvador / Dep. Luís Eduardo Magalhães	1.524.383	1.424.255	100.128	1.764.417	1.645.905	118.512
Juazeiro	15.187	1.752	13.435	14.939	1.424	13.515
Paulo Afonso	5.169	-	5.169	5.448	-	5.448
Nordeste	**4.931.449**	**4.316.191**	**615.258**	**5.476.364**	**4.846.208**	**630.156**

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Infraero (2014).

Tabela 2 – Número de passageiros embarcados e desembarcados em voos nacionais - Bahia e Nordeste em 2013

Aeroportos	Embarques de passageiros			Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos		Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares		Regulares	Não regulares
Bahia	**4.504.760**	**4.336.960**	**167.800**	**4.276.644**	**4.150.354**	**126.290**
Ilhéus / Jorge Amado	262.020	254.707	7.313	240.370	232.806	7.564
Internacional de Salvador / Dep. Luís Eduardo Magalhães	4.240.790	4.081.856	158.934	4.034.344	3.917.162	117.182
Paulo Afonso	1.950	397	1.553	1.930	386	1.544
Nordeste	**16.157.907**	**15.683.767**	**474.140**	**16.033.800**	**15.635.891**	**397.909**

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Infraero (2014).

Em termos de Nordeste, o incremento do desembarque de passageiros procedentes de voos internacionais também foi expressivo, saltando de 266 mil em 2003 para 436 mil em 2013 (Tabelas 3 e 4).

Tabela 3 – Número de passageiros embarcados e desembarcados em voos internacionais - Bahia e Nordeste em 2003

Aeroportos	Embarques de passageiros			Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos		Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares		Regulares	Não regulares
Bahia	**70.745**	**65.294**	**5.451**	**64.529**	**60.203**	**4.326**
Ilhéus / Jorge Amado	17	-	17	17	-	17
Internacional de Salvador / Dep. Luís Eduardo Magalhães	70.722	65.294	5.428	64.506	60.203	4.303
Juazeiro	-	-	-	-	-	-
Paulo Afonso	6	-	6	6	-	6
Nordeste	**276.049**	**166.259**	**109.790**	**265.971**	**155.966**	**110.005**

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Infraero (2014).

O fluxo de voos internacionais incrementou-se na última década nos aeroportos administrados pela Infraero. Em 2003, foram registrados 64.529 passageiros desembarcados no Estado, e em 2013 esse número aumentou para 153.335, uma variação positiva de 137,6% (Tabelas 3 e 4).

Tabela 4 – Número de passageiros embarcados e desembarcados em voos internacionais - Bahia e Nordeste em 2013

Aeroportos	Embarques de passageiros			Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos		Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares		Regulares	Não regulares
Bahia	**161.194**	**154.840**	**6.354**	**153.335**	**148.221**	**5.114**
Ilhéus / Jorge Amado	-	-	-	-	-	-
Internacional de Salvador / Dep. Luís Eduardo Magalhães	161.194	154.840	6.354	153.335	148.221	5.114
Paulo Afonso	-	-	-	-	-	-
Nordeste	**450.354**	**422.736**	**27.618**	**436.060**	**412.050**	**24.010**

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Infraero (2014).

A realização da Copa das Confederações em 2013 e da Copa 2014 no Brasil, tendo sido Salvador uma das sedes das duas competições, proporcionou uma ampla divulgação da capital baiana no Brasil e no exterior. Os megaeventos impulsionaram a realização de investimentos em infraestruturas de mobilidade urbana, a revitalização de bairros, a construção de equipamentos de esporte e lazer, a exemplo da Arena Fonte Nova, a modernização do aeroporto de Salvador, a edificação de um terminal de passageiros no porto da capital, além de inversões na rede hoteleira, nas áreas de telecomunicações, em saúde e segurança pública. O setor turístico do Estado está sendo beneficiado com esse conjunto de ações e investimentos, de forma que os fluxos de visitantes deverão se expandir nos próximos anos.

A Copa do Mundo em Salvador

Salvador foi beneficiada por um conjunto de obras por ocasião da Copa 2014, a exemplo da completa remodelação da Arena Fonte Nova, incluindo a requalificação do seu entorno, além de intervenções no porto e aeroporto da cidade. O conjunto dessas obras deverá trazer impactos positivos para o setor turístico.

A Arena Fonte Nova, concluída em 2013, foi modernizada significativamente. O equipamento, com capacidade para 55 mil expectadores, tem o conceito de estádio multiuso, podendo abrigar eventos esportivos, espetáculos artísticos e culturais além de feiras, cerimonias e congressos. Os investimentos somaram R$ 689,4 milhões.

A Fonte Nova recebeu três jogos da Copa das Confederações 2013 e seis jogos da Copa do Mundo 2014. A exemplo de outras obras do Nordeste, o trabalho é uma iniciativa do Governo Estadual, através de uma parceria público-privada, com financiamento de bancos públicos nacionais.

O Consorcio OAS e Odebrecht construiu a Arena, além de ser responsável pela gestão do estádio por 35 anos. O consórcio transferiu o nome do equipamento para uma cervejaria através de um contrato de direitos de nome (*naming rights*).

A estrutura pode acomodar um jogo de futebol e, em poucos dias, pode estar preparada para receber um mega show. A Arena também tem a capacidade de receber eventos simultâneos.

O Porto de Salvador recebeu recursos da ordem de R$ 40,7 milhões para reformar o terminal de passageiros. O objetivo desses investimentos é atrair cruzeiros nacionais e internacionais, promovendo o turismo, além de revitalizar a área portuária da capital baiana.

Localizado a 28 km do centro de Salvador, em uma área de mais de 7 milhões de metros quadrados, entre as dunas de areia e vegetação nativa, o Aeroporto de Salvador tem uma vasta infra-estrutura, inclusive um centro de compras.

O projeto de ampliação consistiu em diversas intervenções, a exemplo da reforma do terminal de passageiros, que incluiu a construção de uma área de embarque separada e reversível, além da aquisição de novos equipamentos, tais quais esteiras de bagagem e balcões destinados ao embarque. Também ocorreu a ampliação do pátio de aeronaves e a construção de uma nova torre de controle. Os investimentos totalizaram R$ 33,7 milhões.

Fonte: Portal da Copa.

Referências

BAHIA. Governo do Estado. **Geografia do turismo.** Disponível em: <http://www.setur.ba.gov.br/guia-do-investidor/geografia-do-urismo>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Estatísticas básicas do turismo.** Brasília, DF, ago. 2014. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/estatisticas_indicadores/estatisticas_basicas_turismo/>. Acesso em: 15 dez. 2014.

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA. **Movimento operacional da Rede Infraero.** Disponível em: <http://www.infraero.gov.br>. Acesso em: 10 nov. 2014.

PORTAL da Copa. Site do Governo Federal Brasileiro sobre a Copa do Mundo da FIFA 2014. Serviços: Salvador. Disponível em: <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/servicos/salvador>. Acesso em: 20 dez. 2014.

10 Comércio exterior

Laura Lúcia Ramos Freire
Economista. Mestre em Economia

As exportações baianas representaram 58% das exportações nordestinas em 2013, registrando aumento de 10 pontos percentuais relativamente ao ano de 2000.

Nesse período, apenas em 2009 e 2013, as vendas externas apresentaram descontinuidade da trajetória de crescimento que vinha registrando. Em 2009, a queda foi motivada pelo enfraquecimento da demanda mundial decorrente ainda dos efeitos da crise econômica e financeira. Em 2013, a queda foi ocasionada pela redução do valor exportado do principal produto da pauta baiana "fuel-oil" devido à produção interna menor causada por paradas programadas para manutenção de plataformas de petróleo, pelo aumento do consumo doméstico, redução dos preços internacionais de *commodities* além da estiagem que assolou o Estado.

A análise das exportações por fator agregado revela a alta participação das vendas de produtos industrializados. Entretanto, foram os produtos básicos que contribuíram com 14,2% das exportações em 2000 e passaram a representar 20,2% em 2013, tendo registrado o maior crescimento, devido, principalmente, ao aumento dos embarques de soja e algodão (Tabela 1).

Tabela 1 – Exportação por fator agregado - 2000 e 2013 - US$ 1.000 FOB

Exportação por fator agregado	2000		2013		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Básicos	276.181	14,2	2.036.590	20,2	637,4
Industrializados	1.617.404	83,2	7.943.745	78,7	391,1
Semimanufaturados	505.107	26,0	2.911.539	28,9	476,4
Manufaturados	1.112.297	57,2	5.032.206	49,9	352,4
Op. especiais	49.383	2,5	111.325	1,1	125,4
Total	**1.942.968**	**100,0**	**10.091.660**	**100,0**	**419,4**

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Os principais setores exportadores do Estado são petroquímico, químico, papel e celulose, metalurgia do cobre e automobilístico (Tabela 2).

O setor de papel e celulose, através do embarque dos produtos pasta química, madeira de não conífera, soda/sulfato e pasta química de madeira para dissolução respondeu por 15,7% das exportações baianas. Vale ressaltar que a Bahia é o terceiro maior produtor brasileiro de madeira em toras para a produção de papel e celulose, com produção de 11.277.671 m³, São Paulo lidera o ranking com 17.959.952 m³, seguido pelo Paraná 11.929.375 m³, segundo dados da pesquisa Produção de Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS) para 2013 (IBGE, 2013).

Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura, ocupa o terceiro lugar no ranking das exportações tendo sido responsável por 8,4% das receitas. Vale ressaltar que a Bahia é maior exportador de soja do Nordeste.

Tabela 2 – Principais produtos exportados - 2000 e 2013 - US$ 1.000 FOB

2000	Valor	Part. %	2013	Valor	Part. %
Pasta quim. madeira de n/ conif. a soda/ sulfato	173.044	8,91	"Fuel-oil"	1.402.620	13,9
Fuel-oil (óleo combustível)	164.674	8,48	Pasta quim. madeira de n/conif. a soda/sulfato	1.226.527	12,15
Fios de cobre refinado	79.148	4,07	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	844.609	8,37
Bagaços e outs. resíduos sólidos,da extr.do óleo de soja	78.203	4,02	Automoveis c/ motor explosao, 1500<cm3<=3000	693.649	6,87
Manteiga,gordura e óleo,de cacau	65.849	3,39	Catodos de cobre refinado/seus elementos	631.387	6,26
Pasta química de madeira, para dissolução	63.439	3,27	Plataformas de perfuracao/ exploracao, flutuante	380.462	3,77
Benzeno	55.236	2,84	Bagaços e outs. resíduos sólidos, da extr. do óleo de soja	372.812	3,69
Etilenoglicol (etanodiol)	54.813	2,82	Pasta quimica de madeira, para dissolucao	354.623	3,51

continua...

Outs. papeis/ cartões	53.387	2,75	Algodao simplesmente debulhado, não cardado	311.366	3,09
Eter metil-ter-butilico (mtbe)	51.284	2,64	Propeno (propileno) nao saturado	247.772	2,46
Demais produtos	1.103.891	56,81	Demais produtos	3.625.833	35,93
Total	**1.942.968**	**100,00**	**Total**	**10.091.660**	**100,00**

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

As principais empresas exportadoras do Estado são a Petrobras (15,2%), Braskem S.A. (10,5%), Paranapanema S.A. (9,2%), Bahia Sul Celulose S.A. (8,6%) e Ford Motor (7,4%), as quais foram responsáveis por 50,9% dos embarques baianos em 2013.

Quanto aos países de destino das exportações baianas, China (18,3%), Holanda (14,2%), Argentina (13,5%), Estados Unidos (10,8%) e Antilhas Holandesas foram responsáveis por 64,3% do total exportado em 2013 (Tabela 3).

Tabela 3 – Principais países de destino das exportações - 2000 e 2013 - US$ 1.000 FOB

2000	Valor	Part. %	2013	Valor	Part. %
Estados Unidos	596.408	30,7	China	1.850.943	18,34
Argentina	276.944	14,25	Países Baixos (Holanda)	1.432.457	14,19
Países Baixos (Holanda)	95.613	4,92	Argentina	1.357.841	13,46
Franca	82.349	4,24	Estados Unidos	1.093.480	10,84
Itália	76.155	3,92	Antilhas Holandesas	758.822	7,52
Bélgica - Luxemburgo	70.578	3,63	Alemanha	416.062	4,12
Antilhas holandesas	55.234	2,84	México	266.328	2,64
Japão	52.759	2,72	Bélgica	234.539	2,32
Reino Unido	47.780	2,46	Colômbia	225.832	2,24
Alemanha	42.751	2,2	Espanha	188.805	1,87
Demais Países	546.397	28,12	Demais Países	2.266.551	22,46
Total	**1.942.968**	**100,00**	**Total**	**10.091.660**	**100,00**

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

A Bahia é o maior Estado importador do Nordeste, responsável por 32,0% das compras externas. Segundo a categoria de uso, as importações foram distribuídas em bens de capital (20,4%), bens intermediários (42,7% onde insumos industriais absorveram 35,5% do total), bens de consumo (15,1%) e combustíveis e lubrificantes (21,8%) (Tabela 4).

Tabela 4 – Importação por categoria de uso - 2000 e 2013 - US$ 1.000 FOB

Importação por categoria de uso	2000		2013		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Bens de capital	454.719	20,15	1.813.699	20,4	298,9
Bens intermediários	798.141	35,38	3.798.074	42,72	375,9
Bens de consumo	222.864	9,88	1.345.182	15,13	503,6
Bens de consumo duráveis	191.084	8,47	1.178.054	13,25	516,5
Bens de consumo não duráveis	31.780	1,41	167.128	1,88	425,9
Combustíveis e lubrificantes	780.400	34,59	1.934.251	21,75	147,9
Total	**2.256.124**	**100,00**	**8.891.206**	**100,00**	**294,1**

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Em 2013, os principais itens da pauta de importação foram naftas para petroquímica, sulfetos de minérios de cobre e automóveis (Tabela 5).

Argentina, Chile, Estados Unidos, China e Argélia foram os principais países de origem das importações baianas (Tabela 6). A Argentina vende, para a Bahia, principalmente, automóveis. Do Chile, foram adquiridos sulfetos de minérios de cobre (67,0%) e catodos de cobre refinado/seus elementos, em forma bruta (28,01%). Enquanto dos Estados Unidos foram comprados os seguintes insumos: naftas para petroquímica (20,4%), outros trigos e misturas de trigo com centeio (12,0%), outros inseticidas, apresentados de outro modo (10,6%). Da Argélia, foram obtidas naftas para petroquímica. Por outro lado, as importações vindas da China foram diversificadas sendo automóveis (7,8%) o produto mais representativo.

Tabela 5 – Principais produtos importados - 2000 e 2013 - US$ 1.000 FOB

2000	Valor	Part. %	2013	Valor	Part. %
Naftas para petroquímica	363.866	16,13	Naftas para petroquimica	1.552.147	17,46
Sulfetos de minérios de cobre	264.168	11,71	Sulfetos de minerios de cobre	1.061.836	11,94
Outras naftas	211.974	9,4	Automoveis c/motor explosao, 1500<cm3<=3000,at	889.461	10
Outros veículos automóveis c/ motor diesel,p/carga<=5t	202.724	8,99	Outros veiculos automoveis c/motor diesel	417.871	4,7
Automóveis c/motor explosão, 1500<cm3<=3000, ate 6 passag	179.617	7,96	Catodos de cobre refinado/seus elementos	334.076	3,76
Gasóleo (óleo diesel)	62.548	2,77	Out.trigos e misturas de trigo c/ centeio, exc	237.081	2,67
Cacau inteiro ou partido, em bruto ou torrado	60.143	2,67	Oleos brutos de petroleo	211.388	2,38
Óleos brutos de petróleo	55.752	2,47	Outros veiculos automoveis c/motor explosao	198.821	2,24
Trigo (exc.trigo duro ou p/ semeadura) e trigo c/centeio	39.627	1,76	Outros cloretos de potassio	143.097	1,61
Outros querosenes	26.464	1,17	Partes de outros motores/geradores/ grupos eletrogeradores	105.822	1,19
Demais Produtos	789.243	34,98	Demais Produtos	3.739.532	42,06
Total	**2.256.124**	**100,00**	**Total**	**8.891.132**	**100,00**

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

As empresas Ford Motor Company Brasil Ltda. (21,9%), Paranapanema S.A. (16,8%), Petrobras (15,6%) e Braskem S.A. (5,5%) foram as maiores importadoras do Estado respondendo por quase 60% do total das aquisições externas em 2013.

Tabela 6 – Principais países de origem das importações - 2000 e 2013 - US$ 1.000 FOB

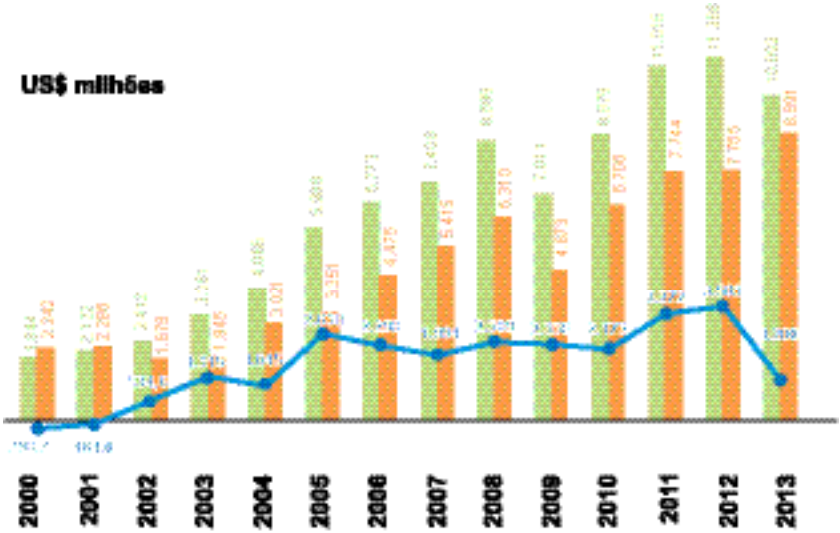
2000	Valor	Part. %	2013	Valor	Part. %
Argentina	501.013	22,21	Argentina	1.405.377	15,81
Argélia	395.302	17,52	Chile	1.190.004	13,38
Estados Unidos	268.925	11,92	Estados Unidos	895.624	10,07
Chile	226.881	10,06	China	875.663	9,85
Venezuela	100.442	4,45	Argélia	850.370	9,56
Franca	54.860	2,43	México	546.547	6,15
México	49.725	2,2	Espanha	397.703	4,47
Alemanha	46.476	2,06	Alemanha	304.313	3,42
Indonésia	37.939	1,68	Peru	262.713	2,95
Costa do Marfim	37.224	1,65	Guine Equatorial	210.860	2,37
Demais Países	537.338	23,82	Demais Países	1.951.958	21,95
Total	**2.256.124**	**100,00**	**Total**	**8.891.132**	**100,00**

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

O Gráfico 1 apresenta a evolução das exportações e importações bem como o saldo da Balança Comercial da Bahia. Observa-se que no período de 2000 a 2013, a Balança Comercial do Estado, após déficit nos anos iniciais, apresentou sucessivos superávits a partir de 2002. Entretanto, apresentou brusca redução de 65,7% em 2013.

A crise da Argentina, principal destino das vendas baianas, e a queda dos preços internacionais das principais *commodities* agrícolas e metálicas da pauta baiana estão impactando diretamente as exportações do Estado.

Gráfico 1 – Balança Comercial - 2000 a 2013



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança Comercial:** Unidades da Federação. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br//sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1076>. Acesso em: 10 nov. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção de Extração Vegetal e da Silvicultura,** Rio de Janeiro, v. 28, 2013. Disponível em:< ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Producao_da_Extracao_Vegetal_e_da_Silvicultura_[anual]/2013/pevs2013.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2014.

11 Infraestrutura

Fernando Luiz Emerenciano Viana
Engenheiro Civil. Doutor em Administração

A presente análise enfatiza a disponibilidade de infraestrutura na Bahia, especialmente nos aspectos com maior impacto nos empreendimentos produtivos e no desenvolvimento econômico do Estado. Assim sendo, são comentados com maiores detalhes a infraestrutura de transportes e a infraestrutura energética. Parte das informações relatadas foi baseada em dois estudos sobre infraestrutura recentemente realizados: Projeto Nordeste Competitivo (CNI, 2012) e o Plano Diretor de Investimentos (PDI) do Programa de Desenvolvimento Produtivo da Região Nordeste (PRODEPRO), elaborado pelo BNB e BID (2014).

11.1 Infraestrutura de transportes

A Bahia tem o território cortado por vinte e uma rodovias federais, algumas delas com apenas pequenos trechos em seu território, sendo que as principais são a BR-020, BR-101, BR-110, BR-116, BR-135, BR-242, BR-324 e BR-407. As rodovias estaduais possuem um papel complementar à malha federal. A rede rodoviária da Bahia possui um total de 142,2 mil km, incluindo os trechos planejados, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Rede do Sistema Nacional de Viação na Bahia

	Planejada	Rede não pavimentada					Rede pavimentada				Total
		Leito Natural	Em obras implantação	Implantada	Em obras pavimentação	Subtotal	Pista Simples	Em obras duplicação	Pista dupla	Subtotal	
Federal	4.411,80	599,50	39,00	274,30	382,00	1.294,80	5.550,50	0,00	112,90	5.663,40	11.370,00
Estadual Coincidente	0,00	270,70	0,00	490,90	0,00	761,60	1.888,30	0,00	0,00	1.888,30	2.649,90
Estadual	4.809,20	3.797,60	0,00	9.037,80	62,40	12.897,80	8.268,40	0,00	56,10	8.324,50	26.031,50
Municipal	5.162,80	90.490,00	0,00	8.887,90	0,00	99.377,90	228,40	0,00	0,00	228,40	104.769,10
Total	**14.383,80**	**94.887,10**	**39,00**	**18.200,00**	**444,40**	**113.570,50**	**14.047,30**	**0,00**	**169,00**	**14.216,30**	**142.170,60**

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do DNIT (2014).

De acordo com a pesquisa de rodovias da Confederação Nacional dos Transportes – CNT (2014), que avaliou uma extensão de 8.178 km das principais rodovias do Estado, com grande predominância da malha federal (67,5%) e incluindo 1.002 km de rodovias operadas pelo setor privado sob o regime de concessão, 37,9% das rodovias pesquisadas encontram-se em estado geral bom ou ótimo, 40,7% são regulares e 21,4% consideradas ruim ou péssimo, levando-se em conta a pavimentação, geometria da via e sinalização, sendo que as rodovias federais apresentam uma situação geral mais favorável em comparação com as rodovias estaduais. Trata-se de uma situação geral positiva em relação aos demais Estados do Nordeste. Destaca-se, também, que a condição geral das rodovias operadas por concessionárias é melhor em comparação com as administradas pelo setor público.

Entre os principais gargalos rodoviários da Bahia, pode-se destacar a necessidade de adequação da BR-116 no trecho entre a divisa PE/BA e Feira de Santana, a construção da BR-020 no trecho entre a divisa PI/BA e o entroncamento com a BR-135, a construção de trechos faltantes da BR-135 entre Barreiras e a divisa BA/MG, a construção da BR-235 entre a divisa SE/BA e a divisa BA/PI e a duplicação da BR-101 entre a divisa SE/BA e Feira de Santana. Ressalta-se que alguns desses gargalos enumerados estão com obras previstas ou em execução no âmbito do PAC.

No transporte ferroviário, a Bahia possui atualmente 1.551 km de malha sob responsabilidade da concessionária Ferrovia Centro Atlântica (FCA), que cruza o Estado no sentido Norte-Sul, subindo a partir da divisa MG/BA até Alagoinhas, passando por Salvador. A partir de Alagoinhas, a ferrovia divide-se em dois trechos, sendo um deles até Juazeiro e o outro até a divisa BA/SE. Entretanto, esses dois trechos da malha da FCA que partem de Alagoinhas não vêm sendo utilizados pela concessionária e, por isso, foram devolvidos, de acordo com cronograma aprovado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o que garantirá à FCA sua capacidade operacional nos novos trechos do Programa Integrado de Logística (PIL) e no Programa de Concessões Ferroviárias do Governo Federal. A propósito, no PIL e no programa de concessões a ser implementado, provavelmente a partir de 2015, está prevista a nova concessão do trecho ferroviário entre Salvador-BA e Recife-

-PE, passando por Sergipe e Alagoas, englobando parte da malha da FCA e parte da malha da TNL.

Ainda no transporte ferroviário, atualmente está em execução um projeto que pode contribuir efetivamente para a maior utilização desse modal na Bahia e também para a diminuição dos custos logísticos no Estado. Trata-se da Ferrovia de Integração Oeste--Leste- FIOL, que está em construção e compreende uma ferrovia em bitola larga (1,60 m) que ligará a Ferrovia Norte Sul-FNS, na altura do município de Figueirópolis-TO, a Ilhéus, totalizando mais de 1.500 km. Entretanto, o trecho com orçamento aprovado no âmbito do PAC envolve a ligação entre Barreiras e Ilhéus, que totaliza 1.022 km. As principais cargas a serem transportadas pela ferrovia são os grãos produzidos no Cerrado e os minérios que deverão ser extraídos na região de Brumado, principalmente. Como a viabilização da extração dos minérios depende fundamentalmente da oferta de um transporte de baixo custo, a construção da ferrovia foi iniciada no trecho Brumado e Ilhéus, estando a execução da obra sob responsabilidade da Valec S/A.

No que diz respeito ao transporte aquaviário, a Bahia possui três instalações portuárias, marítimas, os portos de Salvador, Aratu e Ilhéus, além de alguns terminais de uso privativo localizados em diferentes pontos do litoral baiano. A Tabela 2 mostra a evolução da movimentação de cargas nos últimos cinco anos nos terminais marítimos da Bahia de acordo com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

Como se pode perceber, com exceção do TUP Dow Aratu, de propriedade da empresa Dow Química, em quase todos os terminais portuários marítimos da Bahia houve aumento consistente na movimentação de cargas, chegando a 33,7% no conjunto de todos os terminais.

Tabela 2 – Evolução da movimentação de cargas nos portos marítimos da Bahia

Terminal Portuário	Movimentação de Cargas em Toneladas				
	2009	2010	2011	2012	2013
Porto de Salvador	3.154.270	3.436.739	3.484.219	3.424.087	3.986.204
Porto de Aratu	5.261.077	5.633.296	5.188.342	5.814.012	5.825.663
Porto de Ilhéus	226.708	195.031	267.100	459.941	393.491
TUP Madre de Deus (Transpetro)	15.703.512	20.267.441	20.701.120	21.658.012	22.698.349
TUP Cotegipe (Moinho Dias Branco)	2.217.374	2.392.914	2.751.525	3.205.036	3.137.856
TUP Fibria (Fibria Celulose)	1.576.020	1.724.944	2.234.382	2.179.533	1.605.784
TUP Dow Aratu	704.995	741.922	736.775	679.427	633.515
TUP Gerdau Salvador	21.002	227.436	296.872	357.979	505.899
TUP Marítimo de Belmonte (Veracruz Celulose)	950.622	725.646	1.040.453	1.119.160	1.048.354
TUP Ponta de Laje (Ford Motor)	116.859	173.469	185.217	156.331	186.925
Total	**29.932.439**	**35.518.838**	**36.886.005**	**39.053.518**	**40.022.040**

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da ANTAQ (2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014).

Com relação ao transporte aéreo, a Bahia possui dez aeroportos com voos regulares: Barreiras, Feira de Santana, Ilhéus, Lençóis, Paulo Afonso, Porto Seguro, Salvador, Teixeira de Freitas, Valença e Vitória da Conquista. Apenas três desses aeroportos são administrados pela Infraero, ou seja, o Aeroporto Internacional de Salvador, o Aeroporto de Ilhéus e o Aeroporto de Paulo Afonso. Entre todos os aeroportos da Bahia, o de Salvador é o de maior destaque, inclusive em nível regional, já que é aquele que possui maior movimentação de passageiros no Nordeste, tendo atendido a 8,59 milhões de passageiros e 29.827 toneladas de carga em 2013.

A Tabela 3 relaciona as principais obras de infraestrutura de transporte planejadas ou em execução na Bahia.

Tabela 3 – Obras de infraestrutura de transportes previstas na Bahia

Obra	Orçamento (R$ milhões)	Estágio atual	(%) Execução
Construção do novo Aeroporto de Ilhéus	270	Em projeto	0%
Reforma do Aeroporto de Barreiras	54	Em projeto	0%
Construção do novo Aeroporto de Vitória da Conquista	86	Iniciada	0%
Reforma de Ampliação do Aeroporto de Feira de Santana	60	Iniciada	NI
Reforma terminal de passageiros Aeroporto de Salvador (PAC)	94	Iniciada	61%
Reforma do Aeroporto de Caravelas	17	Iniciada	80%
Ferrovia de Integração Oeste - Leste (PAC) (1.022 Km)	4517	Iniciada	26%
Implantação do Metrô de Salvador (linhas 1 e 2) (42 Km)	4600	Iniciada	NI
Sistema Viário Oeste: Ponte Salvador-Itaparica (12 Km)	7000	Em projeto	0%
Ponte do Pontal - Ilhéus	165	Iniciada	NI
Construção do Complexo Porto Sul - Ilhéus	5600	Em licitação	0%
Porto de Salvador - Quebramar Norte	135	Em projeto	0%
Porto de Salvador - Terminal marítimo de passageiros	41	Iniciada	85%

continua...

continuação

Duplicação BR - 101 Trecho BA/SE (169,2 Km)	997	Em licitação	0%
Ampliação BR-101: Trecho Eunápolis - BR-418 (206,4 Km)	785	Em projeto	0%
Construção de avenida e duplicação ligação Lobato - Pirajá/ Gal Costa	647	Em projeto	0%
Duplicação e faixas BRT Avenida 29 de Março/ Orlando Gomes	581	Em projeto	0%
Duplicação BR-116 entre divisa PE/ BA e F. Santana (427 km)	556	Em projeto	2%
Pavimentação e duplicação BA-093 - Concessão Recôncavo	577	Iniciada	85%
Duplicação e implantação faixa BRT Av. Pinto Aguiar (Salvador)	60	Iniciada	55%
Duplicação BR-324/BA (BA-524): acesso ao Porto de Aratu	NI	Em projeto	0%
Total	**26.842**		

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Anuário Exame (2014).

Nota: NI – Não informado.

11.2 Infraestrutura de energia elétrica

A Bahia possui a maior capacidade de geração de energia do Nordeste, totalizando 7.006 MW de capacidade instalada, o que corresponde a 31,6% da capacidade de geração regional e 5,53% do total do Brasil (Tabela 4). A Bahia tem atraído investimentos para geração de energia elétrica através de fontes alternativas, tais como a energia eólica, assim como os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, o que tem contribuído para sua consolidação como principal estado produtor regional de energia elétrica. A concessionária distribuidora de energia elétrica na Bahia é a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba), que atende a 415 dos 417 municípios do Estado. Trata-se de uma empresa privada do grupo Neoenergia, que está presente em catorze Estados brasileiros e, no segmento de distribuição de energia, além da Bahia, atua também em Pernambuco e no Rio Grande do Norte.

Tabela 4 – Evolução dos indicadores de geração e consumo de energia elétrica na Bahia - 2006 a 2013

Serviço	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	% Brasil (2013)
Capacidade Instalada (MW)	5.999	6.032	6.012	6.175	6.680	6.865	6.985	7.006	5,53
Energia Gerada (GWh)	22.892	25.655	19.916	22.865	20.294	23.608	25.816	22.416	3,93
Energia Consumida (GWh)	18.264	19.376	20.440	19.850	21.541	20.959	21.811	23.322	5,03

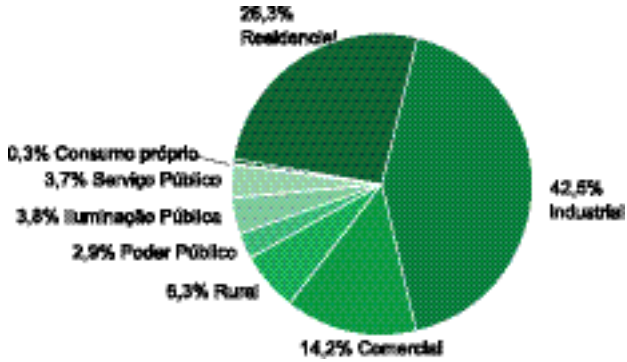
Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da EPE (2011, 2014).

Observa-se que, até 2012, a Bahia tinha autossuficiência de energia elétrica, uma vez que a geração superava o consumo, situação que foi revertida em 2013, especialmente por conta da queda do desempenho da geração. Esse fato aumenta a importância da entrada em operação de novas fontes de geração, o que ocorrerá em maior grau através das usinas eólicas, bem como dos investimentos em linhas de transmissão. Atualmente, a capacidade de geração de energia elétrica na Bahia está fortemente concentrada em hidrelétricas, com destaque para o complexo hidrelétrico de Paulo Afonso e as usinas de Sobradinho e Itaparica. As fontes termelétrica e eólica também têm uma contribuição importante, sendo que, no caso das usinas eólicas, existe uma tendência crescente de aumento de sua importância na matriz energética da Bahia.

O Gráfico 1 apresenta a distribuição do consumo de energia entre as diferentes classes, através do qual se percebe a importância dos segmentos industrial, residencial e comercial, nessa ordem, os quais em conjunto são responsáveis por 83,0% do consumo.

Com relação aos investimentos previstos na Bahia para o aumento da capacidade de geração e transmissão de energia elétrica, destacam-se na Tabela 5 os principais.

Gráfico 1 – Distribuição do consumo de energia elétrica da Bahia por classe em 2013 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da EPE (2014).

Tabela 5 – Obras de infraestrutura de energia elétrica previstas na Bahia

Obra	Orçamento (R$ milhões)	Estágio atual	(%) Execução
Complexo Eólico Alto Sertão 2 (386 MW)	1.400	Iniciada	NI
Parque Eólico Caetité (PAC) (90 MW)	NI	Iniciada	NI
Usina Eólica Araras (PAC) (30 MW)	NI	Iniciada	NI
Usina Eólica Ametista (PAC) (30 MW)	NI	Iniciada	NI
Usina Eólica Angelical (PAC) (30 MW)	NI	Iniciada	NI
Usina Eólica Borgo (PAC) (20 MW)	NI	Iniciada	NI
Usina Eólica Alvorada (PAC) (30 MW)	NI	Iniciada	NI
Parque Eólico Sobradinho (120 MW)	NI	Em projeto	0%
LT Miracema-Gilbués 2-Barreiras 2-Bom Jesus da Lapa 2	1.616	Em projeto	0%
Total	**3.016**		

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Anuário Exame (2014).

Nota: NI – Não informado; LT – Linha de transmissão.

11.3 Infraestrutura de utilidade pública

A infraestrutura de utilidade pública proporciona bem-estar e melhores condições de vida da população, inclusive com reflexos na saúde pública, a exemplo do abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e iluminação elétrica.

A oferta desses equipamentos e serviços apresentou considerável evolução na Bahia no período de 2002 a 2012 (Tabela 6). Nesse sentido, o acesso à iluminação elétrica aproxima-se da universalização no Estado com 98,5% das residências atendidas, estando próximo dos indicadores observados no Nordeste (99,1% de domicílios atendidos) e no Brasil (99,5%).

O abastecimento de água, por sua vez, que atendia a 72,9% das residências em 2002 foi ampliado para 82,7% dos domicílios em 2012, acima portanto das médias para o Nordeste (80,6%) mas ainda inferior em comparação com o Brasil (85,4%) em termos de domicílios atendidos em 2012.

No que se refere a coleta de lixo, o Estado contava com 65,2% dos domicílios atendidos regularmente em 2012. A título de comparação, o percentual de residências atendidas por esses serviços alcançou 69,2% no Nordeste enquanto que o Brasil atingiu a 83,5%.

A rede de esgotamento sanitário apresentou notável expansão no período analisado. Contudo, pouco mais da metade das residências baianas contavam com esse serviço em 2012. As necessidades de investimentos em saneamento são prementes, pois o indicador da Bahia (52,2%) ainda encontra-se abaixo da média nacional (63,3%), embora acima do indicador regional (41,1% de residências atendidas no Nordeste).

Tabela 6 – Domicílios atendidos por serviços de infraestrutura de utilidade básica na Bahia - 2002 e 2012

Serviço	Quantidade (mil unid.)		% Domicílios	
	2002	2012	2002	2012
Abastecimento de água	2.567	3.904	72,9	82,7
Esgotamento sanitário	1.310	2.465	37,2	52,2
Coleta de lixo	1.832	3.077	52,1	65,2
Iluminação elétrica	3.058	4.650	86,9	98,5

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Assim sendo, é fundamental que haja melhoria da infraestrutura de utilidade pública no Estado, o que certamente trará impactos positivos em outros indicadores sociais. Para tal, existem alguns projetos em execução ou planejados que poderão trazer contribuições, estando os principais listados na Tabela 7, que inclui também

obras voltadas à infraestrutura de irrigação, podendo estender-se por outros estados da Região.

Entre as obras apresentadas na Tabela 7, totalizando R$ 2,4 bilhões, destacam-se diversos projetos relacionados à ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário em diferentes municípios, inclusive na Região Metropolitana de Salvador, bem como os perímetros irrigados de Salitre e Baixo Irecê.

Tabela 7 – Obras de infraestrutura de saneamento e irrigação previstas na Bahia

Obra	Orçamento (R$ milhões)	Estágio atual	(%) Execução
Duplicação de adutoras em Salvador, Simões Filho e Lauro de Freitas	59	Iniciada	31%
Ampliação abastecimento de água em Feira de Santana	48	Iniciada	33%
Ampliação abastecimento de água em Salvador	102	Em projeto	3%
Abastecimento de água em Amélia Rodrigues	41	Iniciada	24%
Abastecimento de água em Senhor do Bonfim	55	Iniciada	76%
Perímetro de irrigação Salitre (2a etapa) (PAC)	250	Iniciada	NI
Perímetro de Irrigação Baixio de Irerê (PAC)	220	Iniciada	NI
Barragem Casa Branca (PAC)	NI	Em projeto	0%
Barragem de Baraúnas (PAC)	NI	Em projeto	0%
Barragem do Rio das Contas (PAC)	NI	Em projeto	0%
Sistema Adutor do São Francisco-Guanambi	42	Iniciada	41%
Ampliação esgotamento sanitário em Lauro de Freitas	201	Paralisada	10%
Ampliação esgotamento sanitário em Salvador	121	Iniciada	61%
Ampliação esgotamento sanitário em Teixeira de Freitas 2a etapa	76	Iniciada	84%
Ampliação esgotamento sanitário em Itaberaba 2a etapa	44	Iniciada	18%
Despoluição da Baía de Todos os Santos	179	Iniciada	54%
Ampliação esgotamento sanitário em Barreiras	87	Iniciada	73%

continuação

Ampliação esgotamento sanitário em Camaçari	98	Iniciada	74%
Ampliação esgotamento sanitário em Paulo Afonso	68	Iniciada	95%
Sistema publico de coleta e tratamento de resíduos em Irecê (PAC)	44	Iniciada	NI
Outras obras	627	NA	NA
Total	**2.362**		

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Anuário Exame (2014)

Nota: NI – Não informado.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS. **Anuário estatístico portuário 2009.** Disponível em:<http://www.antaq.gov.br/Portal/Anuarios/Portuario2009/Index.htm>. Acesso em: 09 dez. 2014.

_____. **Anuário estatístico aquaviário 2010.** Disponível em: <http://www.antaq.gov.br/Portal/AnuarioEstatisticoAquaviario/Formulario.asp>. Acesso em: 09 dez. 2014.

_____. **Anuário estatístico aquaviário 2011.** Disponível em: <http://www.antaq.gov.br/Portal/AnuarioEstatisticoAquaviario/Formulario.asp>. Acesso em: 09 dez. 2014.

_____. **Anuário estatístico aquaviário 2012.** Disponível em: <http://www.antaq.gov.br/Portal/AnuarioEstatisticoAquaviario/Formulario.asp>. Acesso em: 09 dez. 2014.

_____. **Anuário estatístico aquaviário 2013.** Disponível em: <http://www.antaq.gov.br/Portal/AnuarioEstatisticoAquaviario/Formulario.asp>. Acesso em: 09 dez. 2014.

ANUÁRIO EXAME INFRAESTRUTURA 2014-2015. São Paulo: Abril, nov. 2014.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL; BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. Programa de Desenvolvimento Produtivo da Região Nordeste. **Plano Diretor de Investimentos:** relatório técnico 2. Fortaleza: BNB; Washington, D. C.: BID, 2014.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES. **Pesquisa CNT de Rodovias 2014.** Relatório gerencial. Disponível em: < http://pesquisarodovias.cnt.org.br/Paginas/relGeral.aspx>. Acesso em 12 nov. 2014.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. **Rede do Sistema Nacional de Viação 2014.** Disponível em: <http://www.dnit.gov.br/sistema-nacional-de-viacao/snv-2014-1>. Acesso em: 14 nov. 2014.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Anuário estatístico de energia elétrica 2011.** Rio de Janeiro: EPE, 2011.

_____. **Anuário estatístico de energia elétrica 2014.** Rio de Janeiro: EPE, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 2012.** Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/>. Acesso em: 10 nov. 2014.

12 Mercado de trabalho

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão
Economista. Mestre em Economia Rural

O presente texto está divido em duas seções. Na primeira, analisa-se a evolução do emprego e desemprego na Bahia no período de 2001 e 2013, utilizando-se dados fornecidos pelo IBGE. Na segunda parte, estudam-se as mudanças do quadro de emprego formal do Estado, entre 2000 e 2013, a partir de dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

12.1 Evolução do emprego e desemprego – PNAD Contínua

O objetivo desta primeira seção do trabalho é analisar as variações ocorridas no nível de emprego (pessoal ocupado e desocupado) do fator trabalho de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)[4] realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para os anos de 2001 e 2013.

Dados da PNAD Contínua revelam que a População em Idade Ativa (PIA) era de 10.882 mil pessoas, em 2001, representando 79,6% da população total da Bahia. Vale ressaltar que neste período 68,4% da PIA concentravam-se na área urbana do Estado. Já os dados de 2013 apontavam a PIA com 12.783 mil pessoas, representando 85,0% da população total. Quanto à população urbana, verificou-se acréscimo de 27,4% em relação ao ano de 2001, tendo em vista que a população domiciliada no meio urbano chegou a participar de 74,2% da PIA em 2013, indicando que mais postos

[4] Abrangência geográfica: Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, 20 Regiões Metropolitanas que contêm Municípios das Capitais (Manaus, Belém, Macapá, São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Vale do Rio Cuiabá, e Goiânia) e a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina.

de trabalho foram gerados em áreas urbanas no período analisado (Tabela1).

Nos anos estudados, registrou-se aumento da População Economicamente Ativa (PEA)[1]. Em 2001, a PEA totalizou 6.521 mil pessoas, correspondendo a uma Taxa de Participação da força de trabalho de 59,9%. Para 2013, ocorreu uma mudança nessa estrutura, ocasião em que a PEA aumentou para 7.530 mil pessoas, com crescimento a uma taxa de 1,2% ao ano, resultando em um incremento de 1.009 mil pessoas. No ano de 2013, verificou-se uma pequena redução na taxa de participação (passando a corresponder 58,9%) devido ao crescimento proporcionalmente maior da PIA (taxa de crescimento de 1,4% a.a.) em relação à PEA, que registrou taxa de crescimento de 1,2% a.a. (Tabela 1 e Gráfico 1).

Tabela 1 – População em idade ativa, economicamente ativa, ocupada e desocupada - 2001 e 2013

População	2001	2013	Diferença absoluta	Var %	TGC (a.a. %)
População Total	13.664	15.044	1.380	10,1	0,8
População em Idade Ativa – PIA	10.882	12.783	1.901	17,5	1,4
População Economicamente Ativa – PEA	6.521	7.530	1.009	15,5	1,2
População Ocupada – POC	5.866	6.886	1.020	17,4	1,3
População Desocupada	655	644	-11	-1,7	-0,1
Taxa de Participação (%) (1)	59,9	58,9	-1,0	-1,7	-0,1
Nível de Ocupação (%) (2)	53,9	53,9	0,0	-0,1	0,0
Taxa de Ocupação (%) (3)	90,0	91,4	1,5	1,7	0,1
Nível de Desocupação (%) (4)	6,0	5,0	-1,0	-16,3	-1,5
Taxa de Desocupação (%) (5)	10,0	8,6	-1,5	-14,9	-1,3

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Obs.: pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (mil pessoas).

[1] Para melhor compreensão do conceito, é preciso esclarecer que, dentre a população residente de um país ou região, existe uma parcela que se encontra em idade ativa, ou em capacidade de realizar algum tipo de trabalho, remunerado ou não (População em Idade Ativa – PIA) e, que uma fração dessa parcela, encontra-se efetivamente integrada no mercado, formal ou não, de trabalho (População Economicamente Ativa – PEA). Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua realizada pelo IBGE, todas as pessoas com idade igual ou superior a quatorze (14) anos compõem o estoque total da PIA.

Notas:

(1) percentual da PEA sobre a PIA;

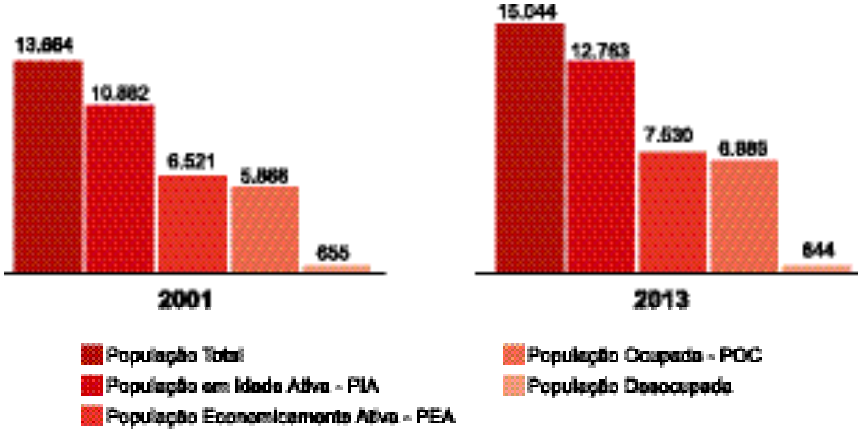
(2) percentual da População Ocupada dividida pela PIA;

(3) percentual da População Ocupada dividida pela PEA;

(4) percentual da População Desocupada dividida pela PIA;

(5) percentual da População Desocupada dividida pela PEA.

Gráfico 1 – População total, em idade ativa, economicamente ativa, ocupada e desocupada - 2001 e 2013



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota: pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (mil pessoas).

Em 2001, a População Ocupada (POC) era de 5.866 mil pessoas, correspondendo à taxa de ocupação de 90,0%. Neste mesmo ano, as classes de rendimento mensal de todos os tipos de trabalho apontavam para uma concentração maior de pessoas que recebiam até três salários mínimos, com 70,5% do total das pessoas ocupadas (Tabela 2).

Entre 2001 e 2013, a taxa de incremento da POC foi da ordem de 17,4%, alcançando um estoque de 6.886 mil pessoas. Nesta nova configuração da população ocupada, observa-se também um maior crescimento de pessoas ocupadas na classe de rendimento mensal que recebem entre um e até três salários mínimos, com acréscimo de 1.160 mil pessoas ocupadas.

No ano de 2013, verificou-se que 11,0% do total de pessoas ocupadas estavam na categoria “sem rendimento”, tendo ocorri-

do uma redução em 22,8% em relação ao ano de 2001. Por sua vez, a classe de rendimento mensal de até três salários mínimos respondia por um conjunto de quase 76,8% da POC, enquanto que a população ocupada na classe com rendimento mensal superior a três salários mínimos representava 9,1% da População Ocupada (Tabela 2). Neste caso, percebe-se a distribuição assimétrica de renda, fato que vem confirmando com esta análise, onde o Índice de Gini calculado para a Bahia foi de 0,558 no ano de 2013 (IBGE, 2014).

Tabela 2 – Pessoas ocupadas (1) por classes de rendimento mensal de todos os trabalhos - 2001 e 2013

Classes de rendimento mensal	2001		2013		Diferença absoluta	Var %	TGC (a.a. %)
	Quant.	Part. %	Quant.	Part. %			
Até 1/2 SM	901	15,4	1.294	18,8	393	43,6	3,1
Mais de 1/2 a 1 SM	1.635	27,9	1.972	28,6	337	20,6	1,6
Mais de 1 a 2 SM	1.198	20,4	1.544	22,4	346	28,9	2,1
Mais de 2 a 3 SM	401	6,8	485	7,0	84	20,9	1,6
Mais de 3 a 5 SM	312	5,3	275	4,0	-37	-11,9	-1,0
Mais de 5 a 10 SM	191	3,3	232	3,4	41	21,5	1,6
Mais de 10 a 20 SM	91	1,6	84	1,2	-7	-7,7	-0,7
Mais de 20 SM	38	0,6	36	0,5	-2	-5,3	-0,4
Sem rendimento	978	16,7	755	11,0	-223	-22,8	-2,1
Sem declaração	121	2,1	209	3,0	88	72,7	4,7
Total	**5.866**	**100,0**	**6.886**	**100,0**	**1.020**	**17,4**	**1,3**

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota:

(1) pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (mil pessoas).

Como a PNAD tem representatividade quanto ao nível de emprego (pessoal ocupado e desocupado) do fator trabalho, pode-se concluir que o mercado de trabalho para o ano de 2013 encontrava-se em situação mais robusta do que a relatada no ano de 2001. O reflexo desse novo quadro pode ser comprovado com o crescimento do estoque de pessoas ocupadas ao longo desse período, aumentando de 5.866 mil pessoas ocupadas em 2001 para 6.886 mil em 2013, registrando uma taxa de crescimento de 1,3% ao ano,

ou seja, aumento da População Ocupada em 1.020 mil pessoas no período de 2001 a 2013.

As expectativas para o mercado de trabalho são de crescimento tendo em vista os investimentos previstos para os próximos anos em setores estratégicos, como o setor de transporte e armazenagem. Somente neste segmento foram investidos US$ 745,1 milhões no período de 2011 a 2013 para atender a demanda do sistema logístico dos municípios de Salvador, Simões Filho e Camaçari. Do total de investimentos, destaca-se a construção de um centro industrial e logístico no município de Simões Filho-BA, ofertando estrutura com pátios para contêineres com conexões ao transporte aéreo, ferroviário, rodoviário e aquaviário, além de estrutura com galpões e um multicenter, que contará com um hotel, centro de convenções e serviços de escritório. A estimativa é que sejam gerados 20 mil empregos diretos e indiretos na fase da construção e operação do terminal, com investimentos realizados na ordem de US$ 702,7 milhões, de acordo com a Rede Nacional de Informações sobre Investimento - RENAI (BRASIL, 2014a).

12.2 Evolução do emprego formal - RAIS

Nesta segunda parte, faz-se a abordagem sobre a evolução referente ao número de vínculos empregatícios utilizando-se a base de dados fornecida pelo Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para os anos de 2000 e 2013. A RAIS registra o estoque de empregos formais na sua totalidade, diferentemente da PNAD Contínua realizada pelo IBGE que se utiliza de amostra. Porém, a RAIS não registra o número de empregos informais nem o de pessoas desocupadas, uma vez que esses dois recortes não são objetos de sua base de dados.

Em 2000, o estoque de empregos alcançou 1.166.408 postos de trabalho na Bahia, com forte concentração na administração pública (31,8%). Em 2013, o estoque de empregos saltou para 2.286.823 empregos, com aumento expressivo de 96,1% no período estudado. Além dessa expansão, a Bahia apresentou uma nova configuração na distribuição setorial do mercado de trabalho.

Assim, os segmentos de comércio e serviços que respondiam por 48,2% do emprego formal, com 562.667 postos de trabalho no

ano 2000, passaram a representar por 52,5% dos empregos formais do Estado, ou seja, incremento de 636.891 novos postos de trabalho, fornecendo 1.199.558 vagas em 2013 (Tabela 3 e Gráfico 2).

Destaca-se também o bom desenvolvimento do setor da construção civil que registrou aumento no número de postos de emprego em 179,9% se comparado a 2001, ou seja, incremento em 110.252 novos postos de trabalho, contabilizando 171.521 empregos formais em 2013 (Tabela 3 e Gráfico 2).

A formação deste novo quadro ocorreu a partir dos investimentos nos setores de comércio e serviços no período de 2011 a 2014 que somaram US$ 847,76 milhões. Desse total, destaca-se a construção de dois grandes complexos empresariais da América Malls em Salvador-BA e Feira de Santana-BA. Em Salvador, o empreendimento contará com a implantação do *Shopping Center* Cajazeiras com previsão de término das obras em maio de 2015. Já no município de Feira de Santana, será construído o América Outlet com data de entrega em junho de 2015. Os empreendimentos estão orçados em US$ 166,5 milhões, com expectativa de criação de 800 empregos diretos e indiretos na fase de construção e mais outros 1,6 mil postos de empregos diretos quando estiverem funcionando (BRASIL, 2014a; BAHIA, 2014).

Vale destacar os investimentos na construção de um complexo hoteleiro e mais quatro empreendimentos que serão implantados em Guarajuba, litoral de Camaçari-BA. Os empreendimentos estão orçados em U$ 441,67 milhões para a construção de cinco hotéis (com 2,8 mil quartos), mais 500 casas residenciais e 1,4 mil apartamentos residenciais, além de um centro de convenções e campo de golfe numa área de 475 hectares. Durante a fase de sua construção, serão gerados 800 empregos diretos e indiretos. A previsão de término dos empreendimentos é para o ano de 2018, com a expectativa de criar 3 mil empregos diretos e indiretos em sua fase de operação (BRASIL, 2014a).

Já em Barreiras, está sendo erguido o empreendimento *Oeste Shopping Barreiras,* cujo montante do investimento está orçado em U$ 68,49 milhões, com a expectativa de que sejam criados 5 mil empregos diretos e indiretos na fase de construção, e sejam ofertados mais 9 mil empregos diretos e indiretos em sua fase de operação, com previsão de térmico no ano de 2016 (BRASIL, 2014a).

Tabela 3 – Distribuição de emprego por subsetor segundo o número total de vínculos empregatícios - 2000 e 2013

Subsetores	2000		2013		Diferença absoluta	Var. %
	Quant.	Part. (%)	Quant.	Part. (%)		
Serviços	368.502	31,6	755.191	33,0	386.689	104,9
Administração pública	371.346	31,8	585.233	25,6	213.887	57,6
Comércio	194.165	16,6	444.367	19,4	250.202	128,9
Indústria de transformação	103.200	8,8	217.824	9,5	114.624	111,1
Construção civil	61.269	5,3	171.521	7,5	110.252	179,9
Agropecuária, extração vegetal, caça...	48.457	4,2	83.411	3,6	34.954	72,1
Serviços Industriais de Utilidade Pública	13.613	1,2	17.558	0,8	3.945	29,0
Extrativa mineral	5.856	0,5	11.718	0,5	5.862	100,1
Total	1.166.408	100,0	2.286.823	100,0	1.120.415	96,1

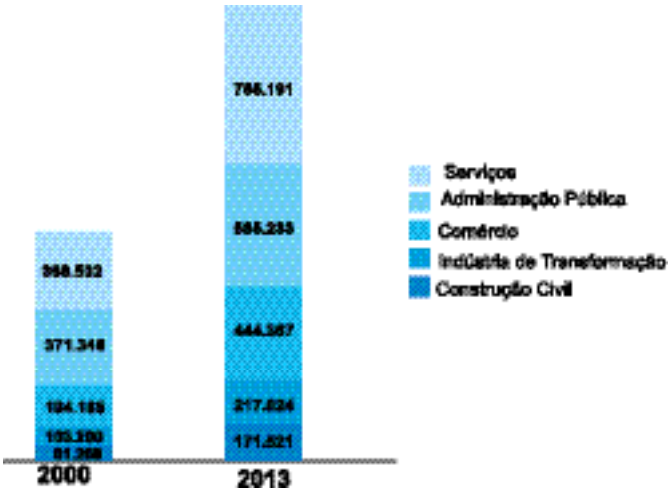
Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014b). Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.

Em relação à distribuição de emprego segundo o porte da empresa[2], no ano 2000 as firmas de grande porte respondiam por 36,5% dos empregos formais do Estado, enquanto que as Micro, Pequenas e Médias Empresas ofereciam 63,5% das vagas. Em 2013, as oportunidades cresceram de forma considerável em todos os segmentos, mas, proporcionalmente, o quadro de distribuição permanece praticamente o mesmo, com aumento da participação das empresas de grande porte, que passaram a contar com 38,0% das vagas.

A organização da indústria de transformação e extrativa mineral, em particular, revelava a existência de 109.056 postos de trabalho com vínculos empregatícios, em 2000, observando-se uma concentração no subsetor de fabricação de produtos alimentícios e bebidas (22,6%), que empregava 24.694 pessoas (Tabela 4).

[2] O porte adotado está relacionado com o número de vínculos empregatícios por estabelecimento: a) Micro empresa - até 19 empregados; b) Pequena empresa - entre 20 e 99; c) Média empresa - entre 100 e 499; d) Grande empresa - acima de 500.

Gráfico 2 − Distribuição de emprego por subsetor segundo o número total de vínculos empregatícios - 2000 e 2013



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014b). Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais − RAIS.

Em 2013, houve considerável incremento de 120.486 novos postos de trabalho nas indústrias de transformação e extrativa mineral, alcançando 229.542 empregos formais, ou seja, crescimento de 110,5% em relação ao ano de 2000. Os maiores impactos podem ser observados na indústria de produção de calçados e artefatos de couro (com acréscimo de 19.234 novos postos de empregos formais), seguido pela fabricação de produtos alimentícios e bebidas (aumento em 18.909 postos de trabalho) e artigos de borracha e plásticos, com a criação de 11.731 postos de trabalho com vínculo empregatício (Tabela 4).

Nestes dois subsetores, indústria de transformação e extrativa mineral, grande parte da geração de empregos formais ocorreu em função dos elevados investimentos, tendo em vista que no período de 2011 a 2014 foram injetados US$ 12,0 bilhões nestes subsetores, ou seja, cerca de 28,45% dos investimentos totais do estado da Bahia neste período. Somente no polo automotivo no município de Camaçari (BA), os investimentos foram da ordem de US$ 576,9 milhões na instalação da fábrica da JAC MOTORS. Embora o projeto se encontre em fase de implantação, a montadora deverá entrar em

construção ainda em 2015, que deverá abrigar uma área construída de 70 mil metros quadrados. A previsão é que sejam produzidos 100 mil veículos por ano, com expectativa de que sejam gerados 3,5 mil empregos diretos na linha de produção do polo automobilístico (BRASIL, 2014a).

Está previsto o investimento na expansão da unidade da empresa Veracel Celulose no município de Eunápolis-BA. Com a ampliação da unidade fabril de celulose branqueada de eucalipto e aumento da base florestal comercial em 107 mil hectares, a capacidade de produção deverá ser de 2,7 milhões de toneladas por ano. O total do investimento é de US$ 3,78 bilhões com expectativa de que sejam gerados 12 mil empregos diretos e indiretos (BRASIL, 2014a).

Tabela 4 − Indústria de transformação e extrativa mineral - Distribuição de emprego com vínculos empregatícios por subsetor - 2000 e 2013

Subsetores	2000		2013		Diferença absoluta	Var. %
	Absoluto	Part. (%)	Absoluto	Part. (%)		
Indústria de transformação (A)						
Produtos alimentícios e bebidas	24.694	22,6	43.603	19,0	18.909	76,6
Calçados, artefatos e artigos de couro	9.806	9,0	29.040	12,7	19.234	196,1
Produtos de minerais não metálicos	8.845	8,1	20.018	8,7	11.173	126,3
Artigos de borracha e plástico	5.704	5,2	17.435	7,6	11.731	205,7
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	7.219	6,6	14.158	6,2	6.939	96,1
Produtos químicos	10.928	10,0	13.929	6,1	3.001	27,5
Produtos de metal exceto máq. e equip.	3.153	2,9	11.345	4,9	8.192	259,8
Veículos automotores, reboques e carrocerias	1.003	0,9	10.604	4,6	9.601	957,2
Móveis e indústrias diversas	4.140	3,8	9.595	4,2	5.455	131,8
Manutenção, rep. e instalação de máq. e equip.	169	0,2	8.331	3,6	8.162	4.829,6

continuação

Produtos têxteis	6.273	5,8	7.741	3,4	1.468	23,4
Celulose, papel e produtos de papel	2.801	2,6	6.598	2,9	3.797	135,6
Metalurgia	3.476	3,2	4.712	2,1	1.236	35,6
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	845	0,8	4.271	1,9	3.426	405,4
Coque, refino de petróleo, elabor. de combustíveis nucleares e prod. de álcool	3.668	3,4	4.130	1,8	462	12,6
Edição, impressão e reprodução de gravações	3.524	3,2	3.592	1,6	68	1,9
Produtos de madeira	2.294	2,1	2.832	1,2	538	23,5
Equip. de informática, prod. eletrônicos e ópticos	2.085	1,9	2.724	1,2	639	30,6
Máquinas e equipamentos	1.369	1,3	2.103	0,9	734	53,6
Outros equipamentos de transporte	387	0,4	668	0,3	281	72,6
Produtos do fumo	817	0,7	395	0,2	-422	-51,7
Indústria de extração mineral (B)						
Minerais metálicos não ferrosos	1.672	1,5	5.123	2,2	3.451	206,4
Pedra, areia e argila	1.867	1,7	3.065	1,3	1.198	64,2
Outros minerais não metálicos	870	0,8	1.853	0,8	983	113,0
Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	1352	1,2	1.244	0,5	-108	-8,0
Minério de ferro	0	0,0	228	0,1	228	-
Carvão mineral	95	0,1	205	0,1	110	115,8
Total (A+B)	**109.056**	**100,0**	**229.542**	**100,0**	**120.486**	**110,5**

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014b). Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.

Quanto aos dados disponibilizados pela RAIS-MTE, verifica-se um crescimento no estoque de empregos formais, tendo saltado de 1.166.408 postos de trabalho, em 2000, para 2.286.823 no ano de 2013, representando aumento em 96,1%, com predominância dos empregos formais em empresas de micro, pequeno e médio portes.

O crescimento no mercado de trabalho é reflexo dos investimentos na economia da Bahia em setores estratégicos, como a produção e distribuição de eletricidade, bem como na indústria de

equipamentos do setor de energia. Como exemplo, tem-se a ampliação da unidade fabril de torres eólicas TORREBRAS (GRUPO WINDAR) no município de Camaçari. Com investimento total de US$ 12,62 milhões, a capacidade de produção será de 300 torres eólicas por ano e com perspectiva de gerar mais de 400 empregos diretos e indiretos (BRASIL, 2014a).

Outra empresa de produção de equipamentos do setor de energia eólica é a empresa Torres Eólicas do Nordeste (TEN) localizada no município de Jacobina-BA, inaugurada em janeiro de 2015. A planta fabril terá a capacidade de produzir 200 torres de aço por ano para aerogeradores, instalada numa área de 140 mil metros quadrados. O investimento foi US$ 30,0 milhões, com perspectiva que sejam gerados 250 empregos diretos e mais 600 indiretos na região (BRASIL, 2014a).

A produção e distribuição de eletricidade também são animadoras, tendo em vista os investimentos previstos para a instalação de nove parques de geração de energia eólica localizados na Chapada da Diamantina, cerca de mil metros acima do nível do mar. Os empreendimentos são da Companhia de Energias Renováveis (CER), empresa paranaense, que investirá US$ 382,98 milhões. Esta unidade será responsável pela produção de 234 MW e beneficiará a região com 600 empregos diretos e indiretos (BRASIL, 2014a).

A empresa Brasil Wind investirá US$ 335,19 milhões na implantação de projetos de geração de energia elétrica entre os municípios de Pindaí e Caetité, que engloba sete parques eólicos, incluindo a construção de complexo de geração eólica de Guirapá (BA). Com investimento de US$ 1,67 bilhões, o projeto produz 150 MW, com perspectiva de atingir um total de 850 MW instalados até 2020, com proposta de geração de emprego e renda para a região (BRASIL, 2014a).

A vocação econômica do estado da Bahia para os setores de comércio e serviços contribuiu para a instalação de 180.662 estabelecimentos, destes, 86.903 são novos empreendimentos (aumento de 92,7% em relação ao ano de 2000). Somente para os setores de comércio e serviços contabilizou-se 142.251 firmas no ano de 2013, representando 78,7% do total do número de estabelecimentos do estado da Bahia.

O crescimento do comércio e serviços impulsiona outros setores, a exemplo da construção civil que gerou 171.521 empregos formais em 2013, aumento de 179,9% em relação ao ano de 2000. Outro indicador que também possibilita mensurar o bom desenvolvimento do setor da construção civil é o aumento do consumo de cimento do estado da Bahia. Segundo o Sindicato da Indústria de Cimento Nacional (SICN), o ano de 2013 fechou com consumo aparente de 3.310 mil toneladas, registrando incremento de 1.652 mil toneladas, ou seja, aumento em 99,64% em relação ao ano de 2003.

Na indústria extrativa mineral, tem-se o projeto da BAMIN com exploração da mina no município de Caetité, estimada em 20 milhões de toneladas de minério de ferro. Os investimentos são da ordem de US$ 2,5 bilhões para implantar, além de adquirir vagões e locomotivas para o transporte do minério. A expectativa é de que sejam gerados 8 mil empregos diretos na etapa da construção e mais 1,8 mil empregos diretos quando a operação da mina for iniciada (BRASIL, 2014a).

Para dar continuidade à exploração da mina em Caetité, a Bahia Minerals (BAMIN) investe US$ 382,12 milhões para a construção do Terminal de Uso Privativo (TUP) no Complexo Porto Sul no município de Ilhéus-BA. O empreendimento contará com um terminal portuário que terá a capacidade de movimentar até 45 milhões de toneladas por ano, com previsão que a construção do terminal dure até 5 anos. A expectativa é de que sejam gerados 2 mil empregos diretos e indiretos (BRASIL, 2014a).

Outro empreendimento em destaque é a implantação de um polo industrial da empresa BASF no município de Camaçari-BA, com a produção de ácido acrílico acrilato de butila e polímeros superabsorventes (matéria-prima utilizada em produtos como fraldas, tintas e adesivos). Os investimentos previstos para a instalação são na ordem de US$ 737,17 milhões, com expectativa de criar 2 mil empregos em sua fase de construção, e mais 800 empregos diretos e indiretos em sua fase de operação (BRASIL, 2014a).

Referências

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Feira de Santana vai ganhar outlet de R$ 60 milhões.** Salvador, 12 maio 2014. Disponível em: <http://www.sde.ba.gov.br/noticia.aspx?n=33095>. Acesso em: 17 mar. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Projetos de investimento por setor e divisão econômica. In**: Rede Nacional de Informações sobre Investimento − RENAI.** Brasília, DF, 2014a. Disponível em: <http://investimentos.mdic.gov.br/conteudo/index/item/34>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais − RAIS.** Empregos formais no Brasil e Nordeste 2000 e 2013. Brasília, DF, 2014b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa básica 2001 a 2013. In: **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua − PNAD Contínua, 2014.** Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp>. Acesso em: 11 nov. 2014.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DO CIMENTO. **Relatório anual 2012.** Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.snic.org.br/relatorio_anual_dinamico.asp>. Acesso em: 17 nov. 2014.

13 Intermediação financeira

Allisson David de Oliveira Martins
Economista. Mestre em Economia

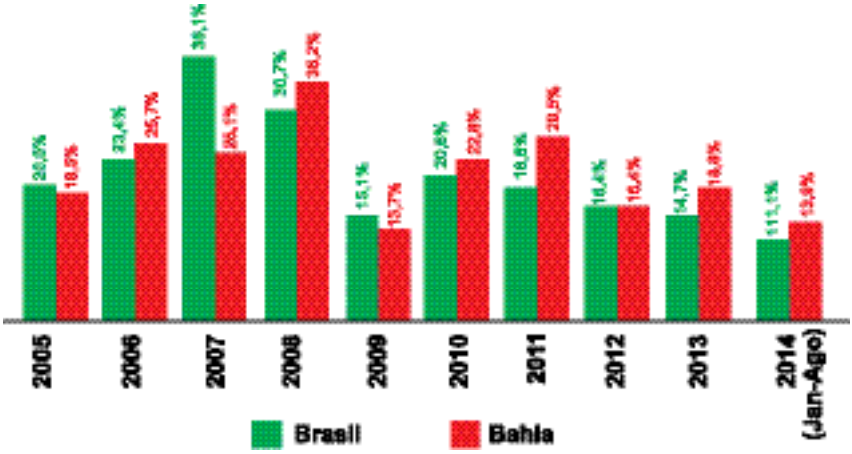
A intermediação financeira se constitui em um importante vetor do desenvolvimento regional. Nesse sentido, a Bahia conta atualmente com 30 instituições financeiras, que atuam através de 1.116 agências bancárias. Em agosto de 2014, referidos estabelecimentos administravam depósitos à vista, dos setores públicos e privados, no montante de R$ 6,2 bilhões, além de R$ 17,8 bilhões em depósitos a prazo. Os depósitos em caderneta de poupança apresentam-se como o mais relevante dentre os produtos de captação de recursos, tendo em vista o montante de R$ 26,5 bilhões registrado no mesmo período (BACEN, 2014b).

A Bahia vem apresentando desempenho superior ao Brasil, quando se analisa a evolução do saldo das operações de crédito. No período de 2004 a 2013, observou-se taxa de crescimento anual em empréstimos e financiamentos da ordem de 22,7% no Estado, enquanto que em nível nacional, a elevação do crédito registrou taxa de crescimento anual de 21,8%.

Pode-se destacar ainda que o crescimento das operações de crédito na Bahia beneficiou tanto as pessoas físicas quanto as jurídicas. No primeiro caso, o crescimento foi de 26,8%, ao ano, sendo as operações voltadas essencialmente para o consumo. No segundo, a expansão alcançou 19,6% ao ano, com operações destinadas fundamentalmente para a produção.

O Gráfico 1 mostra a taxa de expansão do saldo de crédito no Brasil e no Estado anualmente. Em agosto de 2014, o saldo das operações de crédito do sistema financeiro na Bahia alcançou R$ 106,8 bilhões, com participação relativa no Nordeste e Brasil, de 29,4% e 3,7%, respectivamente.

Gráfico 1 – Evolução do saldo de crédito do Sistema Financeiro e da Bahia - 2005 a 2014 - Variação em relação ao ano anterior - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Bacen (2014a).

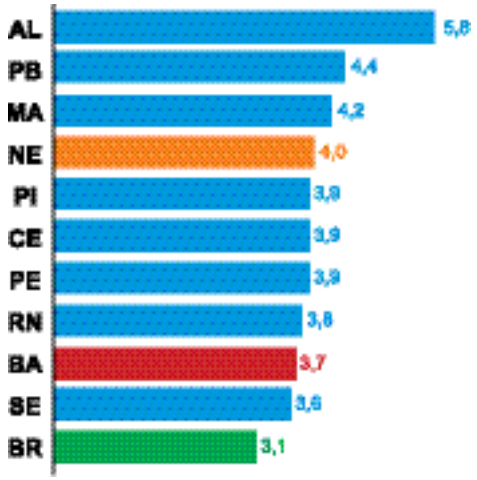
Além do crescimento quantitativo dos saldos das operações de crédito, verifica-se uma estabilidade nos Índices de Inadimplência ao longo dos últimos anos. O Índice de Inadimplência do Estado, sobretudo nos últimos 60 meses, apresenta forte correlação (0,92) com o índice observado na Região Nordeste (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Índices de Inadimplência no Nordeste e na Bahia - 2004 a 2014

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Bacen (2014a).

Em agosto de 2014, o Índice de Inadimplência total da Bahia registrou 3,7%, ligeiramente abaixo do indicador do Nordeste (4,0%). Por segmento, a taxa de inadimplência das pessoas físicas (5,2%) apresentou-se superior ao Índice de Inadimplência das pessoas jurídicas (2,3%) (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Índices de Inadimplência nos Estados do Nordeste e Brasil - Agosto de 2014



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Bacen (2014a).

Por sua vez, as agências financeiras oficiais de fomento[1] são de extrema relevância no sistema financeiro brasileiro, pois essas entidades fortalecem as economias locais por intermédio da oferta de recursos financeiros para a implantação, ampliação, modernização e relocalização dos empreendimentos produtivos. Nesse sentido, os empreendedores baianos obtiveram crescentes recursos dessas agências de fomento, contribuindo para dinamizar o nível de atividade econômica através da geração de emprego e renda.

No período entre 2005 e 2013, verificou-se que o saldo das operações de crédito das agências oficiais multiplicou-se por um

[1] Agências oficiais de fomento: Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) e Banco da Amazônia (BASA).

fator de 3,3, resultado de uma taxa de crescimento anual de 16,2%, com destaque para os setores “habitação” e “outros serviços”, que registraram taxa de crescimento anual de 41,7% e 33,4%, respectivamente.

Tabela 1 – Saldo de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento - Por setor de atividade - 2005 a 2013 - (R$ bilhões)

Ano	Rural	Industrial	Comércio	Intermediação financeira	Outros serviços	Habitação	Outros	Total
2005	6,57	8,04	0,62	2,14	1,21	0,65	1,81	21,05
2006	5,92	8,53	0,80	2,27	1,80	0,90	2,32	22,54
2007	6,45	9,10	0,95	2,61	2,81	1,62	0,29	23,83
2008	7,21	9,77	2,16	2,94	4,59	2,01	3,70	32,38
2009	8,00	8,89	3,11	3,06	7,33	2,29	4,31	36,98
2010	7,82	7,89	3,27	4,48	8,12	3,69	5,50	40,77
2011	8,15	7,27	3,71	5,98	9,46	5,59	6,46	46,62
2012	9,09	8,22	4,61	7,16	10,11	8,00	8,08	55,27
2013	9,93	11,53	5,92	9,43	12,07	10,57	10,27	69,72

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Sob a ótica dos tomadores de recursos, observa-se que o porte “Micro” possui maior participação relativa (48,2%), haja vista contemplar as microempresas, em grande medida devido à presença nos setores de comércio e serviços, bem como os miniprodutores rurais e agricultores familiares. Por sua vez, os portes “Pequeno” e Médio”, apresentaram as taxas anuais de crescimento mais elevadas na aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento no período de 2005 a 2013, isto é, 28,2% e 24,2%, respectivamente (Tabela 2).

Tabela 2 – Saldo de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento - Por porte do tomador - 2005 a 2013 - (R$ bilhões)

Ano	Micro	Pequeno	Médio	Grande	Total
2005	8,78	0,98	1,10	10,18	21,05
2006	9,44	0,98	1,11	11,01	22,54
2007	11,53	1,22	1,29	12,38	26,43
2008	12,61	2,05	1,83	15,90	32,38
2009	14,55	3,14	2,61	16,69	36,98
2010	16,35	3,53	2,92	17,96	40,77
2011	19,96	4,21	4,23	18,22	46,62
2012	26,46	5,79	5,17	17,85	55,27
2013	33,57	7,14	6,25	22,76	69,72

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Economia e finanças. Economia regional. Crédito. In: **Sistema Gerenciador de Séries Temporais.** v 2.1. Brasília, DF, 2014a. Disponível em < https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 02 dez. 2014.

_____. **ESTBAN - Estatística Bancária por Município**. Brasília, DF, 2014b. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp>. Acesso em: 13 nov. 2014.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Empresas Estatais.** Portarias bimestrais. Orçamento de investimentos. Empréstimos e financiamentos. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=4&ler=t213>. Acesso em: 13 nov. 2014.

14 Financiamentos de longo prazo do Banco do Nordeste

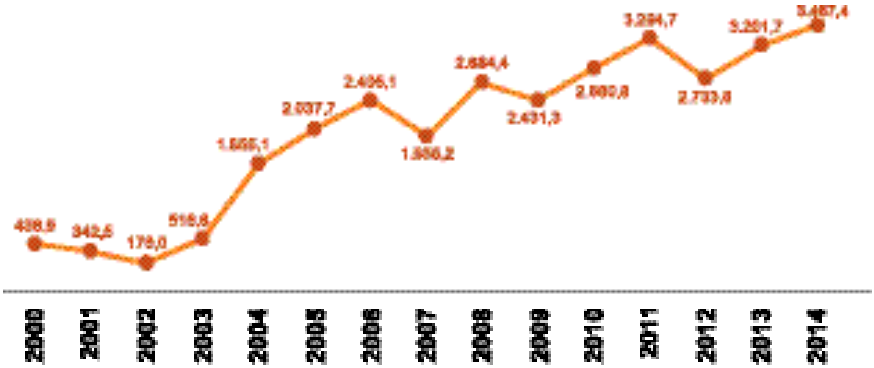
José Alci Lacerda de Jesus
Engenheiro Agrônomo. Especialista em Ecologia e Avaliação de Recursos Naturais
Mário Sérgio Carvalho de Freitas
Geógrafo. Mestre em Geografia Física
Sâmia Araújo Frota
Economista. Mestre em Administração

As políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional são importantes instrumentos para a geração de crescimento econômico com inclusão social. Nesse sentido, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) é um dos pilares das ações de fomento para a Região. O FNE contribui, enquanto política de financiamento à atividade produtiva, para impulsionar a dinâmica das economias estaduais da Região, promovendo a redução das desigualdades intra e inter-regionais.

Assim, a aplicação dos recursos do FNE, planejada e realizada em articulação com os Governos Estaduais, Ministério da Integração, a SUDENE, representações dos setores produtivos e órgãos de apoio à atividade econômica, possibilita que na área de atuação do Fundo sejam fortalecidas as atividades produtivas, gerando novos negócios, oportunidades de empregos e aumento da arrecadação de tributos.

Nesse contexto, verifica-se no Gráfico 1 que de 2000 a 2014 houve um incremento substancial nos valores contratados com recursos do FNE na Bahia, evoluindo de R$ 438,9 milhões em 2000 para R$ 3,5 bilhões em 2014, sendo o valor total aplicado no período de R$ 30,1 bilhões. Em relação à quantidade de operações contratadas ocorreu também um incremento expressivo, saltando de aproximadamente 17 mil em 2000 para mais de 96,7 mil em 2014, ampliando-se substancialmente o acesso ao crédito em benefício dos empreendedores baianos.

Gráfico 1 – Evolução das contratações com recursos do FNE na Bahia - (R$ milhões)

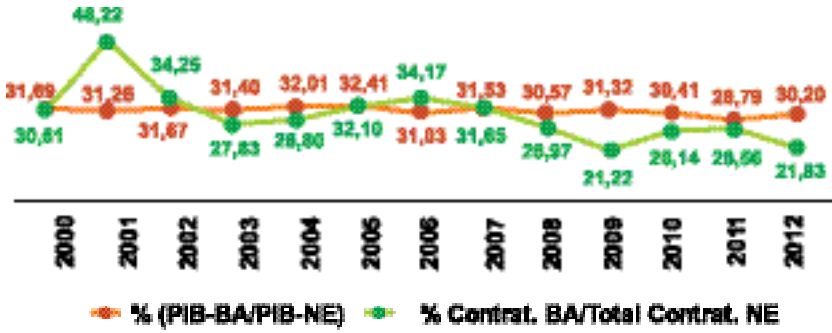


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

Outro aspecto a destacar é a participação do PIB da Bahia no Nordeste, que oscilou entre 31,7% em 2000 e 30,2% em 2012. O FNE, por sua vez, destinou 25,3% do total aplicado por essa fonte de financiamento para Bahia nesse período. Deve ser destacado que esse resultado é condicionado pelo marco regulatório do FNE, que estabelece o máximo de 30% e o mínimo de 4,5% do total anual de financiamentos por Estado, assim como pelo contexto regional, tendo em vista a crescente demanda por recursos provenientes de todos os Estados do Nordeste.

Gráfico 2 – Participação da Bahia no PIB regional e no total das contratações do FNE - 2000 a 2012 - Em%

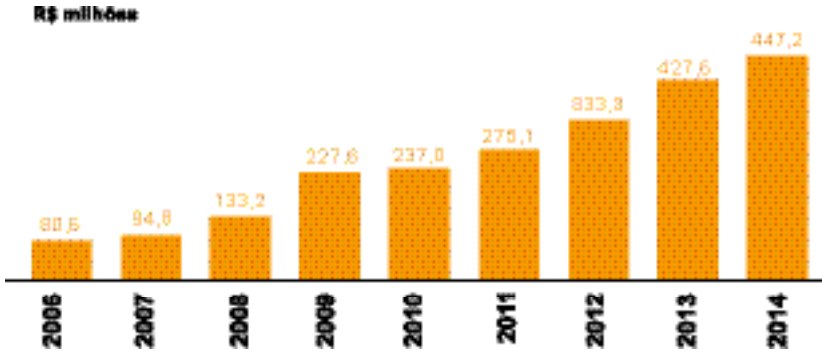


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Em relação ao atendimento às áreas consideradas prioritárias pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), do Governo Federal, quais sejam as mesorregiões diferenciadas do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri e Xingó, a Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) de Juazeiro, além do semiárido baiano, considerando-se o período de 2006 a 2014, os financiamentos do FNE alcançaram aproximadamente R$ 2,1 bilhões, R$ 752,8 milhões e R$ 7,8 bilhões, respectivamente, em valores atualizados de dezembro de 2014.

Além disso, em sintonia com as políticas públicas de âmbito nacional de apoio às Micro e Pequenas Empresas (MPEs), a Bahia elevou suas aplicações com recursos do FNE para esse segmento, especialmente a partir de 2006 (Gráfico 3). Esse resultado é compatível com o crescimento dos financiamentos do FNE para comércio e serviços, principal setor de atuação das MPEs. Os financiamentos do Fundo Constitucional para MPEs saltaram de aproximadamente R$ 80,6 milhões em 2006 para R$ 447,2 milhões em 2014, em valores atualizados, representando um incremento de aproximadamente 455% (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Evolução das contratações com recursos do FNE para Micro e Pequenas Empresas na Bahia



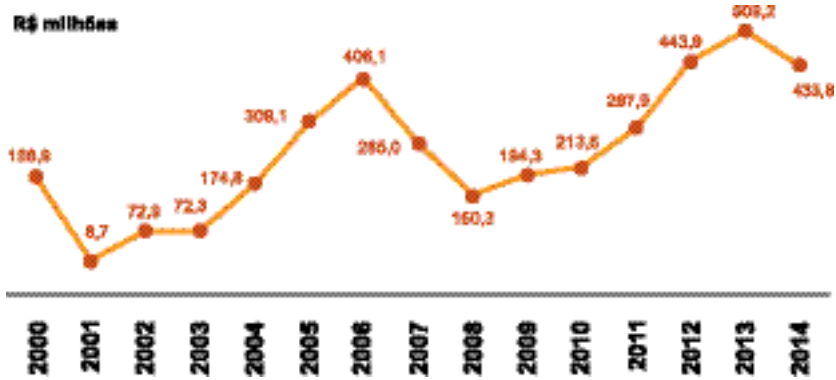
Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

Os agricultores familiares também têm sido beneficiados com substancial parcela de recursos do FNE, por meio do Programa Pronaf. Conforme detalhado no Gráfico 4, observa-se uma evolução de R$ 188,9 milhões, em 2000, para R$ 433,8 milhões em 2014. Registra-se, contudo, os efeitos da estiagem, que prosseguiu em 2014, contribuíram para uma redução de cerca de 14,8% na contratação de recursos no âmbito do Programa, em relação à ao ano de 2013, situação que se espera seja revertida nos próximos exercícios.

Com relação aos financiamentos setoriais, no período de 2000-2014, o que se verifica é uma participação maior dos setores agrícola (31,1%), indústria (18,7%) e pecuária (16,2%), conforme apresentado no Gráfico 5. A alocação setorial dos recursos do FNE corresponde à demanda por recursos, que por sua vez retrata o perfil produtivo estadual. Mudanças na estrutura produtiva do Estado podem ocorrer através da implementação de políticas setoriais, que complementem a ação creditícia.

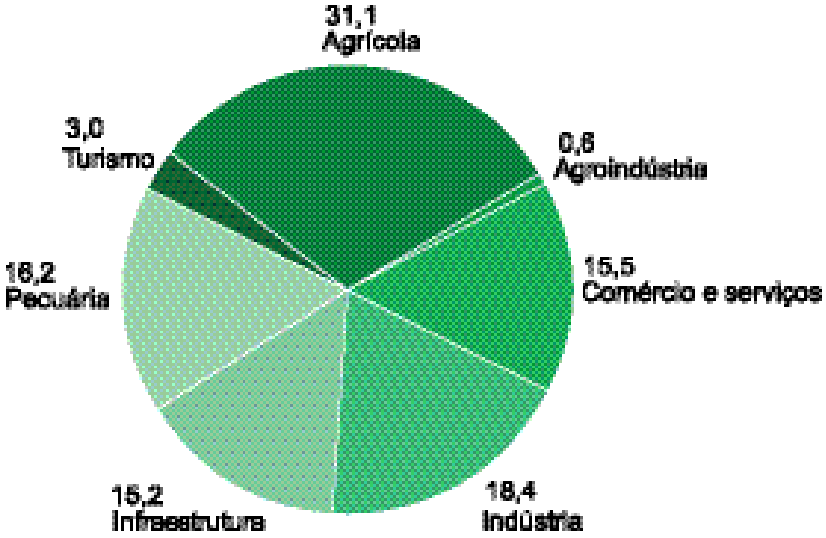
Gráfico 4 – Evolução das contratações com recursos do FNE para Agricultura Familiar na Bahia



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

Gráfico 5 – Participação média dos setores econômicos nos financiamentos do FNE na Bahia - 2000 a 2014



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

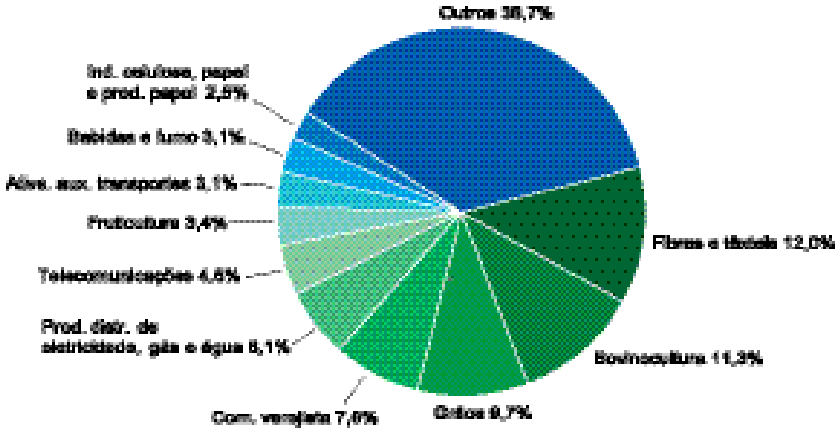
Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

Destaca-se ainda o apoio proporcionado a grandes empreendimentos na Bahia, em diversos setores, a exemplo da agricultura, indústria, comércio, serviços, pecuária e infraestrutura, nos quais empresas âncoras podem contribuir para estruturar cadeias produtivas estaduais, vez que essas firmas demandam insumos e bens intermediários que podem ser produzidos por fornecedores locais de diferentes portes.

Nos últimos quatro anos (2011-2014), por exemplo, foram financiados no Estado grandes empreendimentos dos segmentos mineral, papel e celulose, energético, cervejeiro e de *shopping centers*.

O Gráfico 6 exibe as principais atividades econômicas e sua participação no total de financiamentos do FNE no período 2000-2014 na Bahia, podendo ser observada a diversidade de segmentos produtivos apoiados.

Gráfico 6 – Principais atividades financiadas com FNE na Bahia - 2000 a 2014



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

Outro aspecto fundamental na aplicação dos recursos do FNE diz respeito à democratização do acesso ao crédito e à desconcentração da aplicação dos recursos em termos territoriais. Neste con-

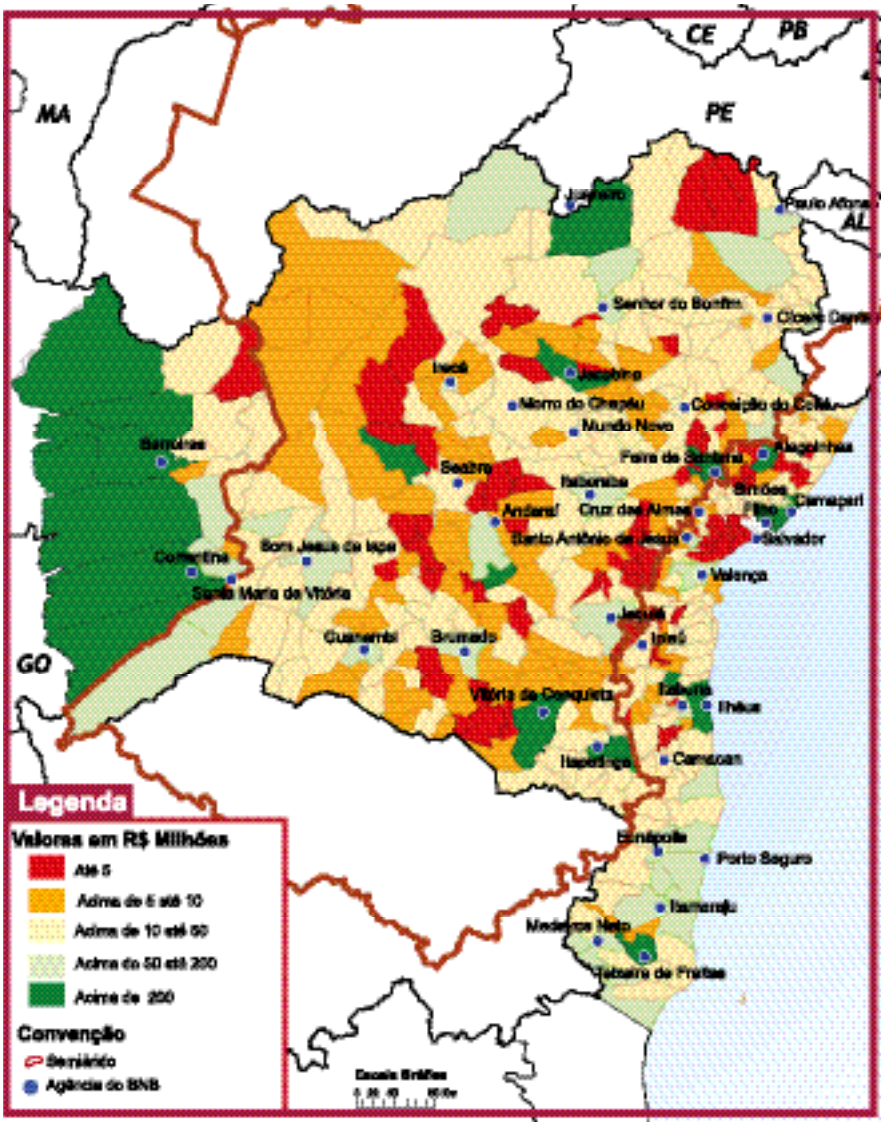
texto, o Mapa 1 mostra a distribuição do volume dos financiamentos por município, no período 2006 a 2014.

Assim, é possível vislumbrar que o FNE tem atendido a todos os municípios da Bahia. Contudo, a demanda por recursos é maior nos principais centros de produção do Estado, especificamente os municípios do Oeste baiano (região produtora de grãos), Juazeiro (parte de Região Integrada de Desenvolvimento – RIDE), Vitória da Conquista, Jacobina, Feira de Santana, Teixeira de Freitas e Salvador. Seguem-se as áreas no entorno de Itabuna, Ilhéus, Eunápolis, Itapetinga, Jequié, Itaberaba, Medeiros Neto, Brumado, Senhor do Bonfim e Bom Jesus da Lapa. As demais áreas, localizadas em várias regiões do Estado, possuem estruturas produtivas menos desenvolvidas, o que influencia uma menor demanda por financiamentos e a consequente aplicação de recursos, conforme apresentado no Mapa 1.

Referido mapa é um indicativo dos municípios potencialmente prioritários para ações institucionais integradas, visando ao desenvolvimento dos empreendimentos rurais e urbanos e à consequente ampliação do apoio do BNB/FNE.

Em síntese, fica evidenciada a contribuição do FNE como instrumento para potencializar oportunidades econômicas na Bahia, a exemplo da agricultura irrigada e de sequeiro, mineração, agroindústria (grãos, frutas e cacau), indústria (química, petroquímica, automotiva e metal mecânica), comércio e turismo, integrando a parceria do Banco do Nordeste com o Estado na promoção do desenvolvimento.

Mapa 1 – Volume de financiamentos do FNE - 2006 a 2014



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

Referências

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **FNE 2014.** Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: programação regional. Fortaleza, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas regionais do Brasil 2002-2008.** Rio de Janeiro, 2010**.** (Contas Nacionais, n. 32). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2008/publicacao2008.pdf.>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Contas regionais do Brasil 2010.** Rio de Janeiro, 2012**.** (Contas Nacionais, n. 38). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/publicacao2010.pdf.>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Contas regionais do Brasil 2012.** Rio de Janeiro, 2014**.** (Contas Nacionais, n. 42). Disponível em: <http://<www.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2012/contasregionais2012.pdf.>. Acesso em: 11 nov. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. **Ipeadata, temas, renda.** Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 02 mar. 2015.

SERRA, A. de C. Q. **Perfil econômico da Bahia.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2002.

15 Considerações finais

Conforme evidenciado no presente perfil social e econômico, a Bahia é detentora de uma expressiva base de recursos naturais que necessita ser utilizada de forma sustentável e em prol da maioria da população local. Recentemente, a Unidade Federativa passou por um amplo processo de transformação. Os diferentes indicadores econômicos e sociais analisados mostraram importante avanço, o que se traduziu em melhoria no bem-estar da população.

É importante enfatizar que a economia baiana apresentou uma evolução expressiva, tendo seu PIB e PIB *per capita* crescido 47,9% e 41,5% em termos reais, respectivamente, de 2002 a 2012.

Referida expansão foi alcançada em função das sólidas políticas macroeconômicas adotadas no Brasil, especialmente a partir de 2003, que possibilitaram a retomada de um projeto nacional de desenvolvimento que havia sido interrompido nas chamadas "décadas perdidas" dos anos 1980 e 1990. Com isso, gerou-se incremento nos investimentos produtivos e em infraestrutura no Brasil, e particularmente na Bahia.

Ao mesmo tempo, as políticas sociais implementadas permitiram a inclusão e ascensão sociais de expressivo contingente de pessoas. O conjunto dessas políticas contribuiu para a ampliação do mercado de trabalho e o fortalecimento do setor produtivo gerando um círculo virtuoso de desenvolvimento. O estado da Bahia foi beneficiado por esses resultados.

Atualmente, projetos de base estão em execução no Estado visando à redução de gargalos na infraestrutura, contribuindo assim para elevar a competitividade da economia baiana a exemplo de obras para ampliar os equipamentos de utilidade pública, modernizar a logística e os meios de transporte além de fortalecer os recursos hídricos.

Cabe mencionar a expansão da ação creditícia e em especial a atuação das agências oficiais de fomento, particularmente o Banco do Nordeste, que expandiram de forma considerável os financiamentos para o setor produtivo no Estado.

Além disso, os investimentos na área social também têm sido expressivos, tanto que se constatou uma melhoria significativa nas condições dos domicílios, bem como uma expansão dos serviços de abastecimento de água, coleta de lixo, distribuição de energia elétrica e esgotamento sanitário. De fato, ocorreram avanços importantes na Bahia nessas áreas em anos recentes.

Os indicadores sociais referentes às dimensões de saúde e educação também obtiveram incrementos importantes nos últimos anos. Assim, as diferenças existentes em relação aos Estados mais desenvolvidos tenderam a se reduzir no período analisado.

Apesar das melhorias verificadas nos indicadores econômicos e sociais, é fundamental reconhecer que existem desafios a serem vencidos nos próximos anos. O PIB *per capita* do Estado, aproximadamente R$ 12,6 mil em 2012, é superior ao do Nordeste (R$ 11,7 mil em 2012). Contudo, ainda é a metade do nacional, que alcançou R$ 24,1 mil no mesmo ano. O IDH da Bahia cresceu de 0,386 em 1991 para 0,660 em 2010, sendo equivalente à média para o Nordeste (0,660 em 2010) embora permaneça inferior em comparação com a média nacional (0,726 em 2010).

Nesse contexto, as estratégias a serem elaboradas e implementadas devem levar em conta um complexo quadro social e econômico delineado em um território que sofre crescente pressão ambiental causada por atividades humanas.

Atualmente, o número de residentes com idade entre 15 e 64 anos, denominado de População em Idade Ativa (PIA), totaliza 10,6 milhões, superando o número daqueles com idade inferior a 15 anos (2,4 milhões) e superior a 64 anos (1,0 milhão), somando 3,4 milhões, que é denominado de População em Idade Inativa (PINA).

Quando a PIA é superior a PINA tem-se uma situação em que a força de trabalho é relevante no conjunto da população total, ocorrendo, portanto o chamado “bônus demográfico”. A Bahia tem desfrutado dessa situação nos últimos anos.

Por outro lado, a taxa de crescimento populacional tem diminuído ao longo das últimas décadas, e ao mesmo tempo a população idosa aumenta a taxas maiores que o restante das outras faixas etárias. Em consequência, o bônus demográfico tende a diminuir no futuro, o que implicará redução da força de trabalho e exigirá um

redesenho nas políticas públicas, principalmente as voltadas para formação profissional de jovens e de assistência médica e previdenciária para os mais idosos.

Dada a grande extensão territorial, o Estado encontra-se dividido em sete mesorregiões: Metropolitana de Salvador (concentrando 30,6% da população estadual), Sul Baiano (14,1%), Nordeste (11,1%), Centro Norte (16,0%), Centro Sul (17,4%), Vale do São Francisco (6,6%) e Extremo Oeste (4,2%).

Em paralelo à concentração espacial da população verifica-se, também, uma distribuição desigual das principais atividades econômicas do Estado. A Mesorregião Metropolitana de Salvador detém quase a metade do PIB baiano. Algumas das novas dinâmicas econômicas e os novos eixos de articulação produtiva reforçam o processo de concentração econômica e populacional nos principais centros urbanos.

A desagregação do Valor Adicionado Bruto (VAB) mostra que o setor de serviços é preponderante na economia estadual, tendo passado de 60,7%, em 2002, para 67,2%, em 2012. Por outro lado, entre 2002 e 2012, indústria e agropecuária reduziram suas participações no VAB. A participação da agropecuária passou de 10,5%, em 2002, para 7,3%, em 2012; por sua vez, a indústria que contribuía com 28,8%, em 2002, passou a responder por 25,5%, em 2012.

A diversidade fitogeográfica confere ao estado da Bahia amplas possibilidades de produção agrícola. Entre 2002 e 2012 ocorreu um fortalecimento da agricultura empresarial na Bahia desenvolvida com elevado nível tecnológico na região do Cerrado. A soja e o algodão, cuja produção foi deslocada do semiárido para o Extremo Oeste passaram a ser as principais culturas do Estado em termos de valor da produção, ultrapassando culturas tradicionais amplamente exploradas na Bahia.

A fruticultura irrigada, embora não tenha apresentado grande incremento no valor da produção, continua com elevada importância na geração de renda e postos de trabalho no Estado. Da mesma forma, as culturas características da agricultura familiar, a exemplo da mandioca e feijão, embora sejam altamente vulneráveis a fa-

tores climáticos adversos, continuam sendo importantes fontes de renda para grande parcela da população rural.

Na Bahia, a indústria tem uma participação relativamente grande na economia, tendo representado 25,5% do Valor Adicionado Bruto (VAB) em 2012, ano em que alcançou o montante de R$ 39,2 bilhões, a preços de dezembro de 2013. A título de comparação, esse indicador correspondeu, para o ano de 2012, a 26,0% no Brasil e a 23,5% no Nordeste.

A indústria da Bahia contribui com aproximadamente um terço do Valor Adicionado Bruto da indústria do Nordeste, tendo, no entanto, a participação do Estado nesse indicador apresentado tendência decrescente entre 2002 e 2012, embora alternando períodos de baixa e de alta.

Particularmente no subsetor das indústrias de transformação sobressaem-se as atividades de fabricação de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis, a fabricação de produtos químicos e a fabricação de veículos automotores, considerando o Valor Adicionado Bruto. Tendo por base os empregos disponibilizados, destacam-se no Estado os segmentos de fabricação de produtos alimentícios, de fabricação de calçados e artigos de couro e de fabricação de produtos de minerais não metálicos.

As mudanças na base produtiva da Bahia incrementaram os recursos de arrecadação, embora o Estado ainda seja dependente das transferências constitucionais para executar ações e projetos. A título de ilustração, a arrecadação de ICMS totalizou R$ 16,8 bilhões em 2013 (o maior nesse tipo de arrecadação no Nordeste), enquanto que as transferências do Governo Federal por intermédio do Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM) somaram R$ 10,4 bilhões nesse mesmo ano.

Na verdade, o índice de dependência financeira da Bahia, ou seja, a proporção da receita total do Estado que é obtida através de taxação sobre atividades produtivas, passou de 0,47 em 2000 para 0,51 em 2013 (o segundo indicador mais elevado no Nordeste). Quando o referido índice se aproxima de 1, significa maior capacidade do ente federativo para gerar suas receitas através da arrecadação de tributos. No caso da Bahia, aproximadamente 50%

das receitas estaduais provêm de fontes não tributarias. Em termos comparativos, São Paulo tem índice médio de dependência financeira de 0,9.

O quadro de questões a serem enfrentadas remete à necessidade de se estabelecer uma estratégia de desenvolvimento focada em ao menos três grandes diretrizes. Primeiramente, é fundamental a manutenção dos programas sociais para que a redução da pobreza e a inclusão social prossigam de forma acelerada. Também, referidas políticas permitem ampliar o mercado consumidor que por sua vez é indutor do desenvolvimento local.

Além disso, torna-se fundamental intensificar os investimentos em infraestruturas físicas, de forma que se possa criar um ambiente atraente para a geração de novos negócios no Estado, além de contribuir para melhorar o bem-estar da população.

É importante ainda se desenvolver ações que promovam a formação de capital humano, buscando-se melhorar os níveis de qualificação da força de trabalho. A mão de obra adequadamente preparada cria as bases para a formação de um ambiente inovador e amplia a produtividade da economia, favorece uma melhor distribuição da renda e possibilita maior mobilidade social.

As ações voltadas para expandir a qualificação da força de trabalho devem, necessariamente, contemplar a ampliação e melhoria da qualidade do ensino básico, reduzindo o analfabetismo e promovendo a cidadania. As iniciativas devem, ainda, buscar incrementar a formação técnica e profissional, de forma a qualificar a população para ingressar no mercado de trabalho.

Em síntese, a Bahia obteve importante progresso em termos econômicos e sociais em anos recentes. Apesar dos avanços, os principais indicadores do Estado ainda são inferiores em comparação com as médias nacionais, de forma que a desigualdade inter-regional continua sendo um tema relevante para o Estado. Em face dos desafios a serem enfrentados pela Bahia, as políticas públicas serão fundamentais para que o Estado possa se desenvolver de forma sustentável.

Apêndices

1 Informações territoriais

Características geográficas - 2013

Característica		% Nordeste
Área (km²)	564.733	36,33
Extensão da costa litorânea (km)	1.076	20,79
Número de municípios	417	23,24
Número de distritos	844	26,29

Fonte: IBGE. Anuário estatístico do Brasil 2013.

2 Informações econômicas

Produto Interno Bruto - 2012

PIB	Valores correntes	% Participação
	R$ milhões	**% do Nordeste**
PIB a preços correntes	167.727,4	28,17
	R$ 1,00	**% do Brasil**
Produto Interno Bruto *per capita*	11.832	52,25

Fonte: IBGE. Contas regionais do Brasil 2012.

PIB e população por município - 2012

Municípios	PIB (R$ mil correntes)	Participa-ção (%)	PIB *per capita* (R$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Total geral	167.727.375	100,00	11.832,33	14.175.341	100,00
Abaíra	40.878	0,02	4.721	8.659	0,06
Abaré	75.274	0,04	4.256	17.685	0,12
Acajutiba	76.988	0,05	5.227	14.730	0,10
Adustina	68.905	0,04	4.330	15.914	0,11
Água Fria	71.859	0,04	4.524	15.884	0,11
Aiquara	30.957	0,02	6.825	4.536	0,03
Alagoinhas	1.980.057	1,18	13.802	143.460	1,01
Alcobaça	267.838	0,16	12.558	21.328	0,15
Almadina	34.842	0,02	5.684	6.130	0,04
Amargosa	220.787	0,13	6.336	34.845	0,25
Amélia Rodrigues	157.635	0,09	6.285	25.080	0,18
América Dourada	76.562	0,05	4.796	15.962	0,11
Anagé	94.300	0,06	4.741	19.889	0,14
Andaraí	65.793	0,04	4.719	13.942	0,10
Andorinha	116.329	0,07	8.187	14.209	0,10
Angical	80.606	0,05	5.761	13.992	0,10
Anguera	33.328	0,02	3.196	10.427	0,07
Antas	73.108	0,04	4.171	17.526	0,12
Antônio Cardoso	61.147	0,04	5.296	11.545	0,08
Antônio Gonçalves	45.191	0,03	4.024	11.229	0,08
Aporá	80.659	0,05	4.512	17.877	0,13
Apuarema	41.136	0,02	5.561	7.397	0,05
Araças	236.272	0,14	20.295	11.642	0,08
Aracatu	58.957	0,04	4.354	13.542	0,10
Araci	226.409	0,13	4.327	52.325	0,37
Aramari	53.799	0,03	5.132	10.483	0,07
Arataca	63.939	0,04	6.203	10.307	0,07
Aratuípe	40.509	0,02	4.693	8.632	0,06
Aurelino Leal	54.716	0,03	4.190	13.059	0,09
Baianópolis	85.377	0,05	6.362	13.420	0,09

continua...

continuação

Municípios	PIB (R$ mil correntes)	Participa-ção (%)	PIB *per capita* (R$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Baixa Grande	92.668	0,06	4.626	20.031	0,14
Banzaê	51.469	0,03	4.347	11.840	0,08
Barra	219.022	0,13	4.369	50.134	0,35
Barra da Estiva	130.038	0,08	6.262	20.767	0,15
Barra do Choça	280.783	0,17	7.909	35.501	0,25
Barra do Mendes	69.486	0,04	4.994	13.914	0,10
Barra do Rocha	34.986	0,02	5.794	6.038	0,04
Barreiras	2.443.616	1,46	17.321	141.081	1,00
Barro Alto	58.001	0,03	4.169	13.914	0,10
Barro Preto	40.647	0,02	6.640	6.122	0,04
Barrocas	209.085	0,12	14.425	14.495	0,10
Belmonte	228.077	0,14	10.336	22.067	0,16
Belo Campo	75.596	0,05	4.289	17.625	0,12
Biritinga	64.447	0,04	4.335	14.866	0,10
Boa Nova	69.234	0,04	4.736	14.620	0,10
Boa Vista do Tupim	92.399	0,06	5.163	17.898	0,13
Bom Jesus da Lapa	492.848	0,29	7.613	64.740	0,46
Bom Jesus da Serra	39.179	0,02	3.871	10.120	0,07
Boninal	60.255	0,04	4.337	13.893	0,10
Bonito	98.635	0,06	6.521	15.126	0,11
Boquira	90.435	0,05	4.106	22.025	0,16
Botuporã	54.745	0,03	5.000	10.950	0,08
Brejões	123.091	0,07	8.716	14.123	0,10
Brejolândia	55.028	0,03	4.893	11.247	0,08
Brotas de Macaúbas	56.947	0,03	5.434	10.479	0,07
Brumado	789.027	0,47	12.144	64.972	0,46
Buerarema	140.732	0,08	7.596	18.528	0,13
Buritirama	83.678	0,05	4.215	19.853	0,14
Caatiba	46.670	0,03	4.413	10.576	0,07
Cabaceiras do Paraguaçu	84.185	0,05	4.788	17.582	0,12
Cachoeira	265.347	0,16	8.223	32.270	0,23

continua...

continuação

Municípios	PIB (R$ mil correntes)	Participa-ção (%)	PIB *per capita* (R$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Caculé	186.164	0,11	8.246	22.577	0,16
Caém	50.833	0,03	5.077	10.013	0,07
Caetanos	49.671	0,03	3.328	14.926	0,11
Caetité	333.189	0,20	6.974	47.774	0,34
Cafarnaum	77.864	0,05	4.475	17.398	0,12
Cairu	1.499.609	0,89	93.884	15.973	0,11
Caldeirão Grande	57.335	0,03	4.530	12.658	0,09
Camacan	196.063	0,12	6.217	31.535	0,22
Camaçari	12.669.924	7,55	49.640	255.238	1,80
Camamu	214.301	0,13	6.060	35.366	0,25
Campo Alegre de Lourdes	135.779	0,08	4.822	28.156	0,20
Campo Formoso	410.681	0,24	6.102	67.305	0,47
Canápolis	45.582	0,03	4.852	9.395	0,07
Canarana	110.536	0,07	4.525	24.430	0,17
Canavieiras	182.723	0,11	5.728	31.902	0,23
Candeal	33.693	0,02	3.864	8.720	0,06
Candeias	5.096.383	3,04	60.584	84.121	0,59
Candiba	62.485	0,04	4.688	13.329	0,09
Cândido Sales	124.610	0,07	4.847	25.711	0,18
Cansanção	150.211	0,09	4.544	33.054	0,23
Canudos	73.763	0,04	4.627	15.941	0,11
Capela do Alto Alegre	51.474	0,03	4.482	11.485	0,08
Capim Grosso	175.835	0,10	6.496	27.067	0,19
Caraíbas	44.903	0,03	4.545	9.879	0,07
Caravelas	333.596	0,20	15.436	21.612	0,15
Cardeal da Silva	87.238	0,05	9.661	9.030	0,06
Carinhanha	127.922	0,08	4.485	28.519	0,20
Casa Nova	381.833	0,23	5.756	66.331	0,47
Castro Alves	171.697	0,10	6.719	25.555	0,18
Catolândia	28.698	0,02	8.926	3.215	0,02

continua...

continuação

Municípios	PIB (R$ mil correntes)	Participa-ção (%)	PIB *per capita* (R$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Catu	474.888	0,28	9.179	51.734	0,36
Caturama	37.363	0,02	4.238	8.817	0,06
Central	69.368	0,04	4.067	17.057	0,12
Chorrochó	46.861	0,03	4.341	10.794	0,08
Cícero Dantas	157.722	0,09	4.857	32.470	0,23
Cipó	75.903	0,05	4.779	15.884	0,11
Coaraci	105.510	0,06	5.292	19.937	0,14
Cocos	230.437	0,14	12.637	18.235	0,13
Conceição da Feira	135.048	0,08	6.485	20.826	0,15
Conceição do Almeida	95.039	0,06	5.368	17.705	0,12
Conceição do Coité	406.361	0,24	6.447	63.033	0,44
Conceição do Jacuípe	692.833	0,41	22.555	30.717	0,22
Conde	128.634	0,08	5.337	24.103	0,17
Condeúba	87.137	0,05	5.002	17.421	0,12
Contendas do Sincorá	23.624	0,01	5.121	4.613	0,03
Coração de Maria	115.771	0,07	5.227	22.149	0,16
Cordeiros	36.638	0,02	4.444	8.245	0,06
Coribe	84.688	0,05	5.960	14.210	0,10
Coronel João Sá	71.143	0,04	4.273	16.650	0,12
Correntina	705.516	0,42	22.471	31.397	0,22
Cotegipe	77.637	0,05	5.703	13.614	0,10
Cravolândia	29.744	0,02	5.892	5.048	0,04
Crisópolis	142.766	0,09	7.068	20.199	0,14
Cristópolis	64.945	0,04	4.856	13.374	0,09
Cruz das Almas	532.912	0,32	8.961	59.470	0,42
Curaçá	210.311	0,13	6.445	32.631	0,23
Dário Meira	59.180	0,04	4.844	12.217	0,09
Dias d'Ávila	2.440.470	1,46	35.050	69.628	0,49
Dom Basílio	79.319	0,05	6.925	11.454	0,08
Dom Macedo Costa	22.829	0,01	5.862	3.894	0,03

continua...

continuação

Municípios	PIB (R$ mil correntes)	Participa-ção (%)	PIB *per capita* (R$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Elísio Medrado	35.709	0,02	4.486	7.961	0,06
Encruzilhada	139.993	0,08	6.228	22.478	0,16
Entre Rios	504.889	0,30	12.566	40.180	0,28
Érico Cardoso	44.599	0,03	4.150	10.746	0,08
Esplanada	549.078	0,33	16.333	33.618	0,24
Euclides da Cunha	298.908	0,18	5.247	56.962	0,40
Eunápolis	1.495.706	0,89	14.574	102.628	0,72
Fátima	75.064	0,04	4.276	17.555	0,12
Feira da Mata	42.754	0,03	6.921	6.177	0,04
Feira de Santana	8.635.051	5,15	15.200	568.099	4,01
Filadélfia	71.628	0,04	4.296	16.672	0,12
Firmino Alves	27.694	0,02	5.112	5.417	0,04
Floresta Azul	52.346	0,03	4.912	10.657	0,08
Formosa do Rio Preto	951.584	0,57	41.071	23.169	0,16
Gandu	196.725	0,12	6.384	30.816	0,22
Gavião	23.164	0,01	5.136	4.510	0,03
Gentio do Ouro	45.354	0,03	4.243	10.690	0,08
Glória	75.968	0,05	5.026	15.114	0,11
Gongogi	41.177	0,02	5.127	8.031	0,06
Governador Mangabeira	120.562	0,07	6.051	19.926	0,14
Guajeru	31.836	0,02	3.467	9.182	0,06
Guanambi	698.145	0,42	8.734	79.936	0,56
Guaratinga	140.687	0,08	6.442	21.840	0,15
Heliópolis	59.918	0,04	4.574	13.099	0,09
Iaçu	135.561	0,08	5.354	25.319	0,18
Ibiassucê	55.799	0,03	5.808	9.607	0,07
Ibicaraí	125.787	0,07	5.339	23.560	0,17
Ibicoara	194.161	0,12	10.905	17.805	0,13
Ibicuí	84.606	0,05	5.406	15.650	0,11
Ibipeba	84.179	0,05	4.872	17.277	0,12

continua...

continuação

Municípios	PIB (R$ mil correntes)	Participa-ção (%)	PIB *per capita* (R$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Ibipitanga	64.823	0,04	4.538	14.285	0,10
Ibiquera	23.683	0,01	4.859	4.874	0,03
Ibirapitanga	114.683	0,07	5.056	22.683	0,16
Ibirapuã	142.587	0,09	17.634	8.086	0,06
Ibirataia	125.562	0,07	6.992	17.959	0,13
Ibitiara	69.242	0,04	4.419	15.669	0,11
Ibititá	84.715	0,05	4.769	17.763	0,13
Ibotirama	173.928	0,10	6.790	25.617	0,18
Ichu	27.246	0,02	4.612	5.908	0,04
Igaporã	72.343	0,04	4.748	15.238	0,11
Igrapiúna	168.210	0,10	12.911	13.028	0,09
Iguaí	119.490	0,07	4.586	26.053	0,18
Ilhéus	2.524.536	1,51	13.477	187.315	1,32
Inhambupe	256.455	0,15	6.872	37.321	0,26
Ipecaetá	59.369	0,04	3.951	15.025	0,11
Ipiaú	308.537	0,18	6.928	44.538	0,31
Ipirá	347.979	0,21	5.898	59.001	0,42
Ipupiara	44.234	0,03	4.707	9.398	0,07
Irajuba	38.316	0,02	5.438	7.046	0,05
Iramaia	52.219	0,03	4.683	11.150	0,08
Iraquara	164.894	0,10	7.093	23.246	0,16
Irará	142.459	0,08	5.122	27.814	0,20
Irecê	620.466	0,37	9.188	67.527	0,48
Itabela	262.832	0,16	9.129	28.790	0,20
Itaberaba	452.337	0,27	7.291	62.037	0,44
Itabuna	2.982.059	1,78	14.484	205.885	1,45
Itacaré	131.833	0,08	5.220	25.254	0,18
Itaeté	76.661	0,05	5.089	15.063	0,11
Itagi	69.339	0,04	5.415	12.805	0,09
Itagibá	435.504	0,26	28.864	15.088	0,11

continua...

continuação

Municípios	PIB (R$ mil correntes)	Participa-ção (%)	PIB *per capita* (R$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Itagimirim	61.139	0,04	8.718	7.013	0,05
Itaguaçu da Bahia	55.460	0,03	4.112	13.487	0,10
Itaju do Colônia	43.408	0,03	6.098	7.118	0,05
Itajuípe	168.870	0,10	8.088	20.878	0,15
Itamaraju	581.488	0,35	9.225	63.037	0,44
Itamari	35.696	0,02	4.555	7.836	0,06
Itambé	131.589	0,08	5.810	22.650	0,16
Itanagra	60.105	0,04	7.919	7.590	0,05
Itanhém	149.479	0,09	7.468	20.015	0,14
Itaparica	130.683	0,08	6.225	20.994	0,15
Itapé	56.317	0,03	5.396	10.436	0,07
Itapebi	177.708	0,11	17.091	10.398	0,07
Itapetinga	764.374	0,46	10.935	69.903	0,49
Itapicuru	155.223	0,09	4.703	33.008	0,23
Itapitanga	49.490	0,03	4.861	10.181	0,07
Itaquara	43.339	0,03	5.591	7.751	0,05
Itarantim	113.792	0,07	6.101	18.651	0,13
Itatim	121.362	0,07	8.768	13.841	0,10
Itiruçu	80.536	0,05	6.397	12.589	0,09
Itiúba	155.639	0,09	4.299	36.200	0,26
Itororó	104.002	0,06	5.215	19.942	0,14
Ituaçu	100.541	0,06	5.493	18.302	0,13
Ituberá	212.254	0,13	7.882	26.930	0,19
Iuiú	61.101	0,04	5.573	10.963	0,08
Jaborandi	248.322	0,15	28.451	8.728	0,06
Jacaraci	62.551	0,04	4.314	14.500	0,10
Jacobina	827.875	0,49	10.403	79.580	0,56
Jaguaquara	347.122	0,21	6.723	51.635	0,36

continua...

continuação

Municípios	PIB (R$ mil correntes)	Participa-ção (%)	PIB *per capita* (R$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Jaguarari	584.748	0,35	19.004	30.769	0,22
Jaguaripe	87.506	0,05	5.170	16.927	0,12
Jandaíra	66.073	0,04	6.367	10.377	0,07
Jequié	1.891.473	1,13	12.414	152.372	1,07
Jeremoabo	196.411	0,12	5.147	38.163	0,27
Jiquiriçá	62.200	0,04	4.413	14.096	0,10
Jitaúna	74.963	0,04	5.645	13.280	0,09
João Dourado	136.585	0,08	5.921	23.066	0,16
Juazeiro	2.135.551	1,27	10.598	201.499	1,42
Jucuruçu	76.304	0,05	7.652	9.972	0,07
Jussara	62.801	0,04	4.186	15.004	0,11
Jussari	38.218	0,02	6.045	6.322	0,04
Jussiape	33.623	0,02	4.463	7.533	0,05
Lafaiete Coutinho	21.482	0,01	5.609	3.830	0,03
Lagoa Real	57.621	0,03	4.062	14.187	0,10
Laje	160.537	0,10	7.079	22.679	0,16
Lajedão	61.129	0,04	16.163	3.782	0,03
Lajedinho	21.542	0,01	5.551	3.881	0,03
Lajedo do Tabocal	62.594	0,04	7.500	8.346	0,06
Lamarão	33.568	0,02	3.621	9.271	0,07
Lapão	141.648	0,08	5.493	25.785	0,18
Lauro de Freitas	3.586.654	2,14	20.969	171.042	1,21
Lençóis	61.117	0,04	5.772	10.589	0,07
Licínio de Almeida	64.188	0,04	5.232	12.268	0,09
Livramento de Nossa Senhora	262.407	0,16	6.030	43.514	0,31
Luís Eduardo Magalhães	3.560.633	2,12	53.647	66.371	0,47
Macajuba	49.928	0,03	4.457	11.201	0,08
Macarani	97.401	0,06	5.645	17.253	0,12
Macaúbas	210.610	0,13	4.395	47.915	0,34
Macururé	35.591	0,02	4.453	7.992	0,06

continua...

continuação

Municípios	PIB (R$ mil correntes)	Participa-ção (%)	PIB *per capita* (R$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Madre de Deus	271.066	0,16	14.908	18.183	0,13
Maetinga	29.959	0,02	4.954	6.048	0,04
Maiquinique	66.973	0,04	7.257	9.229	0,07
Mairi	90.575	0,05	4.727	19.163	0,14
Malhada	85.358	0,05	5.316	16.058	0,11
Malhada de Pedras	38.320	0,02	4.568	8.389	0,06
Manoel Vitorino	68.954	0,04	4.944	13.948	0,10
Mansidão	49.686	0,03	3.894	12.759	0,09
Maracás	152.617	0,09	6.099	25.024	0,18
Maragogipe	453.179	0,27	10.511	43.114	0,30
Maraú	103.468	0,06	5.386	19.212	0,14
Marcionílio Souza	53.552	0,03	5.126	10.447	0,07
Mascote	74.484	0,04	5.224	14.257	0,10
Mata de São João	494.561	0,29	11.909	41.527	0,29
Matina	46.816	0,03	4.128	11.342	0,08
Medeiros Neto	188.873	0,11	8.727	21.642	0,15
Miguel Calmon	139.921	0,08	5.343	26.188	0,18
Milagres	66.031	0,04	6.006	10.994	0,08
Mirangaba	84.245	0,05	5.073	16.606	0,12
Mirante	38.933	0,02	3.932	9.902	0,07
Monte Santo	212.617	0,13	4.087	52.023	0,37
Morpará	37.496	0,02	4.554	8.233	0,06
Morro do Chapéu	187.344	0,11	5.315	35.251	0,25
Mortugaba	56.275	0,03	4.798	11.729	0,08
Mucugê	279.433	0,17	27.544	10.145	0,07
Mucuri	1.018.500	0,61	27.358	37.229	0,26
Mulungu do Morro	49.556	0,03	4.220	11.743	0,08
Mundo Novo	110.066	0,07	4.426	24.867	0,18
Muniz Ferreira	34.104	0,02	4.625	7.374	0,05
Muquém de São Francisco	70.789	0,04	6.785	10.433	0,07

continua...

continuação

Municípios	PIB (R$ mil correntes)	Participa-ção (%)	PIB *per capita* (R$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Muritiba	192.268	0,11	6.643	28.944	0,20
Mutuípe	127.441	0,08	5.898	21.608	0,15
Nazaré	179.342	0,11	6.532	27.454	0,19
Nilo Peçanha	90.046	0,05	7.074	12.729	0,09
Nordestina	50.358	0,03	4.042	12.458	0,09
Nova Canaã	89.045	0,05	5.541	16.070	0,11
Nova Fátima	34.678	0,02	4.545	7.630	0,05
Nova Ibiá	46.118	0,03	7.019	6.570	0,05
Nova Itarana	35.342	0,02	4.673	7.563	0,05
Nova Redenção	35.492	0,02	4.407	8.053	0,06
Nova Soure	112.205	0,07	4.624	24.265	0,17
Nova Viçosa	369.113	0,22	9.336	39.535	0,28
Novo Horizonte	52.708	0,03	4.791	11.001	0,08
Novo Triunfo	41.698	0,02	2.768	15.067	0,11
Olindina	114.594	0,07	4.565	25.100	0,18
Oliveira dos Brejinhos	106.060	0,06	4.862	21.813	0,15
Ouriçangas	41.645	0,02	5.008	8.316	0,06
Ourolândia	106.311	0,06	6.413	16.578	0,12
Palmas de Monte Alto	94.303	0,06	4.513	20.894	0,15
Palmeiras	42.152	0,03	4.933	8.545	0,06
Paramirim	111.079	0,07	5.233	21.226	0,15
Paratinga	141.885	0,08	4.753	29.853	0,21
Paripiranga	154.762	0,09	5.536	27.958	0,20
Pau Brasil	53.569	0,03	5.112	10.479	0,07
Paulo Afonso	2.356.100	1,40	21.382	110.193	0,78
Pé de Serra	70.838	0,04	5.168	13.707	0,10
Pedrão	37.487	0,02	5.361	6.993	0,05
Pedro Alexandre	65.803	0,04	3.861	17.045	0,12
Piatã	95.669	0,06	5.544	17.257	0,12
Pilão Arcado	141.721	0,08	4.272	33.176	0,23

continua...

continuação

Municípios	PIB (R$ mil correntes)	Participa-ção (%)	PIB *per capita* (R$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Pindaí	68.197	0,04	4.345	15.695	0,11
Pindobaçu	84.636	0,05	4.230	20.009	0,14
Pintadas	48.232	0,03	4.706	10.250	0,07
Piraí do Norte	50.861	0,03	5.172	9.833	0,07
Piripá	49.400	0,03	4.043	12.219	0,09
Piritiba	96.897	0,06	4.230	22.907	0,16
Planaltino	45.108	0,03	5.043	8.944	0,06
Planalto	136.609	0,08	5.547	24.627	0,17
Poções	266.506	0,16	5.806	45.903	0,32
Pojuca	1.372.946	0,82	40.255	34.106	0,24
Ponto Novo	80.934	0,05	5.213	15.524	0,11
Porto Seguro	1.137.329	0,68	8.640	131.642	0,93
Potiraguá	53.716	0,03	5.739	9.360	0,07
Prado	290.046	0,17	10.474	27.693	0,20
Presidente Dutra	65.538	0,04	4.747	13.807	0,10
Presidente Jânio Quadros	50.755	0,03	3.949	12.854	0,09
Presidente Tancredo Neves	131.201	0,08	5.351	24.517	0,17
Queimadas	121.328	0,07	4.932	24.602	0,17
Quijingue	102.685	0,06	3.754	27.357	0,19
Quixabeira	40.573	0,02	4.265	9.514	0,07
Rafael Jambeiro	135.353	0,08	5.906	22.916	0,16
Remanso	198.313	0,12	5.038	39.365	0,28
Retirolândia	72.477	0,04	5.902	12.281	0,09
Riachão das Neves	451.286	0,27	20.568	21.941	0,15
Riachão do Jacuípe	178.530	0,11	5.366	33.271	0,23
Riacho de Santana	172.253	0,10	5.552	31.027	0,22
Ribeira do Amparo	68.811	0,04	4.801	14.333	0,10
Ribeira do Pombal	323.822	0,19	6.764	47.877	0,34
Ribeirão do Largo	62.225	0,04	5.965	10.432	0,07
Rio de Contas	73.876	0,04	5.731	12.891	0,09

continua...

continuação

Municípios	PIB (R$ mil correntes)	Participa-ção (%)	PIB *per capita* (R$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Rio do Antônio	69.620	0,04	4.637	15.015	0,11
Rio do Pires	52.527	0,03	4.396	11.948	0,08
Rio Real	220.910	0,13	5.851	37.754	0,27
Rodelas	53.241	0,03	6.618	8.045	0,06
Ruy Barbosa	171.416	0,10	5.712	30.010	0,21
Salinas da Margarida	87.490	0,05	6.285	13.921	0,10
Salvador	39.866.168	23,77	14.706	2.710.968	19,12
Santa Bárbara	95.563	0,06	4.954	19.292	0,14
Santa Brígida	65.072	0,04	4.427	14.698	0,10
Santa Cruz Cabrália	233.006	0,14	8.752	26.623	0,19
Santa Cruz da Vitória	34.069	0,02	5.257	6.481	0,05
Santa Inês	47.537	0,03	4.610	10.312	0,07
Santa Luzia	63.419	0,04	4.869	13.025	0,09
Santa Maria da Vitória	272.248	0,16	6.778	40.165	0,28
Santa Rita de Cássia	125.170	0,07	4.696	26.653	0,19
Santa Teresinha	49.468	0,03	5.052	9.792	0,07
Santaluz	177.178	0,11	5.169	34.274	0,24
Santana	154.802	0,09	6.195	24.987	0,18
Santanópolis	35.421	0,02	4.009	8.835	0,06
Santo Amaro	449.586	0,27	7.754	57.978	0,41
Santo Antônio de Jesus	1.146.132	0,68	12.314	93.077	0,66
Santo Estêvão	354.545	0,21	7.251	48.897	0,34
São Desidério	1.652.328	0,99	57.132	28.921	0,20
São Domingos	51.649	0,03	5.574	9.266	0,07
São Felipe	114.656	0,07	5.640	20.329	0,14
São Félix	90.413	0,05	6.386	14.159	0,10
São Félix do Coribe	100.030	0,06	7.553	13.243	0,09
São Francisco do Conde	2.101.704	1,25	61.407	34.226	0,24
São Gabriel	88.939	0,05	4.826	18.430	0,13
São Gonçalo dos Campos	295.973	0,18	8.646	34.232	0,24

continua...

continuação

Municípios	PIB (R$ mil correntes)	Participa-ção (%)	PIB *per capita* (R$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
São José da Vitória	27.980	0,02	4.988	5.609	0,04
São José do Jacuípe	47.556	0,03	4.620	10.293	0,07
São Miguel das Matas	95.716	0,06	9.138	10.474	0,07
São Sebastião do Passé	584.763	0,35	13.764	42.485	0,30
Sapeaçu	90.274	0,05	5.432	16.619	0,12
Sátiro Dias	119.648	0,07	6.279	19.054	0,13
Saubara	80.218	0,05	7.065	11.354	0,08
Saúde	60.652	0,04	5.088	11.921	0,08
Seabra	273.229	0,16	6.480	42.163	0,30
Sebastião Laranjeiras	53.120	0,03	5.029	10.563	0,07
Senhor do Bonfim	560.634	0,33	7.432	75.437	0,53
Sento Sé	188.897	0,11	4.948	38.174	0,27
Serra do Ramalho	181.505	0,11	5.757	31.525	0,22
Serra Dourada	99.273	0,06	5.527	17.963	0,13
Serra Preta	67.663	0,04	4.513	14.993	0,11
Serrinha	531.810	0,32	6.888	77.211	0,54
Serrolândia	64.448	0,04	5.171	12.464	0,09
Simões Filho	4.023.462	2,40	33.138	121.416	0,86
Sítio do Mato	69.155	0,04	5.687	12.161	0,09
Sítio do Quinto	56.693	0,03	4.752	11.930	0,08
Sobradinho	496.782	0,30	22.470	22.109	0,16
Souto Soares	67.934	0,04	4.228	16.069	0,11
Tabocas do Brejo Velho	63.453	0,04	5.550	11.433	0,08
Tanhaçu	127.885	0,08	6.394	20.001	0,14
Tanque Novo	99.611	0,06	6.103	16.323	0,12
Tanquinho	35.639	0,02	4.435	8.035	0,06
Taperoá	115.348	0,07	6.016	19.174	0,14
Tapiramutá	98.497	0,06	5.994	16.434	0,12
Teixeira de Freitas	1.393.289	0,83	9.743	143.001	1,01
Teodoro Sampaio	49.713	0,03	6.418	7.746	0,05

continua...

continuação

Municípios	PIB (R$ mil correntes)	Participa-ção (%)	PIB *per capita* (R$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Teofilândia	93.482	0,06	4.332	21.581	0,15
Teolândia	68.251	0,04	4.836	14.113	0,10
Terra Nova	74.146	0,04	5.796	12.793	0,09
Tremedal	71.555	0,04	4.031	17.750	0,13
Tucano	246.504	0,15	4.674	52.734	0,37
Uauá	126.295	0,08	5.259	24.015	0,17
Ubaíra	120.534	0,07	5.819	20.714	0,15
Ubaitaba	158.551	0,09	7.844	20.214	0,14
Ubatã	111.204	0,07	4.348	25.575	0,18
Uibaí	62.284	0,04	4.566	13.642	0,10
Umburanas	71.860	0,04	4.122	17.432	0,12
Una	163.544	0,10	7.113	22.992	0,16
Urandi	108.658	0,06	6.588	16.493	0,12
Uruçuca	113.734	0,07	5.790	19.642	0,14
Utinga	109.728	0,07	5.974	18.367	0,13
Valença	726.193	0,43	8.040	90.319	0,64
Valente	139.878	0,08	5.520	25.342	0,18
Várzea da Roça	64.325	0,04	4.650	13.834	0,10
Várzea do Poço	46.608	0,03	5.321	8.759	0,06
Várzea Nova	60.788	0,04	4.709	12.910	0,09
Varzedo	56.124	0,03	6.245	8.987	0,06
Vera Cruz	291.033	0,17	7.511	38.748	0,27
Vereda	58.581	0,03	8.768	6.681	0,05
Vitória da Conquista	3.955.643	2,36	12.522	315.884	2,23
Wagner	55.692	0,03	6.198	8.985	0,06
Wanderley	74.576	0,04	6.036	12.356	0,09
Wenceslau Guimarães	160.285	0,10	7.316	21.910	0,15
Xique-Xique	228.721	0,14	5.009	45.660	0,32

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE. Produto Interno Bruto dos municípios, 2012 e Estimativas de população, 1 de julho de 2012.

Finanças públicas - 2013

Receita/Despesa	R$ 1,00 correntes
Receita total	**38.713.925.775**
Receitas correntes	33.133.456.884
Receita tributária	18.476.905.636
Impostos	17.683.078.232
Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	2.001.020.474
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR	1.091.730.798
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	834.817.788
"Imposto sobre Transmissão ""Causa Mortis"" e Doação de Bens e Direitos – ITCD"	74.471.888
Impostos sobre a Produção e a Circulação	15.682.057.758
Taxas	793.827.404
Contribuição de melhoria	0
Receitas de contribuições	1.894.876.530
Receita patrimonial	447.585.800
Receita agropecuária	569.105
Receita industrial	8.820
Receita de serviços	120.963.256
Transferências correntes	11.251.056.790
Outras receitas correntes	941.490.946
Receitas de capital	3.343.244.298
Operações de crédito	2.657.101.135
Alienação de bens	20.175.835
Amortização de empréstimos	170.998.915
Transferências de capital	494.968.414
Outras receitas de capital	0
Receitas correntes intra-orçamentárias	2.237.224.593
Receitas de capital intra-orçamentárias	0
Despesa total	**32.872.458.590**
Despesas correntes	28.830.285.610
Pessoal e encargos sociais	15.726.873.571
Juros e encargos da dívida	459.800.228
Outras despesas correntes	12.643.611.811
Despesas de capital	4.042.172.979
Investimentos	1.712.434.793
Inversões financeiras	648.203.908
Amortização da dívida	1.681.534.279

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Secretaria do Tesouro Nacional. Execução orçamentária 2013.

Comércio exterior: principais produtos - 2013

Exportações	US$ 1,00 FOB	% do Estado
Total	**9.309.739.676**	**100,0**
"Fuel-oil"	1.224.189.800	13,2
Pasta quim. madeira de n/conif. a soda/ sulfato,	1.139.356.708	12,2
Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	891.282.852	9,6
Bagaços e outs. residuos solidos, da extr. do ol	441.287.427	4,7
Algodão simplesmente debulhado, não cordado NE	419.150.222	4,5
Automoveis c/ motor explosão, ,1500<cm³<=3000,at	396.889.973	4,3
Pasta quimica de madeira, para dissolução	376.455.059	4,0
Propeno (propileno) não saturado	311.722.826	3,4
Catodos de cobre refinado/ seus elementos, em f	295.890.820	3,2
Pneus novos para automoveis de passageiros	179.354.850	1,9
Outros produtos	3.634.159.139	39
Importações		
Total	**9.295.255.076**	**100,0**
Naftas para petroquímica	1.866.503.419	20,1
Sulfetos de minério de obre	976.815.799	10,5
Automóveis c/ motor explosão, 1500<cm³<=3000,at	940.521.492	10,1
Gás natural, liquefeito	613.555.511	6,6
Outros veículos automóveis c/ motor diesel, p/c	376.234.323	4,1
Outros veículos automóveis c/ motor explosão, c	240.253.148	2,6
Partes de outros motores/ geradores/ grupos ele	232.202.676	2,5
Out. trigos e misturas de trigo c/ centeio, exc	166.019.207	1,8
Outros cloretos de potássio	156.114.794	1,7
Óleos brutos de petróleo	138.845.127	1,5
Outros produtos	3.588.189.580	39
Saldo da Balança Comercial	**14.484.600**	**-**

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Estatísticas de comércio exterior, dez./2013.

Agropecuária - 2013

Lavoura temporária: principais produtos	Área colhida (hectares)	Quant. produzida	Valor prod.(R$ mil coprrentes)
Total	**2.924.092**	**15.645.503**	**7.795.781**
Soja (em grão) (Toneladas)	1.211.267	2.765.533	2.301.354
Milho (em grão) (Toneladas)	570.529	2.109.906	881.854
Feijão (em grão) (Toneladas)	374.186	230.704	459.228
Algodão herbáceo (em caroço) (Toneladas)	294.471	924.981	2.398.610
Mandioca (Toneladas)	179.116	1.854.260	556.479
Cana-de-açúcar (Toneladas)	117.545	6.753.539	421.199
Outros	176.978	1.006.580	777.057
Lavoura permanente: principais produtos			
Total	**1.434.613**	**5.282.988**	**5.263.638**
Cacau (em amêndoa) (Toneladas)	532.268	152.592	773.474
Sisal ou agave (fibra) (Toneladas)	168.775	143.122	179.998
Café (em grão) Total (Toneladas)	160.110	158.077	695.462
Café (em grão) Arábica (Toneladas)	124.573	110.828	518.774
Coco-da-baía (Mil frutos)	75.353	566.531	259.137
Banana (cacho) (Toneladas)	73.837	1.113.930	797.503
Outros	299.697	3.037.908	2.039.290
Produção física			**% do Nordeste**
Leite (Mil litros)		1.162.598	32,31
Ovos de galinha (Mil dúzias)		84.428	15,40
Ovos de codorna (Mil dúzias)		2.881	15,81
Mel de abelha (Quilogramas)		2.057.561	27,31
Efetivo do rebanho (cabeças)			
Total		**58.344.248**	**100,00**
Bovino		10.828.409	18,56
Equino		485.356	0,83
Bubalino		30.299	0,05
Suíno - total		1.389.113	2,38
Suíno - matrizes de suínos		318.502	0,55
Caprino		2.458.179	4,21
Ovino		2.926.601	5,02
Galináceos - total		30.287.629	51,91
Galináceos - galinhas		9.365.848	16,05
Codornas		254.312	0,44

Produção de pescado (t)		% do Estado
Total Geral	**102.052,70**	**100,0**
Pesca Extrativa	**76.801**	**75,3**
Marinha	59.293	58,1
Continental	17.508	17,2
Aqüicultura	**25.251**	**24,7**
Marinha	4.548	4,5
Continental	20.704	20,3
Nº de estabelecimentos agropecuários por atividade econômica		**% do Nordeste**
Total	**761.558**	**31,03**
Lavoura temporária	260.550	24,26
Horticultura e floricultura	15.747	25,17
Lavoura permanente	119.159	50,58
Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	328	33,16
Pecuária e criação de outros animais	336.359	34,80
Produção florestal - florestas plantadas	12.303	43,73
Produção florestal - florestas nativas	15.808	20,24
Pesca	970	21,30
Aquicultura	334	9,14

Fonte: elaborados pelo BNB, ETENE com dados do IBGE. Produção Agrícola Municipal, 2013; Produção Pecuária Municipal, 2013 e Censo Agropecuário, 2006; Ministério da Pesca e Aquicultura. Estatística da Pesca e Aquicultura, 2011.

Nota: os dados de produção de pescado refere-se ao ano de 2011.

Energia elétrica - 2012

Consumo de energia elétrica	(GWh)	% do Estado
Total	**3.825**	**100,00**
Residencial	979	25,60
Industrial	1.629	42,60
Comercial	557	14,55
Rural	121	3,17
Poder público	138	3,62
Iluminação pública	173	4,53
Serviço público	222	5,81
Consumo próprio	5	0,12

Fonte: Empresa de Pesquisa Energética. Anuário estatístico de energia elétrica, 2013.

Número de intermediários financeiros - 2013

Intermediário	Quantidade	% do Nordeste
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	45	21,43
Demais estabelecimentos bancários	1111	30,78

Fonte: Bacen. Estatística bancária por município, dez./2013.

3 Informações sociais

Características da população - 2013

População residente[1]	Mil pessoas	% do Estado
Total	**15.063**	**100,00**
Por sexo		
Homens	7.305	48,5
Mulheres	7.758	51,5
Por situação de domicílio		
Urbana	11.141	74,0
Rural	3.922	26,0
Taxa de urbanização (%)[1]		**74,0**
Densidade demográfica (hab/km²)[1]		**26,7**

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013.

Índices de Desenvolvimento Humano e distribuição de renda

Índice	Nº índice
IDH - M (1991)	0,386
IDH - M (2000)	0,512
IDH - M (2010)	0,660
Índice de Gini (2013)	0,558

Fontes. PNUD. Atlas do desenvolvimento humano 2013
e Ipea. Ipeadata.

Educação - 2012

Taxa de analfabetismo	
Pessoas de 05 anos ou mais de idade	15,6
Média de anos de Estudo: 15 anos ou mais	
Pessoas de 10 anos ou mais de idade	5,39
Distribuição dos estudantes por rede de ensino	
Pública	78,0
Particular	22,0
Distribuição dos estudantes por rede e nível de rnsino	
Pré-escolar	
Pública	61,25
Particular	38,75
Fundamental	
Pública	84,55
Particular	15,45
Médio	
Pública	89,31
Particular	10,69
Superior	
Pública	25,95
Particular	74,05

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013.

Saúde

Ítem	Quantidade	% da Região
Número de Estabelecimentos de Saúde (2013)	15.316	26,54
Número de Postos de Saúde (2013)	1.143	26,34
Médicos por mil habitantes (2010)	1,12	-
Leitos por mil habitantes (2012)	2,11	-
Taxa de mortalidade infantil (%) (2011)	22,79	-

Fonte: Departamento de Informática do SUS – DATASUS. Informações de Saúde TABNET.

Emprego e renda - 2013

População de 10 anos ou mais	Mil pessoas	% do Estado
População em Idade Ativa (PIA)	12.783	100,00
População Economicamente Ativa (PEA)	7.530	58,91
População Ocupada	6.886	53,87
PIA: por classes de rendimento mensal (salários mínimos)		
Total	**12.783**	**100,00**
Até 1/2	1.922	15,04
Mais de 1/2 a 1	3.128	24,47
Mais de 1 a 2	2.243	17,55
Mais de 2 a 3	610	4,77
Mais de 3 a 5	376	2,94
Mais de 5 a 10	289	2,26
Mais de 10 a 20	101	0,79
Mais de 20	44	0,34
Sem rendimento	3.823	29,91
Sem declaração	247	1,93
Vínculos empregatícios formais	**Unidades**	
Total	**2.314.907**	**100,00**
Indústria	267.665	11,56
Construção Civil	171.521	7,41
Comércio	445.904	19,26
Serviços e Administração Pública	1.340.424	57,90
Agropecuária, extr vegetal, caça e pesca	89.393	3,86
Estabelecimentos	**Unidades**	
Total	**180.662**	**100,00**
Indústria	12.801	7,09
Construção Civil	8.053	4,46
Comércio	82.538	45,69
Serviços e Administração Pública	60.766	33,64
Agropecuária, extr vegetal, caça e pesca	16.504	9,14

Fontes: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013 e Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual das Informações Sociais – RAIS, 2013.

Características dos domicílios - 2013

Domicílios particulares permanentes	Mil Unidades	% do Estado
Total	**4.823**	**100,00**
Condição de Ocupação		
Próprios	3.848	79,78
Alugados	640	13,27
Cedidos	315	6,53
Outros	20	0,41
Domicílios por serviços básicos		
Acesso à rede geral de abastecimento de água	3.997	82,87
Acesso à rede coletora de esgoto ou pluvial	2.557	53,01
Coleta de lixo[1]	3.339	69,23
Acesso à energia elétrica	4.762	98,74
Domicílios por existência de bens duráveis		
Telefone fixo	94	1,95
Telefone celular	3.099	64,26
Telefone fixo e celular	993	20,59
Rádio	3.540	73,39
Televisão	4.566	94,67
Geladeira	4.450	92,26
Microcomputador	1.680	34,84
Máquina de lavar roupa	1.208	25,05

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013.

4 Informações políticas

Eleições 2014: número de votos válidos - por cargo eletivo e partidos políticos

Partido	Dep. Estadual	Dep. Federal	Senador	Governador
DEM	412.794	390.038	-	-
PC do B	112.748	208.064	-	-
PDT	353.649	130.583	-	-
PHS	-	-	-	-
PMDB	381.591	222.164	-	-
PMN	-	-	-	-
PP	306.793	554.270	-	-
PPS	-	-	-	-
PRB	164.998	234.382	-	-
PRP	73.646	-	-	-
PROS	41.777			
PRTB	-	-	-	-
PSB	58.340	96.134	-	-
PSC	168.581	236.274	-	-
PSD	511.224	338.492	3.341.111	-
PSDB	224.583	346.626	-	-
PSDC	-	-	-	-
PSL	66.051	-	-	-
PT	630.698	863.468	-	3.558.975
PT do B	-	-	-	-
PTB	-	231.212	-	-
PTC	-	39.904	-	-
PR	53743	213.306	-	-
PTN	145.131	95.158	-	-
PEN	-	-	-	-
SD	-	95.698	-	-
PV	75.790	-	-	-
PV	-	-	-	-

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Informações e dados estatísticos sobre as eleições, 2014.